

Plano Diretor Municipal
Reserva do Iguaçu

Volume I



Plano Diretor Municipal *Reserva do Iguaçu*

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 134/2009

REF.: CARTA CONVITE Nº 40/2009

Dezembro/2010

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
ORLANDO PESSUTI *Governador*

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
WILSON BLEY LIPSKI *Secretário*

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE
WILSON BLEY LIPSKI *Superintendente*
ANTÔNIO A. TOLEDO DA SILVA *Diretor de Administração e Finanças*
MIRYAN KRAVCHYCHYN *Diretora de Operação*
VIRGÍNIA THEREZA NALINI *Coordenadora de Projetos*
KAREN BARRETO CAMPÊLO *Coordenadora de Operações*
ALBARI ALVES DE MEDEIROS *Coordenador ER Maringá*
EDGARD VIRMOND ARRUDA FILHO *Coordenador ER Ponta Grossa*
GERALDO LUIZ FARIAS *Coordenador ER Região Metropolitana e Litoral*
HÉLIO SABINO DEITOS *Coordenador ER Cascavel*
UBIRAJARA CEBULSKI *Coordenador ER Guarapuava*
VALTER OGUIDO MORISHIGUE *Coordenador ER Londrina*

MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU

Prefeito

SEBASTIÃO ALMIR CALDAS CAMPOS

CONSULTORIA: JCASTRO&PERTSCHI ARQUITETURA E URBANISMO LTDA

MÔNICA JANKE DE CASTRO *Arquiteta Urbanista*

Responsável pela Análise Temática Integrada: Aspectos Regionais, Ambientais, Socioeconômicos, Sócioespaciais, de Infra-Estrutura e Serviços Públicos e Institucionais; Diretrizes e Proposições; Legislação Básica; Processo de Planejamento e Gestão; Plano de Ação e Investimentos.

SUSANNE CRISTINE PERTSCHI *Arquiteta Urbanista Coordenadora do PDM*

Responsável pela Análise Temática Integrada: Aspectos Regionais, Ambientais, Socioeconômicos, Sócioespaciais, de Infra-Estrutura e Serviços Públicos e Institucionais; Diretrizes e Proposições; Legislação Básica; Processo de Planejamento e Gestão; Plano de Ação e Investimentos.

ADILSON LUIZ BORGES *Engenheiro Cartógrafo*

Responsável pela Análise Temática Integrada: Aspectos Regionais, Ambientais, de Infra-Estrutura e Serviços Públicos e Institucionais; Diretrizes e Proposições; Legislação Básica; Plano de Ação e Investimentos.

JOÃO CARLOS PERON *Engenheiro Cartógrafo*

Responsável pela Análise Temática Integrada: Aspectos Regionais, Ambientais, de Infra-Estrutura e Serviços Públicos e Institucionais; Diretrizes e Proposições; Legislação Básica; Plano de Ação e Investimentos.

BRASILIO VICENTE DE CASTRO FILHO *Advogado*

Responsável pela Análise Temática Integrada: Aspectos Institucionais; Legislação Básica.

KARLO JOSIP PERTSCHI *Economista e Contador*

Responsável pela Análise Temática Integrada: Aspectos Institucionais, Socioeconômicos; Diretrizes e Proposições; Legislação Básica; Plano de Ação e Investimentos.

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

JOSE MARIA LUSTOSA MENDES Coordenador
DINAMEIRES DE ALMEIDA Vice-Coordenadora
ANA MARIA FERREIRA RIBAS 1ª Secretária
IRAIDES DE OLIVEIRA MACHADO 2º Secretário
INDIANARA DOS SANTOS ZIMPEL Membro Titular
MAURO JOSE ANTONICHEN Membro Titular
ELIETE VIERO DE LIMA Membro Titular
VITOR LOURENÇO PORTELA Membro Titular
DEIZI HOFFMEISTER DE CAMPOS Membro Titular
EBERSON TIBES Membro Suplente
ALDAIR BATISTA PEGO Membro Suplente
ADÃO DE OLIVEIRA JUNIOR Membro Suplente
SUZANA ANDRIA Membro Suplente
JOSENI DE PAULA TELLES LIMA Membro Suplente

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

LEONILDO PERETTO
MARTA GORETE DA SILVA
CLEMIR FERRARI MAGRI
SONIA SALETE Z. POSTAL
CIRO CÉSAR MARIN
SERGIUS RAMOS
JOÃOZINHO DE ABREU CAMARGO
JOSE MARIA LUSTOSA MENDES
CELSO MARQUES
IRAÍDES DE OLIVEIRA MACHADO
ANA MARIA FERREIRA RIBAS
GILSON LOPES DOS SANTOS
JOÃO FERNANDES NUNES FELIS
JULIO CÉSAR DOS SANTOS
SERGIO LEINIKER
JUMARA DE OLIVEIRA DALLAGNOL
DEIZI HOFFMEISTER DE CAMPOS
ANA LENI P. VARELA
LEO DUARTE
JUSSARA MACEDO DE MATOS
ROSEVAL ALVES CARNEIRO
ARIEL SIQUEIRA RIBAS
KAROLINE SILVEIRA GOULART
LEILA APARECIDA B. CAMARGO
WALDOMIRO ROZISCA JUNIOR
ANA MARIA DOS SANTOS ALMEIDA
PAULO SÉRGIO NUNES
VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
ADIEL TEIXEIRA DO NASCIMENTO

SUMÁRIO - VOLUME I

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE MAPAS.....	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	x
APRESENTAÇÃO PLANO DE TRABALHO	01
1. INTRODUÇÃO	05
1.1. PLANO DE TRABALHO.....	05
1.2. FASES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	05
1.2.1. 1ª Fase	06
1.2.2. 2ª Fase	06
1.2.3. 3ª Fase	06
1.2.4. 4ª Fase	06
1.2.5. 5ª Fase	06
2. DETALHAMENTO DAS FASES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	07
2.1. 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	07
2.2. ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA	08
2.3. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES.....	09
2.4. 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	10
2.5. PROPOSIÇÃO DA LEGISLAÇÃO BÁSICA (MINUTAS DE ANTEPROJETOS DE LEI)	11
2.6. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI)	13
2.7. 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	14
2.8. ENTREGA DO MATERIAL FINAL À PREFEITURA MUNICIPAL E À SEDU/PARANACIDADE	14
2.9. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE (TEMA: PLANO DIRETOR MUNICIPAL)	15
3. METODOLOGIA	16
3.1. PESQUISA.....	16
3.2. DIAGNÓSTICO.....	20
3.3. PROGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES.....	21

3.4. TREINAMENTOS DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	23
3.5. AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE	23
4. EQUIPE TÉCNICA, COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, CONSULTORIA E FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO	23
5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	27
APRESENTAÇÃO ANÁLISE TEMÁTICA – FASE 2
6 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	29
6.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	29
6.2 ASPECTOS REGIONAIS.....	29
6.3 O MUNICÍPIO	36
6.4 VILA COPEL.....	47
6.5 ASSENTAMENTOS	50
6.5.1 Assentamento São José (INCRA)	50
6.5.2 Assentamento Barreiro (INCRA).....	50
6.5.3 Assentamento Paineira (INCRA).....	51
6.5.4 Reassentamento Segredo II (COPEL).....	51
7 ASPECTOS AMBIENTAIS	52
7.1 MEIO FÍSICO.....	52
7.1.1 Clima e Ventos.....	52
7.1.2 Hidrografia	53
7.1.3 Solo e Subsolo	58
7.1.4 Pedologia.....	59
7.1.5 Hipsometria.....	60
7.1.6 Declividades	61
7.1.7 Exposição de Vertentes.....	62
7.2 MEIO BIOLÓGICO.....	68
7.2.1 Flora.....	68

7.2.2	Corredor Araucária.....	73
7.2.3	Estação Ecológica Rio dos Touros	74
8	USINA HIDRELÉTRICA GOVERNADOR NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA – SALTO SEGREDO	74
9	DEFESA CIVIL	76
10	ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS.....	78
10.1	ASPECTOS ECONÔMICOS	79
10.1.1	Atividades Econômicas.....	79
10.1.2	Atividades Turísticas.....	86
10.1.2.1	Museu Regional do Iguaçu	88
10.1.2.2	Casa de Pedra	90
10.1.2.3	Santuário Passo de Reserva.....	90
10.1.2.4	Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga	91
10.1.3	Emprego e Renda	91
10.2	POPULAÇÃO E EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO.....	93
10.2.1	Uso e Ocupação do Solo.....	93
10.2.2	População.....	95
10.3	DENSIDADE DEMOGRÁFICA.....	99
11	ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS	103
11.1	PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO	103
11.2	CÁLCULO DA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA.....	104
11.3	HABITAÇÃO	108
12	ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS.....	110
12.1	SISTEMA VIÁRIO	111
12.2	TRANSPORTE ESCOLAR, INTERMUNICIPAL E DE CARGA	118
12.3	SANEAMENTO	120
12.3.1	Drenagem Urbana	120
12.3.2	Abastecimento de Água	121
12.3.3	Esgotamento Sanitário.....	121

12.3.4	Resíduos Sólidos.....	122
12.4	ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA.....	126
12.5	COMUNICAÇÕES	127
12.5.1	Telefonia.....	127
12.5.2	Correios	128
12.5.3	Imprensa	128
12.6	EQUIPAMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS.....	128
12.6.1	Escolas e Centros de Educação Infantil.....	129
12.6.2	Saúde e Assistência Social.....	136
12.6.3	Cultura, Esporte e Lazer	141
12.6.4	Equipamentos e Serviços institucionais.....	142
13	MAPA SÍNTESE.....	145
14	CARTA DE APTIDÕES.....	146
15	ASPECTOS INSTITUCIONAIS.....	151
15.1	UNIDADES ADMINISTRATIVAS.....	151
15.2	ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.....	153
15.2.1	Lei Orgânica.....	153
15.2.2	Zoneamento de Uso de Ocupação do Solo Urbano da Sede (Lei Nº128/1999)	156
15.2.3	Lei do Perímetro Urbano.....	158
15.2.4	Lei do Parcelamento do Solo para fins Urbanos (129/1999).....	158
15.2.5	Código de Obras (132/1999).....	159
15.2.6	Lei de Procedimentos Administrativos (134/1999)	160
15.2.7	Código de Postura referente à Utilização do Espaço do Município de Reserva do Iguazu (133/1999)	160
15.2.8	Código Tributário do Município (Lei 354/2005 e alterações).....	161
15.2.9	Sistemas de Informações Municipais.....	161
16	ESTADO ATUAL DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO	163
17	PARTICIPAÇÃO POPULAR	167
18	CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES	177
19	DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES.....	180

19.1	DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL	181
19.2	DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA SISTEMÁTICA PERMANENTE E PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL	182
19.2.1	Readequação da Estrutura Administrativa e Fortalecimento Institucional.....	183
19.2.2	Organização do Sistema de Informações do Município para o Planejamento e Gestão Pública Municipal	185
19.2.3	Conselho de Desenvolvimento Municipal	188
19.2.4	Participação popular	189
19.2.5	Construção de Indicadores de Monitoramento.....	190
19.3	DIRETRIZES PARA A DINAMIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES ACONÔMICAS.....	196
19.4	DIRETRIZES PARA AÇÕES SOCIAIS.....	196
19.5	DIRETRIZES PARA AÇÕES AMBIENTAIS	197
19.6	DIRETRIZES PARA O ORDENAMENTO DO SOLO E SISTEMA VIÁRIO - MACROZONEAMENTO URBANO E RURAL	198
20	PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTO (PAI)	207
21	REFERÊNCIAS.....	219

SUMÁRIO - VOLUME II

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
LISTA DE MAPAS.....	ix
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	x

1 CONJUNTO DE MINUTAS DE ANTEPROJETO DE LEI

MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (PDM).....	1
MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO PERÍMETRO URBANO.....	47
MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO	51
MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO E SISTEMA	

VIÁRIO MUNICIPAL	72
MINUTA DE ANTEPROJETO DE LEI DO CÓDIGO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS MUNICIPAL.....	106
MINUTA DE ANTEPROJETO DE lei DO REGULAMENTO DO CÓDIGO DE OBRAS	170
MINUTA DE ANTEPROJETO DE lei DO CÓDIGO DE POSTURAS	202
2 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	252

LISTA DE TABELAS

TABELA 01: DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO	40
TABELA 02: PRINCIPAIS INDICADORES COM CONTRIBUIÇÃO NEGATIVA DO GRUPO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES COM BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO-1991/2000	45
TABELA 03: PRINCIPAIS INDICADORES COM CONTRIBUIÇÃO POSITIVA DO GRUPO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES COM BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO-1991/2000	46
TABELA 04: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SEUS COMPONENTES	78
TABELA 05: EFETIVO DE PECUÁRIA E AVES REFERENTE AO PERÍODO DE 2007/2008	80
TABELA 06: PRODUTOS CULTIVADOS.....	80
TABELA 07: NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS 2006.....	83
TABELA 08: POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS 2006	91
TABELA 09: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) SEGUNDO ZONA E SEXO	92
TABELA 10: DENSIDADES DOS SETORES RURAIS	99
TABELA 11: PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO	104
TABELA 12: LARGURA DAS VIAS DA ÁREA URBANA	112
TABELA 13: DADOS TRANSPORTE COLETIVO.....	118
TABELA 14: DADOS TRANSPORTE ESCOLAR	119
TABELA 15: DADOS DA EDUCAÇÃO	130
TABELA 16: NÚMERO DE ATENDIMENTOS MENSAIS	137
TABELA 17: CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS.....	149
TABELA 18: ARRECADAÇÃO E DESPESAS MUNICIPAIS.....	166
TABELA 19: PRINCIPAIS OBRAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS	167
TABELA 20: ITENS QUE FALTAM NA SUA RUA.....	168
TABELA 21: QUANTO AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PERTO DA SUA CASA, QUAIS EXISTEM?	169
TABELA 22: QUANTO AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, SERVIÇOS E INDÚSTRIAS, QUAIS ESTÃO LOCALIZADOS PRÓXIMOS DA SUA RESIDÊNCIA?	170
TABELA 23: QUANTO ÀS ESCOLAS, CRECHES E POSTOS DE SAÚDE, O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA NA SUA CIDADE? (RURAL)	170
TABELA 24: QUANTO ÀS ESCOLAS, CRECHES E POSTOS DE SAÚDE, O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA NA SUA CIDADE? (SEDE).....	171
TABELA 25: QUANTO ÀS ESCOLAS, CRECHES E POSTOS DE SAÚDE, O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA NA SUA CIDADE? (VILA COPEL)	172
TABELA 26: CASO VOCÊ FOSSE PREFEITO O QUE VOCÊ FARIA PARA SEU MUNICÍPIO (RURAL).....	173
TABELA 27: CASO VOCÊ FOSSE PREFEITO O QUE VOCÊ FARIA PARA SEU MUNICÍPIO (SEDE).....	173
TABELA 28: CASO VOCÊ FOSSE PREFEITO O QUE VOCÊ FARIA PARA SEU MUNICÍPIO (VILA COPEL)	174
TABELA 29: VOCÊ POSSUI DOCUMENTO DO TERRENO COMO REGISTRO DE IMÓVEIS, ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA?	175
TABELA 30: TODO CIDADÃO PODE COLABORAR COM O FUTURO DE SUA CIDADE. CONTRIBUA VOCÊ TAMBÉM COM A SUA SUGESTÃO (RURAL).....	175
TABELA 31: TODO CIDADÃO PODE COLABORAR COM O FUTURO DE SUA CIDADE.	

CONTRIBUA VOCÊ TAMBÉM COM A SUA SUGESTÃO (SEDE).....	176
TABELA 32: TODO CIDADÃO PODE COLABORAR COM O FUTURO DE SUA CIDADE. CONTRIBUA VOCÊ TAMBÉM COM A SUA SUGESTÃO (VILA COPEL)...	177
TABELA 33: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU	178
TABELA 34: INDICADORES DE MONITORAMENTO	191
TABELA 35: PROJETOS ESTRUTURAIS, PRAZOS DE EXECUÇÃO E FONTES DE RECURSOS	208

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01: LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ	30
FIGURA 02: FLUXOS MIGRATÓRIOS DO PARANÁ.....	32
FIGURA 03: MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A MESORREGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ.....	33
FIGURA 04: VISTA AÉREA DA ÁREA COMERCIAL DA VILA COPEL	48
FIGURA 05: IMAGEM DA USINA SALTO SEGREDO	74
FIGURA 06: ATIVIDADE COMERCIAL	83
FIGURA 07: ATIVIDADE COMERCIAL	83
FIGURA 08: ATIVIDADE COMERCIAL	83
FIGURA 09: ATIVIDADE COMERCIAL	83
FIGURA 10: ATIVIDADE COMERCIAL	84
FIGURA 11: ATIVIDADE COMERCIAL	84
FIGURA 12: ATIVIDADE COMERCIAL	84
FIGURA 13: ATIVIDADE COMERCIAL	84
FIGURA 14: ATIVIDADE COMERCIAL	84
FIGURA 15: ATIVIDADE COMERCIAL	84
FIGURA 16: SERVIÇO	85
FIGURA 17: SERVIÇO	85
FIGURA 18: SERVIÇO: CARTÓRIO	85
FIGURA 19: SERVIÇO	85
FIGURA 20: ATIVIDADE ECONÔMICA.....	85
FIGURA 21: MUSEU REGIONAL DO IGUAÇU.....	90
FIGURA 22: CAPELA DO SANTUÁRIO	90
FIGURA 23: CACHOEIRA.....	90
FIGURA 24: COL. ESTADUAL Prof. ^a ISABEL F. S. FUNDAMENTAL E MÉDIO	131
FIGURA 25: EQUIPAMENTO EDUCAÇÃO.....	131
FIGURA 26: EQUIPAMENTO EDUCAÇÃO.....	132
FIGURA 27: CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS	139
FIGURA 28: CENTRO ESPORTIVO JOÃO LUIZ NUNES FÉLIX.....	141
FIGURA 29: BIBLIOTECA MUNICIPAL	141
FIGURA 30: PARQUE DOS TROPEIROS	142
FIGURA 31: MUSEU REGIONAL DO IGUAÇU.....	142
FIGURA 32: EQUIPAMENTOS PARQUE DE MÁQUINAS	143
FIGURA 33: EQUIPAMENTO GALPÃO DA VILA	143
FIGURA 34: CONSELHO TUTELAR	143
FIGURA 35: CÂMARA MUNICIPAL.....	143

FIGURA 36: POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ	143
FIGURA 37: IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS	143
FIGURA 38: SANEPAR.....	144
FIGURA 39: COPEL	144
FIGURA 40: SANTUÁRIO NOSSA SENHORA APARECIDA	144
FIGURA 41: CEMITÉRIO MUNICIPAL.....	145
FIGURA 42: FLUXOGRAMA DE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	190
FIGURA 43: PERFIL DAS VIAS	206

LISTA DE MAPAS

MAPA 01: LOCALIDADES - MUNICIPAL.....	41
MAPA 02: ATIVIDADES ECONÔMICAS - VILA COPEL.....	49
MAPA 03: HIDROGRAFIA - MUNICIPAL.....	55
MAPA 04: HIDROGRAFIA - SEDE	56
MAPA 05: HIDROGRAFIA – VILA COPEL.....	57
MAPA 06: PEDOLOGIA - MUNICIPAL.....	64
MAPA 07: HIPSOMETRIA - MUNICIPAL	65
MAPA 08: DECLIVIDADES - MUNICIPAL	66
MAPA 09: VERTENTES - MUNICIPAL	67
MAPA 10: VEGETAÇÃO - MUNICIPAL	70
MAPA 11: VEGETAÇÃO – SEDE.....	71
MAPA 12: VEGETAÇÃO – VILA COPEL	72
MAPA 13: ATIVIDADES COMERCIAIS - SEDE	82
MAPA 14: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO - SEDE.....	96
MAPA 15: USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO – VILA COPEL.....	97
MAPA 16: BAIRROS VILA COPEL	98
MAPA 17: SETORES CENSITÁRIOS - MUNICIPAL.....	100
MAPA 18: SETORES CENSITÁRIOS - SEDE.....	101
MAPA 19: SETORES CENSITÁRIOS – VILA COPEL.....	102
MAPA 20: ÁREAS VAGAS - SEDE.....	106
MAPA 21: ÁREAS VAGAS – VILA COPEL	107
MAPA 22: PAVIMENTAÇÃO - MUNICIPAL.....	115
MAPA 23: PAVIMENTAÇÃO - SEDE	116
MAPA 24: PAVIMENTAÇÃO – VILA COPEL.....	117
MAPA 25: INFRAESTRUTURA - MUNICIPAL.....	123
MAPA 26: SERVIÇOS PÚBLICOS - SEDE	124
MAPA 27: SERVIÇOS PÚBLICOS – VILA COPEL	125
MAPA 28: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS - MUNICIPAL	133
MAPA 29: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS - SEDE.....	134
MAPA 30: EQUIPAMENTOS PÚBLICOS – VILA COPEL	135
MAPA 31: SÍNTESE - MUNICIPAL.....	147
MAPA 32: APTIDÕES - MUNICIPAL.....	148
MAPA 33: MACROZONEAMENTO MUNICIPAL.....	200
MAPA 34: MACROZONEAMENTO URBANO SEDE.....	201
MAPA 35: MACROZONEAMENTO URBANO COPEL	202

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAE: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CFB: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA
COHAPAR: COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ
COMDEC: CONSELHO MUNICIPAL DA DEFESA CIVIL
COMEC: COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
CONDETEC: Conselho de Desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu
COPEL: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA
CRAS: COORDENADORIA REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EMATER: EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
EMBRAPA: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
IAPAR: INSTITUTO AGRÔNOMICO DO PARANÁ
IAP: INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ
IBAM: INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
IBGE: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IDH-M: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL
INCRA: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
IPARDES: INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
IPTU: IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO
LDO: LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
LOA: LEI DO ORÇAMENTO ANUAL
MINEROPAR: MINERAIS DO PARANÁ S/A
NBR: NORMA BRASILEIRA
PDM: PLANO DIRETOR MUNICIPAL
PDU: POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E NACIONAL PARA O ESTADO DO PARANÁ
PDUOS: PLANO DIRETOR DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO
PIB: PRODUTO INTERNO BRUTO
PMRI: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
PPA: PLANO PLURIANUAL
PRDE: PLANO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO
SANEPAR: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ
SEMA: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
SETR: SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES
SEDU: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
SIMEPAR: SISTEMA METEOROLÓGICO DO PARANÁ
SUDERHSA: SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL

O Brasil é considerado um país com urbanização recente, uma vez que até a década de 40 sua população era mais rural do que urbana. Só com o início da industrialização do país é que esse quadro começou a reverter. As políticas desenvolvimentistas nos anos 50, 60 e 70 do século XX, fomentaram o processo industrial e a migração da população rural para a zona urbana, incrementando o crescimento das cidades e a conseqüente demanda por moradia nestes centros.

As Constituições de 1967 e 1969, não demonstraram preocupação com o crescimento das cidades, o urbanismo e a legislação pertinente. Até 1977, nenhuma Constituição Estadual continha qualquer preceito sobre a matéria urbanística. De 1967 até 1975, conforme relata Bayer (1977), foram propostas nove leis orgânicas dos municípios dispendo sobre a organização municipal e sua competência. A Lei Orgânica dos Municípios era o instrumento adequado para definir uma política urbanística em âmbito estadual e dotar os municípios de capacidade de regular o processo de urbanização.

Nesse período, um dos maiores avanços na área foi à aprovação da Lei Federal nº. 6.766/79, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, a proteção do patrimônio cultural e questões ambientais.

Somente na Constituição Federal de 1988, através dos artigos 182 e 183, que tratam do capítulo relativo à Política Urbana, foi possível assegurar uma maior autonomia aos municípios, que passaram a ter maior liberdade para a gestão local.

O artigo 182 estabeleceu que a política de desenvolvimento urbano fosse executada pelo poder público municipal, através do planejamento territorial e gestão urbana. Tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, promover o bem estar de seus habitantes, garantindo o direito à Cidade para todos os que vivem nela, definindo que o instrumento básico dessa política é o Plano Diretor.

Esses artigos foram regulamentados somente em 10 de julho de 2001, com a aprovação da

Lei N° 10.257, denominada **Estatuto da Cidade**, que determina que o Plano Diretor é instrumento da política urbana para cidades com mais de 20.000 habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; onde o poder público pretenda utilizar os instrumentos previstos no parágrafo 4° do Artigo 182 da Constituição Federal (parcelamento ou edificação compulsórios, imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo, desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública); cidades integrantes de áreas de especial interesse turístico; cidades inseridas em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

A Constituição do Estado do Paraná de 1989, em seu Capítulo II, artigos 150 a 153, que tratam da Política Urbana, prevêm que o Plano Diretor deverá conter: normas relativas ao desenvolvimento urbano; políticas de orientação da formulação de planos setoriais; critérios de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com garantias de acesso aos locais de trabalho, serviço e lazer; proteção ambiental; ordenação de usos, atividades e funções de interesse zonal.

No ano de 2006, foi aprovada a Lei Estadual nº. 15229, baseada no artigo 141, da Constituição Estadual, que dispõe sobre as normas para execução do sistema das diretrizes e bases do planejamento e desenvolvimento estadual. Em especial o capítulo III, artigo 3º, que orienta a elaboração, a implementação e o controle dos Planos Diretores Municipais, que deverão observar as disposições do Estatuto da Cidade. No 4º artigo ficou estabelecido que o governo de estado “somente firmará convênios de financiamento para projetos e obras de infra-estrutura, equipamentos e serviços com municípios” que possuam Plano Diretor aprovado pela Câmara de Vereadores ou em execução. O Plano Diretor é o estabelecimento de diretrizes gerais de política urbana, que nortearão o ordenamento urbano e rural, e o desenvolvimento sustentável do Município de Reserva do Iguaçu, o qual deverá ser revisto, pelo menos, a cada 10 (dez) anos, nos termos do § 3º do artigo 40, da Lei do Estatuto da Cidade.

Este Plano Diretor cria possibilidades de desenvolvimento urbano e rural que valorizam as funções sociais da cidade e da propriedade urbana, determinando em caráter definitivo e objetivo as condições de desenvolvimento auto-sustentável, compatível com o meio ambiente, gerando resultados econômicos e sociais que determinarão a qualidade de vida de hoje e para o futuro do Município.

O Plano Diretor Municipal, portanto é baseado no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) e no processo participativo, onde a comunidade tem a oportunidade de discutir a “cidade que queremos” nas reuniões comunitárias e audiências públicas. A participação efetiva da população deve ocorrer com os mais diversos setores da sociedade, representada por integrantes das entidades da sociedade civil organizada, conselhos municipais e representantes de Associações de Moradores, ONGs, vereadores e secretarias municipais.

Para a elaboração do produto final do Plano Diretor Municipal deve ser feita a Leitura da Realidade Local, que consiste na fusão da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária, que originará as Diretrizes e Proposições, que por sua vez definirão as leis municipais. Na Leitura Técnica são levantadas as principais condicionantes e potenciais de desenvolvimento do Município através de dados técnicos e pesquisas com os moradores, entidades e órgãos públicos. A Leitura Comunitária é realizada por meio de reuniões com a comunidade com o objetivo de destacar as principais necessidades e pontos fortes que podem ser apontados no Município.

As Diretrizes e Proposições definem os aspectos gerais sobre o desenvolvimento municipal quanto aos aspectos econômicos, sociais ambientais e urbanísticos. Nessa etapa são estudados os traçados viários, áreas de expansão urbana e áreas de ocupação restrita devido a encostas ou cursos d'água, áreas de interesse histórico-cultural, áreas de lazer e convívio social, entre outros aspectos.

Por fim, as leis municipais devem traduzir os anseios da população e as novas diretrizes do Município. As leis devem ser encaminhadas à Câmara Municipal para apreciação e aprovação.

1. INTRODUÇÃO

O presente Plano de Trabalho apresenta as atividades, métodos e técnicas, produtos e cronograma físico, para a execução do Objeto do Contrato de elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM), entendido como preceitua a Lei Federal 10.257/01 – Estatuto da Cidade, principal instrumento orientador da política de desenvolvimento urbano e de expansão urbana, abrangendo toda a área do Município, definindo diretrizes tanto no âmbito urbano como no rural.

O Plano Diretor será compatibilizado com os seguintes instrumentos: Lei Orgânica do Município; Planos Setoriais do Governo Estadual; Plano Regional em que se insere o Município; Lei de Responsabilidade Fiscal e a Agenda 21 para o Estado do Paraná. O trabalho também estará em compatibilizado com a Lei Estadual nº. 15.229/2006 e com os instrumentos orçamentários da Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal: Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei do Orçamento Anual do Município – LOA.

1.1. PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho é um documento que serve de roteiro para a execução do Plano Diretor Municipal – PDM de Reserva do Iguaçu, contendo descrição das atividades, métodos e técnicas, etapas e ainda uma descrição dos produtos a serem entregues, além do cronograma físico (com prazo máximo) para conclusão de cada Fase.

O Plano de Trabalho pode ser alterado, caso haja necessidade, em face de situações posteriores que o justifiquem, estas justificativas deverão constar no próprio Plano de Trabalho e no relatório sucinto da Fase.

1.2. FASES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O trabalho é composto das seguintes fases:

- 1.2.1.** 1ª Fase: Entrega do documento constando o Plano de Trabalho, Lista de Participantes da 1ª Audiência Pública¹, conteúdo programático do processo de capacitação da Equipe Técnica Municipal – ETM e da Comissão de Acompanhamento – CA referente a esta fase, relatório sucinto da fase².
- 1.2.2.** 2ª Fase: Entrega do documento constando a Avaliação Temática Integrada, conteúdo programático do processo de capacitação da Equipe Técnica Municipal – ETM e da Comissão de Acompanhamento – CA referente a esta fase, relatório
- 1.2.3.** 3ª Fase: Entrega da versão final do documento constando a Definição de Diretrizes e Proposições, conteúdo programático do processo de capacitação da Equipe Técnica Municipal – ETM e da Comissão de Acompanhamento – CA referente a esta fase, relatório sucinto das atividades⁽³⁾ desenvolvidas nessa fase, incluindo dados sobre a 2ª Audiência Pública³.
- 1.2.4.** 4ª Fase: Entrega da versão final do documento constando a Legislação Básica (Minutas dos Anteprojetos de Leis), e os Instrumentos Relativos ao Processo de Planejamento da Gestão Municipal, conteúdo programático do processo de capacitação da Equipe Técnica Municipal – ETM e da Comissão de Acompanhamento – CA referente a esta fase e relatório sucinto das atividades⁽³⁾ desenvolvidas nessa etapa.
- 1.2.5.** 5ª Fase: Entrega da versão final do documento constando a Proposta de Plano de Ação e Investimentos e os produtos finais das fases anteriores, os dados relativos à 3ª Audiência Pública⁴, finalização do processo de capacitação da equipe interna e da Comissão de Acompanhamento, assim como Relatório Final caracterizando todas as atividades executadas desde o início do trabalho, para aprovação do Município e

(1) Vide subitem específico

(2) No relatório sucinto das atividades serão apontadas as situações e experiências enfrentadas pela Equipe Técnica Municipal ou consultoria, ao longo do desenvolvimento do processo de construção do PDM.

(3) Vide subitem específico

(4) Vide subitem específico

supervisão da SEDU/PARANACIDADE. Inclui-se também a realização da Conferência Municipal da Cidade ⁵.

2. DETALHAMENTO DAS FASES DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Estas fases serão compostas da seguinte forma:

2.1. 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal respeitará os pressupostos da Resolução nº. 25 do Conselho Nacional das Cidades, devendo para isso, seguir as seguintes orientações: ser convocada por edital com ampla divulgação (com antecedência mínima de 15 dias); Ocorrer em locais e horários apropriados, objetivando maior número de participantes; Execução de Ata; Gravação da audiência (Resolução nº. 25, art. 8, inciso V); Lista de Presença, esclarecendo número da audiência, data e horário, local, descrevendo Nome, endereço, telefone, email, função e entidade de cada participante; disponibilização, com antecedência mínima de 15 dias, à população em geral, do conteúdo que será discutido e demonstrado na Audiência; Discussões e debates aos presentes; Publicação e divulgação dos resultados a toda a população, bem como inclusão na Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal dos resultados da Audiência Pública.

A 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal englobará apresentações e debates referentes ao Plano Diretor Municipal, contemplando as seguintes pautas:

2.1.1. Propostas para a implementação de processo de planejamento local e estratégias para a elaboração do Plano Diretor Municipal - PDM, em observação aos requisitos constitucionais e legais, respeitando ainda as resoluções do Conselho Nacional das Cidades;

⁽⁵⁾ Vide subitem específico

- 2.1.2.** Mobilização e importância da participação comunitária no Plano Diretor Municipal – PDM;
- 2.1.3.** Identificação de entidades, associações e movimentos sociais atuantes no município;
- 2.1.4.** Criação de Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal – PDM, sua composição e atribuições;
- 2.1.5.** Sondagens iniciais sobre as necessidades e aspirações comunitárias afetam ao Plano Diretor Municipal – PDM;
- 2.1.6.** Participação da comunidade através de questionários a respeito do Município, objetivando conhecer os principais anseios e sugestões da população.

2.2. ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

A Análise Temática Integrada (ATI) pressupõe as seguintes etapas: Levantamento de Dados, Sistematização, Análise e Diagnóstico do Município, realizadas por meio de duas leituras: Leitura Técnica e Leitura Participativa. A primeira terá como objetivo o levantamento e a organização, no território, de dados e informações necessárias à construção de um diagnóstico da situação atual do Município. Para isso, será necessário inicialmente realizar o Levantamento de Dados e Informações, obtidos em campo, além das existentes na Prefeitura Municipal, na Emater, na Sanepar, na SEDU/PARANACIDADE, na Copel, Cohapar e nos demais órgãos que possuam informações. Com base nestes dados serão avaliados os seguintes temas, representados em mapas correspondentes:

- 2.2.1.** Aspectos Regionais;
- 2.2.2.** Aspectos Ambientais, tendo como referência as bacias e micro-bacias hidrográficas;
- 2.2.3.** Aspectos Sócio-econômicos;
- 2.2.4.** Aspectos Sócio-espaciais;
- 2.2.5.** Aspectos de Infra-estrutura e Serviços Públicos;
- 2.2.6.** Aspectos Institucionais.

A Leitura Participativa terá como objetivo levantar, organizar e mapear, no território, as demandas coletivas dos diferentes grupos sociais. Para isso, serão realizadas reuniões nas

diferentes localidades do Município, com o objetivo de coletar informações, mas principalmente iniciar um processo de um sistema permanente e participativo de planejamento e gestão.

De posse desses dados, as informações serão interpretadas, sintetizadas e sobrepostas, objetivando analisar o Município sob os mais diversos aspectos.

Será elaborada a análise individualizada de cada informação, sua inter-relação e sua inserção no contexto geral, permitindo uma visão ampla das condicionantes, deficiências e potencialidades locais. Com esse método, por meio da produção de um Mapa Síntese, será possível evidenciar as condicionantes (limitações) e oportunidades locais.

Todas as informações coletadas serão convenientemente espacializadas em mapas, em escala adequada para a demonstração da informação, apresentados em formato A4 e/ou A3 e em meio digital.

2.3. DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

Com base nas avaliações efetuadas, serão definidos eixos estratégicos que nortearão a construção do PDM, através de diretrizes e proposições para curto, médio e longo prazo, visando ações nas áreas institucionais, sócio-econômicas, ambientais, físico-espaciais, de infra-estrutura e serviços públicos.

As Diretrizes e Proposições deverão incluir:

- 2.3.1.** Política de Desenvolvimento Urbano e Rural;
- 2.3.2.** Estabelecimento de uma sistemática permanente e participativa de planejamento e gestão municipal;
- 2.3.3.** Definição de mecanismos referentes ao manejo da valorização imobiliária e inclusão territorial;
- 2.3.4.** Racionalização da ocupação do espaço urbano, de expansão urbana e rural;

- 2.3.5.** Distribuição eqüitativa dos usos, atividades, infra-estrutura social e urbana e densidades construtivas e demográficas;
- 2.3.6.** Estruturação e hierarquização do sistema viário urbano e rural, compatível com o zoneamento e articulado com o transporte coletivo;
- 2.3.7.** Conservação do meio ambiente, saneamento ambiental e proteção ao patrimônio natural, paisagístico, histórico, artístico, cultural, arqueológico e demais elementos que caracterizem a identidade do Município;
- 2.3.8.** Procedimentos e instrumentos a serem adotados nos projetos de parcelamento, edificações e consultas prévias, liberações de alvarás, laudo de conclusão de obras e “habite-se”;
- 2.3.9.** Democratização da gestão administrativa e territorial, com a definição de processos e recursos necessários para a atualização permanente dos instrumentos de política e planejamento territorial, a institucionalização e o funcionamento dos mecanismos previstos no Estatuto da Cidade;
- 2.3.10.** Procedimentos e instrumentos visando à regularização fundiária sustentável, identificando parâmetros e ações para regularizar áreas ocupadas irregularmente, quando for o caso.

Estas diretrizes estarão articuladas e especializadas em mapa, em escala apropriada, constituindo um Macrozoneamento, abrangendo o território de todo o Município. O Macrozoneamento embasará o futuro Zoneamento, quando cada macrozona dará origem a distintas zonas, que definirão o uso e a ocupação do solo do Município e subsidiará a definição das estratégias de intervenção contidas no Plano de Ação e Investimentos (PAI). O PAI deverá estar em concordância com a Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei do Orçamento Anual do Município – LOA.

2.4. 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A 2ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal respeitará os pressupostos da Resolução nº. 25 do Conselho Nacional das Cidades, devendo para isso, seguir as seguintes orientações: Ser convocada por edital com ampla divulgação (com antecedência mínima de 15 dias);

Ocorrer em locais e horários apropriados, objetivando maior número de participantes; Elaboração de Ata; Gravação da audiência (Resolução nº. 25, art. 8, inciso V); Lista de Presença, esclarecendo número da audiência, data e horário, local, descrevendo Nome, função e entidade de cada participante; Disponibilização, com antecedência mínima de 15 dias, à população em geral, do conteúdo que será discutido e demonstrado na Audiência; Discussões e debates aos presentes; Publicação e divulgação dos resultados, a toda a população, bem como inclusão na Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor dos resultados da Audiência Pública.

2.4.1. Apresentação dos resultados tabulados referentes à 1ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal;

2.4.2. Apresentação da síntese do diagnóstico da realidade municipal, baseando-se no produto da Fase 2 - Avaliação Temática Integrada;

2.4.3. Apresentação dos cenários construídos com base nas diretrizes e proposições do PDM, de acordo com o produto da Fase 3 - Diretrizes e Proposições;

2.4.4. Manifestação da Sociedade Civil com sugestões para o aprimoramento das diretrizes e proposições apresentadas.

2.5. PROPOSIÇÃO DA LEGISLAÇÃO BÁSICA (MINUTAS DE ANTEPROJETOS DE LEI)

2.5.1. Minuta de Anteprojeto de Lei do Plano Diretor Municipal: onde serão estabelecidas as Diretrizes e Proposições de Desenvolvimento Municipal indicadas, acompanhada de mapas em escala apropriada, incluindo Capítulos sobre: Macrozoneamento (Organização Espacial), articulada à inserção ambiental englobando o uso, o parcelamento e a ocupação do território, a infra-estrutura e os equipamentos sociais; Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Municipal, definindo os instrumentos que auxiliarão o Poder Municipal na tarefa de planejar e gerenciar o desenvolvimento; Sistema de acompanhamento e controle do plano;

2.5.2. Minuta de Anteprojeto de Lei do Perímetro Urbano e do Perímetro de Expansão Urbana, que delimita/m as áreas urbanas e de Expansão Urbana do município, onde o

Município irá prover os espaços de equipamentos e serviços, bem como exercer o seu poder de polícia e de tributação municipal.

- 2.5.3.** Minuta de Anteprojeto de Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural, que divide o território do município em zonas e áreas, define a distribuição da população neste espaço em função de infra-estrutura existente e das condicionantes ambientais;
- 2.5.4.** Minuta de Anteprojeto de Lei do Sistema Viário Urbano e Rural, hierarquizando e dimensionando as vias públicas, bem como sua definição para novos parcelamentos.
- 2.5.5.** Minuta de Anteprojeto de Lei do Parcelamento do Solo Urbano, a qual define os procedimentos relacionados com os loteamentos, desmembramentos e remembramentos de lotes urbanos e demais requisitos urbanísticos: tamanho mínimo dos lotes, a infra-estrutura que o loteador deverá implantar bem como o prazo estabelecido para tal, a parcela que deve ser doada ao poder público com a definição de seus usos (assegurando ao município a escolha das áreas mais adequadas), a definição das áreas prioritárias e das áreas impróprias ao parcelamento, proposição de áreas para loteamentos populares (Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS), bem como demais instrumentos previstos no Estatuto da Cidade;
- 2.5.6.** Minuta de Anteprojeto de Lei do Código de Edificações e Obras regulamentando as normas edilícias no município;
- 2.5.7.** Minuta de Anteprojeto de Lei do Código de Posturas, regulamentando o Poder de Polícia do Município sobre temáticas referentes às posturas municipais;
- 2.5.8.** Minutas de Anteprojetos de Leis específicas para utilização dos instrumentos previstos na Lei Federal nº. 10.257/01 e outras que se mostrarem necessárias para implementação das propostas previstas no Plano Diretor Municipal – PDM. Os instrumentos que poderão ser propostos serão, dentre outros: planos, programas e projetos setoriais; planos de desenvolvimento econômico e social; imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU; contribuição de melhoria; incentivos e benefícios fiscais e financeiros; desapropriação; servidão administrativa; tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; instituição de unidades de conservação; instituição de zonas especiais de interesse social; concessão de direito real de uso; concessão de uso especial para fins de moradia; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;

usucapião especial de imóvel urbano; direito de superfície; direito de preempção; outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; transferência do direito de construir; operações urbanas consorciadas; regularização fundiária; estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

2.6. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI)

Indica as ações e os projetos prioritários, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos, tendo em vista a implementação do Plano Diretor Municipal, apresentando a hierarquização de investimentos em infra-estrutura, equipamentos comunitários e ações institucionais, com a estimativa de custos aproximados, para próximos 10 (dez) anos em compatibilidade com a projeção orçamentária, incluída a previsão de capacidade de endividamento municipal e a possibilidade de busca de outras fontes de recursos.

No PAI, com apoio do conhecimento dos aspectos: funcional – competências e atribuições; institucional – inter-relações internas e externas e legais – instrumentos e normas reguladoras – do Município deverão ser propostas:

- 2.6.1.** Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal visando à implementação do Plano Diretor Municipal e a gestão do desenvolvimento municipal e conseqüente acompanhamento, controle, avaliação e atualização permanente do mesmo;
- 2.6.2.** Organização de sistema de informações para o planejamento e gestão municipal, para que a Prefeitura Municipal possa produzir os dados necessários, com a frequência definida, para concepção dos indicadores propostos para o Plano Diretor Municipal.
- 2.6.3.** Formulação de Indicadores para o monitoramento e avaliação sistemática do nível de erro e acerto das diretrizes definidas.

2.7. 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

A 3ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal respeitará os pressupostos da Resolução nº. 25 do Conselho Nacional das Cidades, devendo para isso, seguir as seguintes orientações: Ser convocada por edital com ampla divulgação (com antecedência mínima de 15 dias); Ocorrer em locais e horários apropriados, objetivando maior número de participantes; Execução de Ata; Gravação da audiência (Resolução nº. 25, art. 8, inciso V); Lista de Presença, esclarecendo número da audiência, data e horário, local, descrevendo Nome, função e entidade de cada participante; Disponibilização, com antecedência mínima de 15 dias, à população em geral, do conteúdo que será discutido e demonstrado na Audiência; Discussões e debates aos presentes; Publicação e divulgação dos resultados, a toda a população, bem como inclusão na Minuta do Anteprojeto de Lei do Plano Diretor dos resultados da Audiência Pública.

- 2.7.1.** Apreciação das Proposições para a Legislação Básica (Minutas de Anteprojeto de Leis);
- 2.7.2.** Aprovação das ações, dos projetos prioritários e dos investimentos públicos municipais necessários à implementação do PDM, baseado no produto da Fase 5 - Plano de Ação e Investimentos;
- 2.7.3.** Avaliação dos Produtos Finais do Plano Diretor Municipal – PDM.

2.8. ENTREGA DO MATERIAL FINAL À PREFEITURA MUNICIPAL E À SEDU/PARANACIDADE

Serão entregues à Prefeitura Municipal os seguintes documentos:

- 2.8.1.** Plano de Trabalho
- 2.8.2.** Documento contendo a Análise Temática Integrada;
- 2.8.3.** Documento contendo a Definição de Diretrizes e Proposições;
- 2.8.4.** Documento contendo a Legislação Básica (Minutas de Anteprojeto de Leis);
- 2.8.5.** Documento contendo os instrumentos relativos ao Processo de Planejamento e Gestão Municipal;
- 2.8.6.** Documento contendo a Proposta de Plano de Ação e Investimentos;

Todos os documentos serão ajustados aos resultados das Audiências Públicas do Plano Diretor Municipal.

Em cada etapa constará o conteúdo programático dos treinamentos e a listagem dos técnicos municipais (integrantes da ETM) e dos integrantes da Comissão de Acompanhamento da Elaboração do Plano Diretor Municipal.

O documento com a versão final, de todos os produtos, será apresentado em um único volume, com três vias encadernadas, em papel formato A4, e em meio digital, em 3 CD's ou DVD's.

Todo material produzido, decorrente da execução das atividades, ficará em posse do Município e será de propriedade do mesmo. Destas três vias uma será encaminhada à SEDU/PARANACIDADE, juntamente com seu respectivo arquivo digital. As outras duas serão encaminhadas ao Município, quando uma ficará na Prefeitura Municipal e a outra será entregue oficialmente à Câmara de Vereadores.

2.9. CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE

Em conjunto com a Terceira Audiência Pública será realizada uma Conferência Municipal, tendo como tema o Plano Diretor Municipal com os seguintes objetivos:

- 2.9.1.** Garantir a instauração de um processo permanente de planejamento, visando obter o comprometimento do poder público municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente;
- 2.9.2.** Criar o Conselho de Desenvolvimento Municipal, a partir da experiência da Comissão de Acompanhamento – CA da Elaboração do Plano Diretor Municipal – PDM e dos demais Conselhos Municipais existentes, definindo sua composição e suas atribuições;
- 2.9.3.** Obter o comprometimento da Câmara de Vereadores com a aprovação do PDM construído coletivamente.

3. METODOLOGIA

3.1. PESQUISA

A primeira etapa para a elaboração do Plano Diretor Municipal é o conhecimento pleno da realidade do Município, em todos os seus aspectos, por parte da equipe, por meio de pesquisas junto à população, junto aos órgãos públicos atuantes no Município e através de visitas a campo. Todas as informações obtidas serão organizadas, tabuladas e compiladas, além de devidamente espacializadas, objetivando facilitar a leitura da realidade municipal.

As informações a serem consideradas serão as seguintes:

3.1.1 Aspectos Regionais: Os aspectos regionais envolvem a contextualização das principais características da Região Oeste do Paraná, e com especial atenção ao Município de Reserva do Iguaçu.

3.1.2 Aspectos Naturais:

3.1.2.1 Meio Físico: O levantamento de dados relativos ao meio físico, compreende:

3.1.2.1.1 Clima e Ar:

- **Climatologia** – análise dos principais fatores meteorológicos – temperatura, pluviosidade – índices pluviométricos locais e respectivas séries históricas (umidade relativa do ar, ventos etc.);

3.1.2.1.2 Água:

- **Hidrografia** – identificação das sub-bacias e respectivo mapeamento, levantamento da existência de vegetação nas áreas de preservação permanente; disponibilidade de mananciais, análise de usos múltiplos da água;

3.1.2.1.3 Solo e Subsolo

- **Geologia** – descrição da geologia local; caracterização das unidades estratigráficas e litológicas e potenciais; locais (formações rochosas); avaliação de condicionantes geológicas e respectivas áreas c

- **Geomorfologia** – descrição das unidades geomorfológicas locais; análise do relevo (hipsometria, declividades e exposição de vertentes à insolação), avaliação de condicionantes geomorfológicos e respectivas áreas críticas e potenciais;

▪ **Pedologia:** caracterização das classes de solos locais; determinação das classes de fragilidade e erodibilidade dos solos; avaliação de condicionantes pedológicos e respectivas áreas críticas e potenciais;

3.1.2.2 Meio Biológico: O levantamento de dados relativos ao meio biológico, compreende:

3.1.2.2.1 Flora

▪ **Vegetação** - identificação da vegetação municipal; áreas verdes – análise da arborização de ruas (espécies, plantio, poda, conflitos com espaço físico disponível e redes de infraestrutura, danificação dos passeios, impactos sobre a paisagem etc.);

3.1.2.2.2 Fauna

▪ Identificação da fauna local;

3.1.2.3 Sistema Antrópico

3.1.2.3.1 Aspectos Espaciais

O levantamento de dados relativos ao sistema antrópico – aspectos espaciais – compreendem:

3.1.2.3.2 Uso e Ocupação do Solo

▪ **Urbano** – caracterização da ocupação (evolução da ocupação, densidade populacional, tipologias – residenciais, industriais, comerciais, de serviços, institucionais, especiais – áreas e edificações importantes para o patrimônio histórico e cultural etc.); análise do parcelamento do solo e suas tendências de crescimento; aspectos atuais dos loteamentos (classificação em regulares, irregulares ou clandestinos, dimensão, infra-estrutura existente, características socioeconômicas etc.); vazios urbanos; análise dos cadastros imobiliários; análise dos impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes do uso e ocupação do solo urbano; identificação das condicionantes do uso do solo urbano e respectivas áreas críticas e potenciais;

▪ **Rural** – caracterização da evolução da ocupação local e do uso do solo rural (agricultura, pecuária, silvicultura, mineração etc.); análise evolutiva da espacialização das atividades primárias e suas tendências de crescimento; aspectos atuais da ocupação rural; análise dos cadastros imobiliários; análise dos impactos ambientais e socioeconômicos decorrentes do uso e ocupação do solo rural; identificação das condicionantes do uso do solo rural e respectivas áreas críticas e potenciais;

3.1.2.3.3 Infra-estrutura

- **Circulação** – urbana e rural: caracterização do sistema viário (hierarquia de vias, características básicas das vias - tipo de pavimentação, passeios, infra-estrutura, sinalização etc.); análise de fluxos e pontos de conflito viário urbano; caracterização do sistema de transporte escolar, intermunicipal e de cargas (linhas, características básicas: pontos e paradas, atendimento etc.);
- **Saneamento – abastecimento de água**: análise do sistema na área urbana e rural (mananciais, captação e reservação, redes de distribuição e respectiva área de atendimento, identificação do uso da água por tipologia - comercial, industrial, residencial, agricultura, pecuária, entre outras, índices de abastecimento de água etc.); **esgotamento sanitário**: análise do sistema na área urbana e rural (redes de coleta e respectiva área de atendimento, tratamento e lançamento de efluentes, usuários por tipologia – comercial, industrial e residencial, locais com deficiência ou rede de esgoto inexistente, pontos de lançamento de esgoto, estação de tratamento de esgoto); **drenagem urbana**: análise do sistema (redes e respectiva área de atendimento, erosões decorrentes das redes de drenagem, previsão de ampliação da rede; **resíduos sólidos**: análise das áreas atendidas (rota e frequência de coleta, tratamento e disposição final, aterros, pontos irregulares de despejo, índices de coleta de resíduos, coleta seletiva, etc.);
- **Energia**: identificação do sistema na área urbana e rural (redes de alta e baixa tensão, iluminação pública e respectiva área de atendimento, consumo de energia por tipologia de consumidores etc.);
- **Comunicações**: identificação do sistema de telefonia urbana e rural (rede - convencional e celular - linhas, postos de serviços, telefones públicos etc. - e respectiva área de atendimento etc.); identificação dos serviços de correios e telégrafos (agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT – e respectiva área de atendimento etc.);

3.1.2.3.4 Aspectos Sócio-Econômicos

O levantamento de dados relativos ao sistema antrópico – aspectos sócio-econômicos – compreendem:

- **Demografia** - caracterização da população urbana e rural (histórico do crescimento populacional, densidade demográfica, taxas de crescimento, projeções demográficas, aspectos migratórios, perfil sociocultural etc.)
- **Educação** – análise dos serviços na área urbana e rural (equipamentos - escolas, creches etc., índices de matriculados, evasão escolar, etc.); análise de demanda de serviços de educação e atendimento infantil;
- **Saúde e Assistência Social** – análise dos serviços área urbana e rural (equipamentos - postos de saúde, hospitais etc. - públicos - municipais, estaduais e federais - e privados e respectivas áreas de atendimento, índices de mortalidade, atendimentos/mês, coeficientes de incidência de doenças etc.); análise de demanda de serviços de saúde e assistência social e previsões institucionais de ampliação dos serviços;
- **Cultura, esportes e lazer** – análise dos serviços na área urbana e rural equipamentos - centros culturais, esportivos e/ou de lazer - públicos - municipais, estaduais e federais - e privados e respectivas áreas de atendimento, etc.); análise de demanda de serviços de cultura, esportes e lazer e previsões institucionais de ampliação dos serviços;
- **Habitação** - análise das condições habitacionais na área urbana e rural (condições da habitabilidade, tipologia das construções, infra-estrutura implantada, programas habitacionais etc.);
- **Setores Produtivos** – atividade agrossilvopastoril (culturas, produção); análise da atividade extrativo-mineral (produtos, produção); atividade industrial, comercial e de serviços: (produtos, tecnologias, produção), identificação de áreas críticas e potenciais para indústrias não poluidoras; atividade turística (produtos, mercado e desempenho, potencialidades);
- **Renda e Ocupação da População:** análise da renda e ocupação urbana e rural (população economicamente ativa, oportunidades de emprego, classes de renda etc.); previsões institucionais de geração de emprego e aumento da renda; avaliação das condições de emprego e renda;

3.1.2.3.5 Aspectos Institucionais

O levantamento de dados relativos ao sistema antrópico – aspectos institucionais compreendem:

- **Estrutura Administrativa:** administração pública – análise da estrutura administrativa municipal (unidades, atuação, funcionários por unidade, etc.); análise da situação de recursos humanos no município (número de funcionários, qualificação dos profissionais, necessidades de readequação do quadro de pessoal); análise de necessidades de treinamento e formação profissional para gestão local;
- **Base Tributária e Financeira** – análise da situação financeira do município (arrecadação municipal, receitas, despesas, investimento); análise da economia municipal e novas fontes de arrecadação;
- **Estrutura Normativa e Legal** - caracterização e análise da legislação pertinente nas esferas federal, estadual, regional e municipal relacionada ao meio ambiente, uso e ocupação do solo urbano e rural, infra-estrutura e serviços urbanos e regionais, serviços sociais, administração pública, base tributária e financeira.

Todas as informações citadas serão relacionadas, tabuladas e estarão convenientemente espacializadas em mapas, em escala adequada para a demonstração da informação, apresentados em formato A4 e/ou A3 e em meio digital. Na seqüência, as informações serão analisadas, conforme especificado no item diagnóstico.

3.2 DIAGNÓSTICO

Baseado nas informações coletadas na pesquisa será elaborado o diagnóstico. O diagnóstico será formulado por meio de uma visão da realidade local, das formas de produção do espaço e das possibilidades ou necessidades de expansão.

Esta fase deve possibilitar respostas imediatas a algumas questões, tais como: definição do grau de urbanização da área, desenvolvimento do processo de urbanização e determinação das características de zonas específicas, obtidas através da análise do sistema viário, equipamentos urbanos e comunitários, perímetro urbano, parcelamento do solo, vazios urbanos, padrões e gabaritos das edificações, densidades populacionais, áreas potencialmente preserváveis, áreas de intervenções prioritárias e outras.

A partir das informações obtidas por meio do levantamento de dados e de seus cruzamentos, é possível definir potencialidades, condicionantes e deficiências das áreas municipais (HARDT, 1998). Para isso, as informações coletadas serão sobrepostas objetivando melhorar a análise e conclusões das mesmas. Para a análise dos elementos positivos, negativos e limitantes do Município, será utilizado o método denominado de CDP – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades. O objetivo é identificar as principais ações a serem propostas para o Município.

As Deficiências são carências que necessitam de ações imediatas, os fatores Condicionantes possuem restrições necessitando de atenção especial e as Potencialidades significam os aspectos positivos do Município que necessitam de ações que favoreçam seu desenvolvimento e sua otimização.

3.3 PROGNÓSTICO E PROPOSIÇÕES

Nesta fase, depois de realizada a leitura técnica e a leitura participativa, as equipes técnica municipal e da consultoria, elaborarão as propostas para o município, objetivando fazer uso das potencialidades relacionadas, amenizando as deficiências encontradas, considerando sempre as condicionantes municipais.

Serão elaboradas minutas de leis municipais, elencados os projetos prioritários, formas de planejamento e gestão municipal, além do sistema de acompanhamento e controle do PDM.

De acordo com MEIRELLES (1983) as limitações urbanísticas competem às três entidades estatais, resguardando à União a elaboração do Plano Nacional de Urbanismo e de normas gerais de urbanismo; aos Estados, a elaboração do Plano Estadual de Urbanismo e de normas urbanísticas regionais e supletivas e complementares das federais; aos municípios, por fim, elaborar e executar o Plano Diretor do Município e leis e, ou instrumentos complementares responsáveis por promover o ordenamento urbano.

No âmbito federal, a União é competente para legislar a respeito de urbanização nos limites e parâmetros constantes na Constituição Federal de 1988, especificamente através dos artigos 182 e 183, que tratam do capítulo relativo à Política Urbana. Esses artigos asseguram maior autonomia aos municípios, que passaram a ter maior liberdade para a gestão local, uma vez que a política de desenvolvimento urbano será executada pelo poder público municipal, através do planejamento territorial e da gestão urbana, objetivando o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, promovendo o bem estar de seus habitantes, garantindo o direito à Cidade para todos os que vivem nela (IBAM, 1993).

Na abordagem municipal, os municípios possuem a atribuição de editar e executar o Plano Diretor ou plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, o qual se constitui num *“complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do Município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local”* (MEIRELLES, 1983). Trata-se de um processo contínuo de planejamento (não estático), que estabelece as prioridades nas realizações do governo local, ordena o crescimento da cidade e disciplina as atividades urbanas em benefício da coletividade.

Baseado na definição das macrozonas será elaborada a Legislação Básica que compreenderá a elaboração das Minutas de Anteprojetos das Leis: Lei do Plano Diretor Municipal, Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei dos Perímetros Urbanos (Perímetros de Expansão Urbana), Lei do Parcelamento do Solo, Lei do Sistema Viário, Lei do Código de Edificações e Obras e Lei do Código de Posturas.

Na seqüência, baseado na estrutura atual, será proposto o Processo de Planejamento e Gestão Municipal, que contará com a adequação da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal e organização de sistema de informações. Para isso, o quadro técnico da prefeitura poderá necessitar de modernização, necessitando ser re-estruturado e capacitado, em face da tecnologia e das atividades que os novos produtos irão requerer numa rotina inicial de inovações incrementais (SILVA et al, 2002).

Por fim, procurando indicar as ações e os projetos prioritários para o município, será elaborada a Proposta de Plano de Ação e Investimentos.

3.4 TREINAMENTOS DA EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL E DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

O Treinamento da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento ocorrerá em todas as fases do processo do PDM, sempre por meio de reuniões de explicativas e reuniões de trabalho.

3.5 AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE

As Audiências Públicas e a Conferência Municipal da Cidade serão realizadas durante o processo de elaboração do plano diretor, objetivando garantir a gestão democrática para o Município. Para isso, serão realizadas em locais públicos, mediante ampla divulgação (como apregoa a legislação pertinente), incentivando a participação dos órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal, a sociedade civil organizada e a população de forma geral. Nas audiências e na conferência serão expostas e discutidas as principais propostas para o Município. Durante o processo será promovida a publicidade e o acesso, à qualquer interessado, quanto aos documentos e informações produzidos.

4 EQUIPE TÉCNICA, COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO, CONSULTORIA E FISCALIZAÇÃO E SUPERVISÃO

A Equipe Técnica Municipal, de acordo com o Termo de Referências, deverá:

- Assegurar a construção do processo do PDM de acordo com os fins propostos no Termo de Referências, subsidiando a consultoria com dados, informações e apoio logístico;

- Aprovar, propor alterações e/ou complementações nos documentos entregues pela consultoria ao longo das diversas etapas do processo, subsidiando, entre outros objetivos, o faturamento e o pagamento da mesma;
- Dar conhecimento aos demais gestores da administração municipal a respeito do processo de construção do PDM;
- Realizar reuniões com a comunidade divulgando o Plano Diretor, detectando as necessidades da Comunidade e prestando esclarecimentos à mesma, nas localidades definidas no 1º. Treinamento da Equipe Técnica Municipal;
- Convocar a participação de outras secretarias ou órgãos do poder público e/ou convidar agentes representantes da sociedade civil para subsidiar a elaboração do relatório de avaliação;
- Mediar e fazer a interlocução entre o poder executivo municipal e a consultoria durante o processo;
- Coordenar o processo de participação da sociedade civil na elaboração do PDM;
- Tornar público o processo de revisão do PDM, instrumentalizando os meios de comunicação com informações.

A Equipe Técnica Municipal, para acompanhamento e fiscalização da elaboração do PDM, nomeada pelo Decreto Nº 171/2009, é composta dos seguintes membros:

JOSE MARIA LUSTOSA MENDES Coordenador
DINAMEIRES DE ALMEIDA Vice-Coordenadora
ANA MARIA FERREIRA RIBAS 1ª Secretária
IRAIDES DE OLIVEIRA MACHADO 2º Secretário
INDIANARA DOS SANTOS ZIMPEL Membro Titular
MAURO JOSE ANTONICHEN Membro Titular
ELIETE VIERO DE LIMA Membro Titular
VITOR LOURENÇO PORTELA Membro Titular
DEIZI HOFFMEISTER DE CAMPOS Membro Titular

EBERSON TIBES Membro Suplente

ALDAIR BATISTA PEGO Membro Suplente

ADÃO DE OLIVEIRA JUNIOR Membro Suplente

SUZANA ANDRIA Membro Suplente

JOSENI DE PAULA TELLES LIMA Membro Suplente

A Comissão de Acompanhamento, de acordo com o Termo de Referência, deverá:

- Acompanhar e opinar nas fases do processo de elaboração do PDM, e posteriormente contribuir na criação, definição das atribuições, composição e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- Elaborar seu regimento interno;
- Acompanhar as oficinas locais, regionais e as audiências públicas, em todas as fases do processo;
- Contribuir na construção coletiva do PDM;
- Cumprir prerrogativas estabelecidas pelo Estatuto da Cidade no que diz respeito à participação da sociedade e a construção de um PDM democrático;
- Auxiliar na mobilização da sociedade durante o processo de construção participativa do PDM.

A Comissão de Acompanhamento – CA, nomeada pela Portaria 119/2009, é composta dos seguintes membros:

LEONILDO PERETTO

MARTA GORETE DA SILVA

CLEMIR FERRARI MAGRI

SONIA SALETE Z. POSTAL

CIRO CÉSAR MARIN

SERGIUS RAMOS

JOÃOZINHO DE ABREU CAMARGO

JOSE MARIA LUSTOSA MENDES

CELSO MARQUES

IRAÍDES DE OLIVEIRA MACHADO
ANA MARIA FERREIRA RIBAS
GILSON LOPES DOS SANTOS
JOÃO FERNANDES NUNES FELIS
JULIO CÉSAR DOS SANTOS
SERGIO LEINIKER
JUMARA DE OLIVEIRA DALLAGNOL
DEIZI HOFFMEISTER DE CAMPOS
ANA LENI P. VARELA
LEO DUARTE
JUSSARA MACEDO DE MATOS
ROSEVAL ALVES CARNEIRO
ARIEL SIQUEIRA RIBAS
KAROLINE SILVEIRA GOULART
LEILA APARECIDA B. CAMARGO
WALDOMIRO ROZISCA JUNIOR
ANA MARIA DOS SANTOS ALMEIDA
PAULO SÉRGIO NUNES
VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
ADIEL TEIXEIRA DO NASCIMENTO

A Consultoria, de acordo com o Termo de Referências, deverá:

- Cumprir todas as etapas previstas no Termo de Referência para a elaboração do PDM;
- Elaborar o PDM baseado nas prerrogativas previstas no termo de Referência e na legislação ambiental pertinente;
- Promover os treinamentos da Equipe Técnica e da Comissão de Acompanhamento;
- Entregar os documento constantes no presente Plano de Trabalho, assim como o conteúdo programático do processo de capacitação da Equipe Técnica

e da Comissão de Acompanhamento referente à cada uma das fases e relatórios das fases;

- Conduzir as Audiências Públicas e a Conferência Municipal da Cidade;

A equipe técnica da empresa consultora é composta pelos seguintes membros descritos a seguir cujos serviços a serem executados são:

Nome	Formação 3º Grau	Responsabilidade Pelos Serviços
MÔNICA JANKE DE CASTRO	Arquiteta e Urbanista	Coordenadora geral
SUSANNE C. PERTSCHI	Arquiteta e Urbanista	Participante de todas as etapas
ADILSON LUIZ BORGES	Engenheiro Cartógrafo	Análise Temática Integrada; Diretrizes e Proposições. Base Cartográfica.
BRASILIO VICENTE DE CASTRO NETO	Advogado	Legislação Básica.
KARLO JOSIP PERTSCHI	Economista e Contador	Análise Temática Integrada – Capacidade de Endividamento e Plano de Ação e Investimentos
JOÃO CARLOS PERON	Engenheiro Cartógrafo	Análise Temática Integrada; Diretrizes e Proposições. Base Cartográfica.
HELTON CHRISTIANO FRANCHETTO	Contador	Análise Temática Integrada – Capacidade de Endividamento e Plano de Ação e Investimentos

A Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu, por meio do Coordenador Eberson Tibes, fará a fiscalização e supervisão do processo de elaboração do PDM.

5 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

A execução dos trabalhos ocorrerá com um prazo previsto de 150 (cento e cinquenta) dias contados a partir da assinatura do contrato, de acordo com cronograma que segue:

FASES	30/9/2009		1ª FASE				2ª FASE				29/11/2009		3ª FASE				29/12/2009				4ª FASE				7/2/2010		5ª FASE		17/2/2010	
	Início	20 dias	30 dias	40 dias	50 dias	60 dias	70 dias	80 dias	90 dias	100 dias	110 dias	120 dias	130 dias	140 dias	150 dias	160 dias	170 dias	180 dias	190 dias	200 dias	210 dias	220 dias	230 dias	240 dias	250 dias	260 dias	270 dias	280 dias		
Plano de Trabalho																														
1ª Audiência Pública Municipal																														
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento																														
Levantamento de dados e Informações																														
Avaliação da Temática Integrada																														
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento																														
Definição de Diretrizes e Proposições																														
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento																														
2ª Audiência Pública Municipal																														
Proposição da Legislação Básica																														
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento																														
Processo de Planejamento e Gestão Municipal																														
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e Comissão de Acompanhamento																														
Proposta de Projetos de Investimentos																														
3ª Audiência Pública Municipal																														
Conferência Municipal da Cidade																														
Elaboração do Volume Final																														
Entrega à Pref. Munic. e à SEDU/Paranacidade																														

Datas Previstas para as Audiências Públicas e treinamentos dos Técnicos Municipais e da Comissão de Acompanhamento

1ª Audiência Pública Municipal
2ª Audiência Pública Municipal
3ª Audiência Pública Municipal
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento
Treinamento da Equipe Técnica Municipal e da Comissão de Acompanhamento
Conferência Municipal da Cidade

Estas datas estão sujeitas a alteração conforme disponibilidade da SEDU/ PARANACIDADE e Prefeito Municipal, e de acordo com desenvolvimento do trabalho

6. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

6.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A História de Reserva do Iguaçu está intimamente ligada às dos municípios de Pinhão e Guarapuava, cujo território e administração foram desmembrados e formaram o Município de Reserva do Iguaçu.

Os desbravadores das grandes matas da região trouxeram o povoamento e o progresso desse rincão paranaense. Em busca de campos para agricultura e pasto para o gado à vegetação foi sendo derrubada.

Antes da emancipação, a região na confluência dos arroios Manjolo e Divisa, era denominada Rondinha, em 07 de Dezembro de 1961 foi sancionada pelo Prefeito de Guarapuava a Lei nº 297, para desapropriação e venda aos interessados de 10 alqueires de terreno na localidade conhecida como Rondinha.

Em 18 de fevereiro de 1964, o então governador Ney Amintas de Barros Braga sancionou a lei nº 7823, da criação do Município de Pinhão, em 07 de junho de 1965, pela lei nº 5.149 foi criado, entre outros, o Distrito de Reserva.

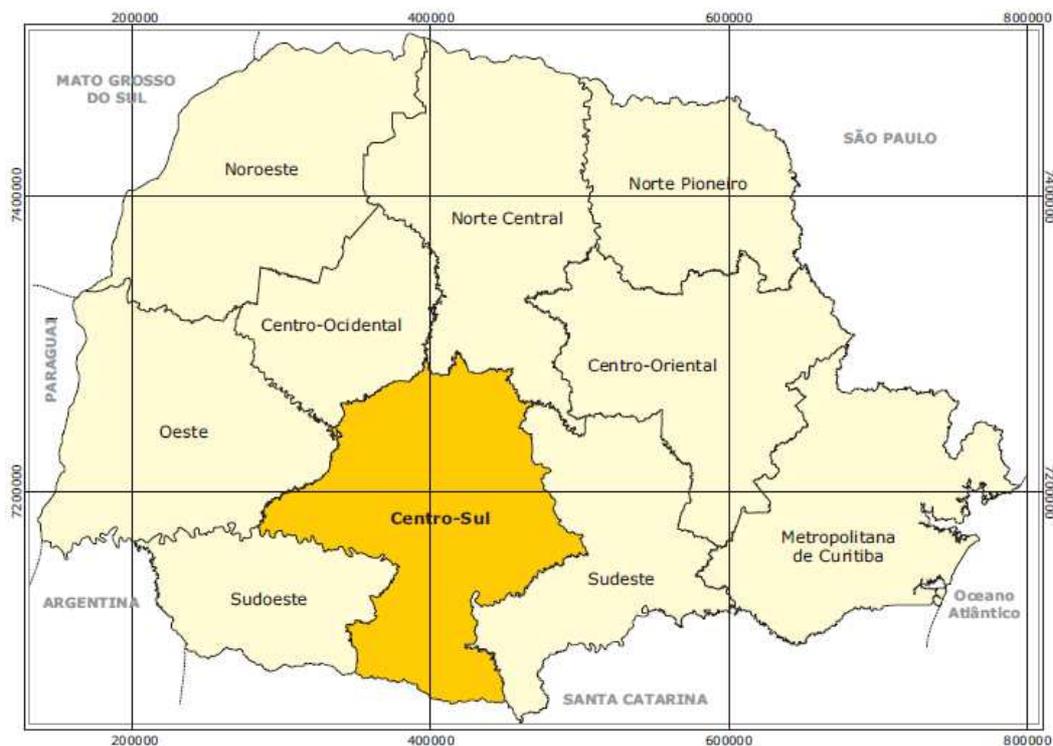
Em 04 de setembro de 1995, atendendo aos anseios de toda a população desta região, o Governador Jaime Lerner sancionou a Lei nº 11.163, da criação do Município de Reserva do Iguaçu. O 1º Prefeito eleito foi Edison Mendes de Campos (1996 – 1999), o 2º Prefeito foi Elias Farah Jr (2000 – 2004), o 3º Prefeito foi Sebastião Almir Caldas de Campos (2005 – 2008), o qual assumiu o seu segundo mandato (2009 – 2012).

6.2. ASPECTOS REGIONAIS

A Região Centro-Sul Estado do Paraná, formada por 29 municípios (figura 01), na qual se insere o Município de Reserva do Iguaçu. Toda a sua extensão está localizada no terceiro planalto, que

é constituído por derrames basálticos. A região se encontra nos domínios de três biomas diferentes, a Floresta Estacional Semidecidual (FES), a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e os Campos Naturais (CAM).

FIGURA 01: LOCALIZAÇÃO DA MESORREGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ



Fonte: IPARDES, 2003

A mesorregião Centro-Sul Paranaense integra uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. A região teve sua história de organização do espaço sempre vinculada a atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivo e extrativo, concentradas nas vastas áreas de campos naturais.

Inicialmente apoiada na criação de muares e de gado para comercialização, a economia regional, paulatinamente, direcionou-se apenas à invernagem e engorda do gado transportado pelos tropeiros, incorporando, em paralelo, a extração da erva-mate e, mais tarde, da madeira.

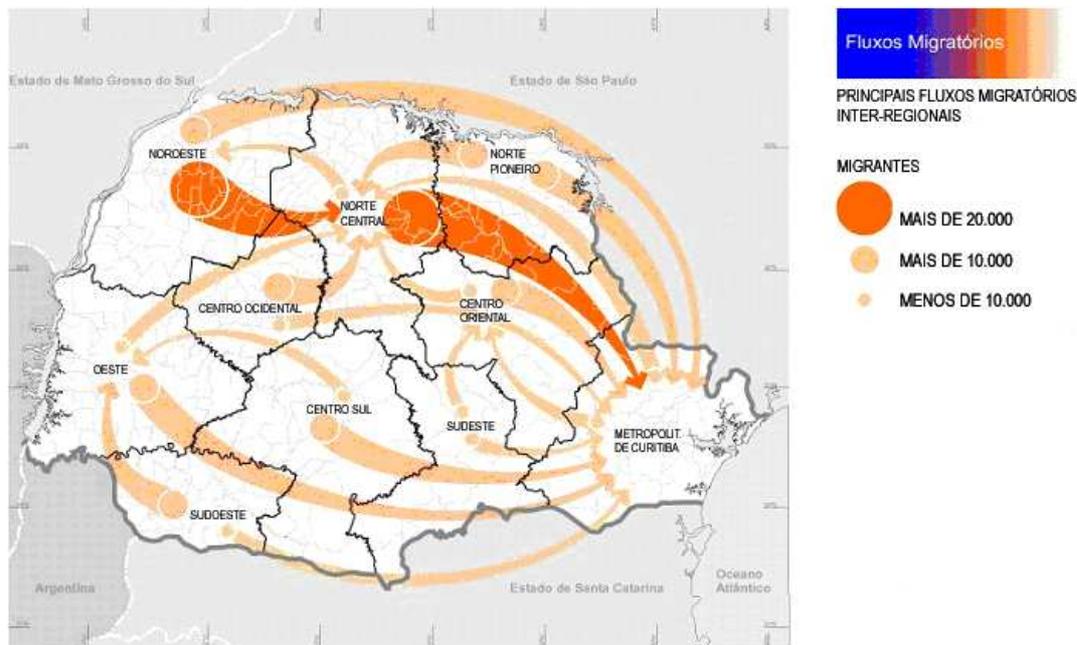
Nesse sentido, convém sublinhar que, de forma geral, o desenvolvimento da região esteve sempre associado à exploração de algum recurso da natureza, consumada de forma predatória e rudimentar.

A quase total ausência de vias de comunicação funcionou, por um longo período, como um mecanismo de entrave à integração viária da região com outras áreas mais dinâmicas do Estado, freando a ocupação regional em larga escala e mantendo escassa sua população.

Nesse contexto de baixo adensamento populacional, a mesorregião Centro-Sul Paranaense alcançou o início da década de 1970 abrigando cerca de 338 mil habitantes, constituindo uma das áreas menos populosas do Estado. Recortada por um pequeno número de extensos municípios apresentava a maior parte da população residindo no meio rural, situação refletida no reduzido grau de urbanização estimado para 1970 (24%), um dos mais baixos do Estado. (IPARDES, 2004).

De acordo com o IPARDES (2004), a mesorregião Centro-Sul, formada por 29 municípios (figura 03), é subdividido em três microrregiões, Palmas, onde se localiza o município de Palmas, que durante muito tempo foi o mais importante pólo de ensino superior do sudoeste do estado, Pitanga, e Guarapuava, a maior, onde se situa o Município de Reserva do Iguaçu.

FIGURA 02: FLUXOS MIGRATÓRIOS DO PARANÁ



Fonte: SEDU, 2003

Com relação aos aspectos de infra-estrutura, no que se refere à disponibilidade de serviços básicos, cerca de 95% dos domicílios urbanos na região Centro-Sul possuem o serviço de abastecimento de água e cerca de 10% possuem o serviço na área rural. Quanto ao esgotamento sanitário, aproximadamente 31% dos domicílios urbanos possuem o serviço, enquanto que cerca de 86% dos domicílios da área rural são atendidos por fossa e sumidouro. Quanto à coleta de lixo, nas áreas urbanas a distribuição desse serviço é bastante homogênea, considerando que pouco mais de 6% da população não dispõe da coleta. A disparidade maior encontra-se nas áreas rurais, onde a sua oferta é bem mais restrita: nestas, mais de 90,0% da população não usufrui do serviço (IPARDES, 2004).

FIGURA 03 – MUNICÍPIOS QUE INTEGRAM A MESORREGIÃO CENTRO SUL DO PARANÁ



Fonte: IPARDES, 2004

A população economicamente ativa (PEA) na mesorregião Centro-Sul, em 2000, era composta por 238 mil pessoas, o que significa que de cada 100 pessoas de 10 anos ou mais de idade, aproximadamente 58 estavam inseridas no mercado de trabalho regional, uma taxa de atividade inferior à observada para o Estado. Esse contingente representava 5% da PEA paranaense.

A mesorregião Centro-Sul apresenta estrutura setorial da ocupação ainda fortemente marcada pela participação de atividades agrícolas, com 38,6% dos ocupados dependendo deste tipo de atividade. São aproximadamente 81 mil pessoas desenvolvendo algum tipo de atividade agropecuária ou de exploração florestal, representando 10% das pessoas ocupadas neste tipo de atividade no Estado.

De acordo com IPARDES (2004), quanto à economia da mesorregião Centro-Sul é verificado o desenvolvimento tecnológico na produção agropecuária. Verifica-se também na região a

estruturação das cooperativas e agroindústrias. A produção que mais se destaca é a de erva-mate, e é a mais significativa do Estado. Na pecuária, o Centro-Sul destaca-se na criação de bovinos e caprinos.

Essa região é caracterizada pela produção de grãos (soja, trigo e milho), que concede a ela, as maiores participações no valor da produção agrícola e também da pecuária do Estado. Na indústria, destaca-se a concentração de atividades na agroindústria, com foco na produção de alimentos (17,06%), posicionando-se no terceiro lugar do Estado. Na ocupação formal da mão-de-obra, em 69% dos municípios prevalece a ocupação do setor primário. Nos menores municípios, a administração pública tem peso relevante na estrutura ocupacional.

Quanto às indústrias, merecem destaque as agroindústrias cooperativas. No comércio e serviços, na Mesorregião merecem destaque as atividades voltadas à mobiliários, químicos diversos e vestuários (IPARDES, 2004).

Quanto à educação, no que diz respeito à taxa de frequência à Centro de Educação Infantil pelas crianças de 0 a 3 anos, verifica-se que nenhum Município atinge a média do Estado que é de aproximadamente 10%. O Município melhor classificado é o de Reserva do Iguaçu, que possui frequência escolar à Centro de Educação Infantil de aproximadamente 9,5%. O indicador de frequência à escola por parte das crianças de 4 a 6 anos, correspondente à pré-escola, atinge a média de 53,3% no Estado. Na mesorregião, nenhum município ultrapassa esse percentual, sendo que ele é atingido apenas pelo município de Reserva do Iguaçu (53,0%), seguido por Mangueirinha (50,7%), Laranjeiras do Sul (49%) e Virmond (48%).

Quanto à frequência à escola das crianças de 4 a 6 anos, correspondente à pré-escola a média do Estado é de 53,3%, na mesorregião nenhum município ultrapassa esse percentual. No que tange à frequência ao ensino das crianças de 7 a 14 anos, a média verificada no Estado é de 95,7%, enquanto que na mesorregião Centro-Sul apenas 2 municípios apresentam taxas superiores a esse valor. Com relação à frequência por parte dos jovens de 15 a 17 anos, a média do Estado atinge 73,1%, enquanto que apenas uns municípios encontram-se acima dessa

média. A frequência à escola por parte dos jovens de 18 a 22 anos é inferior a 40% em todos os municípios da mesorregião, ainda que parcela importante deste grupo possa estar frequentando a educação de jovens e adultos – o antigo supletivo –, dado o significativo número de alunos matriculados nessa modalidade de ensino em municípios da região, não se pode descartar a possibilidade de que parte deles possa estar cursando o ensino superior (IPARDES, 2004). Outro indicador relevante para caracterizar o grau de instrução da população regional é o número médio de séries concluídas pela população de 15 anos ou mais. Esse indicador não apresenta grande variação entre os municípios da região Centro-Sul. De modo geral, a população adulta não conseguiu completar as oito séries do ensino fundamental: a média de séries concluídas no Estado é 6,5 (IPARDES, 2004).

No que diz respeito à saúde, quanto à mortalidade infantil, na mesorregião Centro-Sul, a maioria dos municípios registrou coeficientes bem superiores ao do Estado, cerca de 20 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos. O perfil de mortalidade da mesorregião Centro-Sul acompanha, de certa forma, a média do Estado, registrando, em 2000, mais de 60% de óbitos associados a apenas três grupos de causas: doenças do aparelho circulatório (33,3%), causas externas (12,1%) e neoplasias (14,9%) (IPARDES, 2004).

Quanto à tipologia, o Município é considerado rural de pequena dimensão. Seu grau de urbanização é 50,01%, ficando abaixo da média da região da ordem de 60,9% e do Estado, 81,40%. O nível de centralidade, baseado nas informações do IBGE 2000, é médio ou baixo (IPARDES, 2003). O Município possui forte interdependência com os Municípios de Palmas pela oferta de ensino superior e pós graduação; Laranjeiras do Sul e Pinhão na qualidade de centros de referências com funções diversificadas, dentre elas comércio, serviços, educação e saúde. No quesito saúde especificamente a relação de dependência dentro da mesorregião ocorre principalmente com os Municípios Pinhão e Candói, devido a proximidade e existência de hospitais e para os casos mais específicos, Guarapuava.

6.3. O MUNICÍPIO

Neste cenário encontra-se o Município de Reserva do Iguaçu, com área total de 830,968 km² (IPARDES, 2009) sendo apenas 29,26% ocupado pela Sede do Município e o restante, considerado área rural. No Município são identificadas 30 localidades denominadas de: Reassentamento Segredo, São José, Vila Copel, Fundão, Águas do Iguaçu, Campo de Fora, São Sebastião, Terra Nova do Iguaçu, Santo Antônio, Barreiro, Sede, Potreirinho, Nossa Senhora de Fátima, Butiá, Santa Luzia, Bairros dos Machados, Faxinal dos Soares, São Pedro do Iguaçu, São Francisco, Nova Iguaçu, Baía, Assentamento Paineira, São Miguel e Estação Ecológica Rio dos Touros (mapa 01).

Reserva do Iguaçu possuía em 2009 a população de 7.449 habitantes (IBGE, 2009) e densidade demográfica de 8,96 hab/km². De acordo com dados da contagem populacional de 2007, o número de habitantes no Município era de 7.094 habitantes. Reserva do Iguaçu é um dos 29 municípios que compõem a Mesorregião Centro-Sul do Estado do Paraná, está localizada a 354,29 km de distância da capital do Estado (PARANACIDADE, 2008).

Faz parte da Associação dos Municípios do Cantuquiriguaçu, composta por 21 Municípios da região, sendo eles: Campo Bonito, Candói, Cantagalo, Catanduvas, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Guaraniaçu, Ibema, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Palmital, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Três Barras do Paraná e Virmond.

Internamente ao Território Cantuquiriguaçu, entre os municípios mais antigos, Laranjeiras do Sul, Catanduvas, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Cantagalo, Campo Bonito e Ibema demonstram ritmos oscilantes de evolução populacional. Guaraniaçu e Três Barras do Paraná, por seu turno, vêm experimentando sucessivas perdas populacionais, ainda que as taxas negativas estejam paulatinamente em declínio. Entre os municípios mais novos do território, Candói, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Virmond e Diamante do Sul experimentaram, no período 2000-2007, taxas positivas de crescimento populacional, porém, com exceção de Candói, todas

abaixo de 1% ao ano. Todos os demais municípios instalados a partir dos anos 1990 registraram, no mesmo período, perdas absolutas de população (CONDETEC, 2009).

De acordo com dados do Conselho de Desenvolvimento do Território Cantuquiriguaçu (2009), o total de famílias pobres no território Cantuquiriguaçu, em 2000, era de 26.159, representando 41,9% do total de famílias, indicador bastante superior à média paranaense, de 20,9%. De modo geral, todos os municípios apresentavam taxas de pobreza extremamente elevadas, chegando a ultrapassar o dobro da média estadual da ordem de 20,9. Entre os Municípios do território Cantuquiriguaçu com as piores taxas estão Rio Bonito do Iguaçu, Goioxim e Marquinho. Os Municípios com os melhores índices são Virmond, Laranjeiras do Sul, Quedas do Iguaçu e Reserva do Iguaçu.

Com níveis de desigualdade mais elevados que a média estadual estão doze dos 20 municípios deste território. Dentre os municípios que apresentaram maior desigualdade, em 2000, estão Nova Laranjeiras, Diamante do Sul e Reserva do Iguaçu. Inversamente, Ibema, Campo Bonito e Virmond situam-se como os menos desiguais em termos de renda (CONDETEC, 2009).

Quanto ao déficit habitacional no território, verifica-se que a grande maioria registra índices inferiores ao estadual da ordem de 3,5%. Os municípios com os maiores índices de déficit são Porto Barreiro (17,9%), Rio Bonito do Iguaçu (17,1%) e Quedas do Iguaçu (10,5%). Os municípios com os menores índices são Diamante do Sul, Cantagalo, Virmond, Pinhão e Guaraniaçu. O Município de Reserva do Iguaçu registra o índice de 4,7% maior que a média do Estado (CONDETEC, 2009).

Constata-se que a inadequação no abastecimento de água na zona urbana registrou maiores percentuais para os municípios de Diamante do Sul, com 21,9%, seguido por Espigão Alto do Iguaçu, com 20,9%, Goioxim, com 20,5%, sendo que a média do território Cantuquiriguaçu para a zona urbana foi de 9,0%. Na zona rural, os municípios que apresentaram os maiores percentuais de inadequação no abastecimento de água foram Pinhão, Diamante do Sul, Reserva do Iguaçu, Marquinho e Goioxim, sendo que a média do território para a zona rural foi

de 19,4%. Os municípios de Três Barras do Paraná (5,3%) e Ibema (7,2%) apresentaram as menores taxas de inadequação no abastecimento de água dos domicílios rurais (CONDETEC, 2009).

Quanto aos dados da educação, no território, em 2000, com exceção de Virmond, todos os municípios apresentaram taxas de analfabetismo na população de 15 anos e mais superior à média estadual (9,5%). De um modo geral, o percentual de analfabetos na zona rural é mais significativo quando comparado com aquele apresentado para a zona urbana. A população domiciliada na zona rural dos municípios de Diamante do Sul, Pinhão e Reserva do Iguaçu registrou taxas expressivas de analfabetismo, superiores a 20%. Os municípios de Cantagalo e Foz do Jordão apresentaram taxas urbanas e rurais bem próximas; já nos municípios de Campo Bonito, Ibema e Virmond, as taxas de analfabetismo na zona urbana foram maiores do que na zona rural (CONDETEC, 2009).

O indicador do número médio de séries concluídas, para a população de 15 anos e mais, mostra o grau de escolaridade da população do território. A média de séries concluídas no Estado foi de 6,5 anos de estudo; já no território, as maiores médias atingidas encontraram-se nos municípios de Laranjeiras do Sul (5,7), Quedas do Iguaçu (5,3), Catanduvás (5,1) e Reserva do Iguaçu (5,0), correspondendo ao Ensino Fundamental incompleto. As médias de séries concluídas inferiores a quatro, isto é, sem sequer completar o primeiro segmento do Ensino Fundamental, foram observadas em Goioxim, Marquinho e Diamante do Sul (CONDETEC, 2009).

Quanto à aprovação média nos anos iniciais na educação fundamental da rede municipal, Virmond exibe a melhor taxa; Reserva do Iguaçu (63,2%) apresenta a menor taxa de aprovação no território. Já a maior taxa de aprovação entre os municípios do Estado atinge 100%, e a menor, 24,4%. Na rede estadual, referente aos anos finais do Ensino Fundamental, as melhores taxas encontram-se em Catanduvás, Espigão Alto do Iguaçu, Virmond, Campo Bonito, Ibema, Nova Laranjeiras, todos com taxas superiores a 85%. A taxa mais baixa do território está no município de Pinhão (64,4%) (CONDETEC, 2009).

Quanto aos dados da economia do território Cantuquiriguaçu, constata-se que as maiores economias da região são Pinhão, Quedas do Iguaçu e Cândói, com participações de, respectivamente, 21,7%, 9,7% e 8,8% no PIB do território. Nos últimos anos, alguns municípios ampliaram de forma significativa a representatividade na economia territorial, com destaque para Marquinho, Catanduvas e Rio Bonito do Iguaçu. Por outro lado, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Laranjeiras do Sul e Reserva do Iguaçu apresentaram participações decrescentes, indicando crescimento inferior à média da região (CONDETEC, 2009).

No que diz respeito ao emprego formal, destacam-se sete municípios por registrarem incremento no emprego superior a 50%, que são: Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Porto Barreiro, Catanduvas, Cândói, Virmond e Três Barras do Paraná, sendo que os dois primeiros mais do que dobraram o número de ocupados nos últimos anos (CONDETEC, 2009).

O território Cantuquiriguaçu possuía 21.385 estabelecimentos agropecuários em 1995/1996, que representavam 6,5% do total dos estabelecimentos do Estado do Paraná. Esse conjunto de estabelecimentos estava distribuído desigualmente entre 14 dos 20 municípios que tinham dados no referido território, sendo que Reserva do Iguaçu tinha o menor número (168), e Guaraniaçu, o maior (2.799). Além da marcante diferença no número de estabelecimentos, decorrência evidente das diferentes áreas municipais, há também distinção entre os estabelecimentos no que concerne ao relevo, à fertilidade natural e às atividades produtivas empreendidas em cada município. No território, há evidente predominância do tipo de estabelecimento agropecuário familiar, que congrega unidades produtivas que utilizam exclusivamente mão-de-obra doméstica. A segunda categoria mais freqüente é o estabelecimento familiar empregador, que complementa sua mão-de-obra com contratação de terceiros (CONDETEC, 2009).

A economia do Município baseia-se na agropecuária, a participação no valor da produção da Mesorregião é de 0,0325%, o que representa uma das menores participações quando comparado com os demais municípios paranaenses (IPARDES, 2003).

TABELA 01 – DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO

Localização	Centro-Sul do Estado do Paraná
Coordenadas Geográficas	Latitude 25° 49' 48" Sul Longitude 52° 01' 12" Oeste Fonte: IBGE
Área	830,968 km ² Fonte: IPARDES, 2009
Limites	Norte: Foz do Jordão Sul: Coronel Domingos Soares Leste: Pinhão Oeste: Mangueirinha
Comarca	Pinhão FONTE: IBGE (Distritos), TJPR (Comarca).
População	7.094 hab. (IBGE, 2007) Urbana: 3.652 hab. (IBGE, 2007) Rural: 3.442 hab. (IBGE, 2007) Projeção Populacional 7.449 hab. (IBGE, 2009)
Eleitores	5.136 eleitores (IBGE, 2009)
Distância à Capital do Estado	354,29 km (SETR, 2007)
Feriados	4 de setembro - Aniversário do Município

Mapa 01 - Localidades

Quanto à agricultura, merece destaque no Município a produção de soja, trigo, milho, feijão e mandioca. Na pecuária, é destaque o efetivo de galináceos, bovinos, suínos e eqüinos. Quanto à produção de origem animal, merece destaque a produção de leite e ovos de galinha. (IPARDES, 2003).

A população de Reserva do Iguaçu, segundo dados do IPARDES (2003) concentra-se em grande parte na área rural (49,98%). A taxa de crescimento populacional total é negativa (-4,52%), porém a taxa na área rural é de 10,80% negativa e na área urbana de 16,77% (IBGE, 2000). Esses valores representam expressivamente o êxodo rural no Município. Quanto aos dados relativos a emprego, verifica-se que cerca de 38,3% da população é economicamente ativa. Destes, de acordo com dados do IPARDES (2009), aproximadamente 39%, trabalha na agropecuária, seguido pela indústria da transformação (9,6%) e serviços domésticos (9,5%). O índice de desemprego no Município de Reserva do Iguaçu é de 27,28% em relação à população economicamente ativa (IPARDES, 2003).

Quanto à renda, de acordo com dados do IBGE (2003), a média é de R\$260,12 por mês enquanto que a média do Estado é de R\$ 321,40, o que demonstra as condições de pobreza da população. O Município de Reserva do Iguaçu possui taxa de pobreza da ordem de 41,8% - sendo bastante superior à média do estado, da ordem de 21% (IPARDES, 2004).

Quanto aos dados de educação no Município de Reserva do Iguaçu a taxa de alfabetização é da ordem 84,53%, taxa baixa, considerando a média do Estado de 90,5% (IPARDES, 2004).

O Município de Reserva do Iguaçu, no que tange o indicador de freqüência à escola de crianças de 4 a 6 anos, registra índice de 53%, ou seja, quase na média do Estado de 53,30%. Quanto à matrícula de crianças de 7 a 14 anos, o Município registra o índice de 1802. Por fim, com relação à matrícula na escola por parte dos jovens de 15 a 17 anos, no Município são 263 alunos (IPARDES, 2004).

Segundo dados do IPARDES (2004), quanto à saúde pública, são atendidos aproximadamente 1200 crianças, 1800 adolescentes e 2500 adultos por mês. O Município de Reserva do Iguaçu possui oito Postos de Saúde, situados nas seguintes localidades: Barreiro, Santo Antônio, Nossa Senhora de Fátima, Santa Luzia, Faxinal dos Soares, Baia, São Sebastião e Segredo II; e um Ambulatório na Vila da COPEL em parceria COPEL/Governo do Estado/Prefeitura Municipal (PMRI, 2010).

A rede de abastecimento de água atende no total 1201 unidades em diversas categorias, sendo essas residenciais, comerciais, industriais, locais de utilidade pública e poder público. No que diz respeito ao esgotamento sanitário 524 unidades são atendidas, todas localizadas na área urbana (SANEPAR, 2009).

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), composto por alfabetização e taxa de frequência escolar, longevidade e renda, no Brasil o índice é de 0,764, enquanto que o índice no Paraná é de 0,786 e no Município de Reserva do Iguaçu é de 0,726 (IPARDES, 2000).

Internamente à mesorregião, observa-se que apenas em Reserva do Iguaçu a proporção de domicílios urbanos ligados à rede de esgoto encontra-se acima da média do Estado. Cerca de 1.256 domicílios estão ligados à rede de água, 86% recebem coleta de lixo e apenas 524 têm esgotamento sanitário, número muito baixo. A escolaridade da população da região é considerada baixa, com a média de 4 anos de estudo (PDU, 2003). Com relação aos aspectos de moradia e infra-estrutura, não há registros de pessoas vivendo em favelas. Com relação aos aspectos de moradia e infra-estrutura, não há registros de pessoas vivendo em favelas, entretanto, existem famílias residindo em precárias moradias. Não há registro do número de famílias nessas condições. No que tange a infra-estrutura viária, a região é acessada pela Rodovia Federal BR 277 e PR 170.

De acordo com classificação do IPARDES (2003), quanto à tipologia dos municípios segundo indicadores sócio-econômicos e demográficos, o Município de Reserva do Iguaçu está classificado como Município com Médio Baixo de Desenvolvimento. Os municípios que

integram esse grupo são em geral agrícolas, rurais, com renda baixa e baixa densidade demográfica. A receita municipal per capita desse grupo é a menor se comparada com os demais grupos heterogêneos e conseqüentemente a mais baixa do Estado. A agricultura é basicamente autônoma (52,73%) e familiar (cerca de 88,59% dos casos). Quanto à infraestrutura, o grupo registra os piores índices de todo o Estado.

Observando-se a tabela 02, é possível verificar que todos os indicadores analisados desse grupo, quando comparados com os dados referentes aos valores médios dos demais municípios, possuem grande discrepância, o que contribuem negativamente para a classificação dos municípios.

Os municípios que integram esse grupo possuem características heterogêneas, podendo ser destacados os seguintes dados: percentual do valor adicionado fiscal total do Estado (0,03%); responsáveis pelo domicílio com menos de 1 salário mínimo e sem rendimento (50,23%); proporção de pessoas residentes em domicílios rurais (79,93%); taxa de crescimento da população rural (-1,64); taxa de urbanização (26,31%); percentual de pessoas ocupadas na agricultura em relação ao total dos ocupados (77,29%); percentual de pessoas ocupadas na agricultura na posição na ocupação "autônomo" (52,73%); percentual de pessoas ocupadas na agricultura com domicílio urbano (7,11%); percentual de responsáveis pelo domicílio com até 3 anos de estudo (51,34%); percentual de domicílios com abastecimento de água (36,82%).

No que diz respeito à educação e a infância, merece destaque o indicador do percentual de crianças em idade escolar que estão fora da escola (15,97%), considerado alto se comparado com a média estadual (9,75%); e os responsáveis pelo domicílio com até 3 anos de estudo e sem instrução, da ordem de 51,34%, também considerado acima da média do Estado (42,75%).

Os indicadores de moradia e ambiente mostram que quanto à situação de saneamento básico, os municípios integrantes desse grupo, são precários, principalmente quando analisado o percentual de municípios sem esgotamento sanitário (cerca de 13,30% enquanto que a média do Estado é de 4,10%).

Quanto aos indicadores domicílios com abastecimento de água e com coleta de lixo, os municípios apresentaram índices melhores que os do Estado.

Quanto ao indicador da economia, o valor de 0,03% é o menor registrado dentre todos os grupos, enquanto que o da renda (responsáveis pela família com até 1 salário mínimo) é o maior (50,23%).

O fato da grande maioria dos moradores incluídos no grupo classificado como Baixo Grau de Desenvolvimento (IPARDES 2003) trabalhar na agricultura – com salários baixos – contribui como aspecto negativo do grupo. Isso é agravado, considerando que os trabalhadores rurais concentram suas despesas no meio urbano, onde o custo de vida é mais alto (tabela 02).

TABELA 02 - PRINCIPAIS INDICADORES COM CONTRIBUIÇÃO NEGATIVA DO GRUPO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES COM BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO - 1991/2000

BLOCO	INDICADORES COM CONTRIBUIÇÃO NEGATIVA	BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO (57 munic.)	VALORES MÉDIOS POR MUNICÍPIO (399 munic.)
Economia	X9 - % valor adicionado fiscal total/total do Estado	0,03	0,25
Renda	X11 - % responsáveis pelo domicílio c/ menos de 1 SM e sem rendimento	50,23	37,21
Agricultura	X17 - % estabelecimentos c/ conservação de solos	29,34	54,83
População	X21 - taxa de crescimento da população total	-0,38	0,45
	X26 - razão de dependência urbana	62,82	56,79
	X27 - razão de dependência rural	64,60	56,66
Mercado de Trabalho	X28 - % pessoas ocupadas na agricultura em relação ao total dos ocupados	77,29	53,96
	X32 - % mão-de-obra feminina ocupada na agricultura	38,88	30,02
Inserção Urbana	X35 - % pessoas ocupadas na agricult. c/ domicílio urbano	7,11	26,96
Educação e	X42 - % crianças fora da escola	15,97	9,75

Infância	X43 - % de responsáveis pelo domicílio c/ até 3 anos de estudo e sem instrução	51,34	42,75
Moradia e Ambiente	X45 - % domicílios sem sanitário	13,30	4,10
	X46 - % domicílios com abastecimento de água	36,82	68,59
	X48 - % domicílios com coleta de lixo	29,34	64,49

FONTES: IPARDES, SEFA/PR, IBGE, DMF, MTE-RAIS, SESA/ISEP/CIDS, COMEC, COHAPAR, COPEL
 NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

Os indicadores de Contribuição Positiva (tabela 03) são a taxa de crescimento do valor adicionado da indústria; a taxa de crescimento do valor adicionado de serviços; a taxa de crescimento do PIB municipal; a taxa de crescimento do PIB municipal per capita; a taxa de crescimento da população urbana; e o número de famílias que moram em favelas.

TABELA 03 - PRINCIPAIS INDICADORES COM CONTRIBUIÇÃO POSITIVA DO GRUPO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES COM BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO - 1991/2000

BLOCO	INDICADORES COM CONTRIBUIÇÃO POSITIVA	BAIXO GRAU DE DESENVOLVIMENTO (Valores Médios) (57 municípios)	VALORES MÉDIOS POR MUNICÍPIO (399 municípios)
Economia	X2 - taxa de crescimento do valor adicionado da indústria:	6,89	5,51
	X3 - taxa de crescimento do valor adicionado de serviços	3,70	2,75
	X6 - taxa de crescimento do PIB municipal	5,72	4,43
	X7 - taxa de crescimento do PIB municipal per capita	5,19	3,60
População	X22 - taxa de crescimento da população urbana	6,43	3,48
Moradia e Ambiente	X49 - número médio de famílias que moram em favelas	48,95	276,92

FONTES: IPARDES, SEFA/PR, IBGE, DMF, MTE-RAIS, SESA/ISEP/CIDS, COMEC, COHAPAR, COPEL
 NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

6.4. VILA COPEL

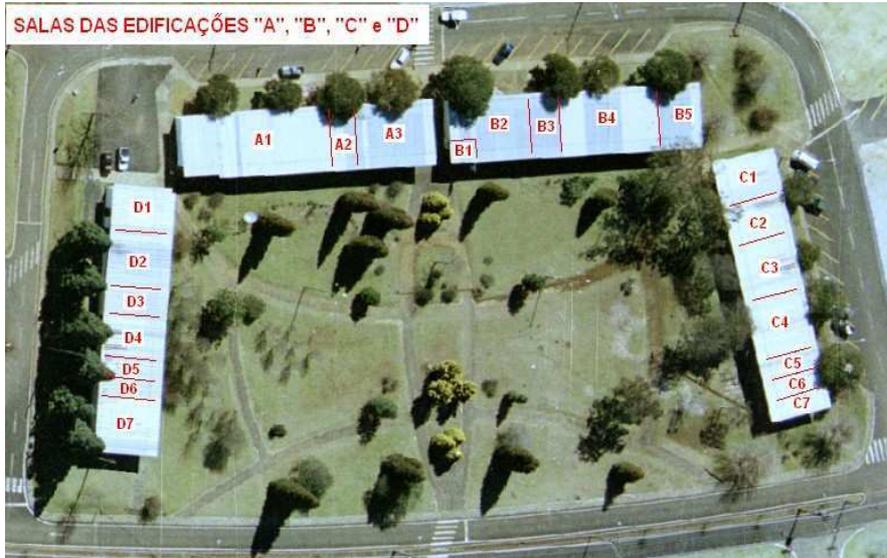
A vila residencial da Copel foi construída para abrigar o pessoal envolvido nas atividades de construção e de operação da Usina Hidrelétrica, bem como em atividades de apoio, localiza-se na margem direita do rio Iguaçu, distando cerca de 6 km do local das obras. Situa-se numa área com cota em trono de 850 m, correspondente a um platô que se estende por uma ampla área da região, delimitada pelos talwegues dos rios Jordão e Iguaçu (mapa 02).

A vila foi projetada para abrigar uma população de 8.000 habitantes, com previsão de ampliações, caso houvesse necessidade. Inicialmente foi prevista a construção de 1300 residências distribuídas em 4 setores residenciais, destinados aos diversos grupos sociais que comporiam a população durante a construção.

Além das moradias, a vila residencial disporia de todos os equipamentos necessários ao atendimento da população, tais como administrativo, hospitalar, escolar, de comércio, de lazer e segurança. Além de ser dotada de toda a infra-estrutura básica de água, esgoto, energia, comunicação e transporte. A construção da vila teve início no ano de 1987. No auge da construção da usina houve o aumento médio da população para 12.000 mil pessoas na vila; após o término da construção e início da operação da usina essa população diminuiu drasticamente: as empreiteiras foram encerrando seus trabalhos e seus funcionários sendo dispensados. Nos dias de hoje (2009) há uma população média de 1.500 pessoas morando na vila.

No setor comercial da Vila, existem os seguintes comércios: pizzaria, banco, comércio de móveis, eletrodomésticos, salão e papelaria (figura 04).

Figura 04: Vista aérea da Área Comercial da Vila Copel



Fonte: RIMA-Copel.

MAPA 02 – Atividades Econômicas - Copel

6.5. ASSENTAMENTOS

No Município de Reserva do Iguaçu existem 4 Assentamentos (mapa 01).

6.5.1. ASSENTAMENTO SÃO JOSÉ (INCRA)

Data da criação: 30.06.1999

Área total: 359, 6747 ha

Área dos lotes: 274, 1319 ha

Reservas Legais e área comunitária: 81, 4481 ha

Área de estradas: 4,0947 ha

Famílias assentadas: 19

6.5.2. ASSENTAMENTO BARREIRO-(INCRA)

Denominação do imóvel: Fazenda Barreiros

Data da desapropriação: 18.11.1999

Data da Emissão de Posse: 18.02.2000

Data da criação do PA 25.02.2000

Valor da Terra nua: R\$: 879.425,35

Valor das benfeitorias R\$: 56.156,68

Área total 1.638,97 ha

Área de Reserva Legal 223,31 ha

Área média por família: 21,28 ha

Área média das parcelas 16,63 ha

Número de famílias atual: 77

Localização: porção oeste do município de Reserva do Iguaçu á 11 km da sede e 103 km de Guarapuava.

6.5.3. ASSENTAMENTO PAINEIRA- (INCRA)

Denominação do imóvel:	Fazenda Reserva
Denominação do assentamento:	Paineira
Data da emissão de posse:	11 de setembro de 2006
Data da criação do PA:	16 de novembro de 2006
Área total registrada	2.619,8188 ha (2 matrículas)
Área total destinada aos lotes	1.021,6320 ha
Área requerida na lei preservação permanente:	442,3297 ha
Área de preservação permanente a recuperar:	57,9488 ha
Área de preservação permanente por declividade:	9,6478 ha
Capacidade de assentamento (famílias):	80
Área média das parcelas:	12,7704 ha

6.5.4. REASSENTAMENTO SEGREDO II – (COPEL)

Número de famílias: 23

Área por lote: 15 ha

Assentados no ano de 1995

Os assentamentos administrados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) têm como objetivo viabilizar o acesso das famílias à terra após a emissão de posse nas áreas desapropriadas pelo Governo Federal. E assim, orientar as ações para a criação, implantação, desenvolvimento, consolidação, propiciando ou favorecendo a organização sócio-econômica dos beneficiários e o atendimento aos serviços básicos de assistência técnica, crédito rural e de infra-estrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (INCRA, 2010). Os trabalhadores rurais recebem a terra para que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico.

Em Reserva do Iguaçu existem 2 assentamentos criados há 11 anos, onde se pode dizer que os moradores retiram da terra seus sustentos. Dentre eles o maior, em termos de número de famílias é o Barreiro, onde estão assentadas 77 famílias, seguido do assentamento São José com 19 77 famílias. A principal fonte de renda dos assentados é a agropecuária. Na grande maioria dos casos as famílias são agregadas, ou seja, implantaram-se nas terras e nelas permaneceram, onde constituíram família (EMATER, 2010).

O assentamento Paineira, implantado há apenas 4 anos não possui dados de produção por ser muito recente.

Quanto ao reassentamento da Copel, Segredo II, formado devido a necessidade de ocupação das terras pela Hidrelétrica, abriga atualmente cerca de 23 famílias. De acordo com dados da EMATER (2010) inúmeras famílias abandonaram os reassentamentos e outras passam grandes dificuldades financeiras e até alimentares em virtude de terem sido respeitadas seu modo de vida simples, mas que viviam sem necessitar da ajuda governamental para sobreviver.

7. ASPECTOS AMBIENTAIS

7.1. MEIO FÍSICO

7.1.1. Clima e Ventos

O clima da região em que está situado o Município de Reserva do Iguaçu é classificado como Subtropical Úmido Mesotérmico (Cfa) (FERREIRA 1999), de verões quentes, geadas pouco freqüentes e chuvas com tendência de concentração nos meses de verão. (MAACK, 1968).

As médias anuais de temperatura dos meses mais quentes são inferiores a 22°C e dos meses mais frios, inferiores a 18°C. A temperatura média anual é de 16°C, com chuvas entre 1.600 e 1.900 mm e umidade relativa do ar de 80%, sem deficiência hídrica (SIMEPAR, 2004).

7.1.2. Hidrografia

O sistema natural de drenagem considera o conjunto de rios, córregos e as depressões topográficas que formam a macro e microdrenagem. Todos esses conjuntos de elementos naturais são considerados como área crítica, uma vez que as várzeas estão sujeitas à inundações e caso sejam ocupadas podem causar deslizamentos ou erosões (KLÜPPEL, 1992).

Através do Mapa de Hidrografia do Município (mapa 03) é possível observar os principais cursos d'água, corpos d'água e as bacias que banham o Município. Estes elementos são determinantes para o planejamento urbano de um Município, uma vez que delimitam áreas com restrições a ocupações.

O Município de Reserva do Iguaçu está localizado na Macrobacia do Rio Iguaçu. A área municipal é dividida na Bacia do Rio Iguaçu, Rio Jordão, Rio Campão Grande, Rio Pontão e Rio São Pedro.

Grande parte da porção norte do Município está inserido na Bacia do Rio Capão Grande. A porção leste do Município englobando as comunidades de Nossa Senhora de Fátima, Serraria Nova, Bairro dos Machados pertence à Bacia do Rio São Pedro. As regiões sul e oeste do Município pertencem a Bacia do Rio Iguaçu. As comunidades do Assentamento Segredo II, Assentamento Rodeio (conhecido por São José ou Cordebelo) e Águas do Iguaçu pertencem a Bacia do Rio Jordão (mapa03).

A sede do Município (perímetro urbano) e a Vila Copel estão inseridas no divisor de águas das Bacias do Rio Jordão e do Rio Iguaçu (mapa 04 e 05).

Segundo a Lei 4771/1965 que instituiu o Código Florestal, para áreas ao longo dos rios ou de quaisquer cursos d'água, deve existir uma faixa de preservação permanente entre 30,00 e 500,00 metros de cada lado dos cursos d'água, que são definidas de acordo com a largura dos

mesmos. De acordo com a mesma lei, ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", deve-se preservar uma faixa de 50,00 metros ao redor dos mesmos, essas faixas detectam áreas impróprias à ocupação, garantindo assim, a proteção dos fundos de vales.

Desta forma, observa-se no Mapa de Hidrografia Municipal (mapa 03) que, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, o Rio Campão Grande deve respeitar a faixa não edificável de 50,00 metros para cada lado de suas margens, por se enquadrar no quesito de rios com largura de 10,00 a 50,00 metros. O Rio Iguazu deve respeitar a faixa não edificável de 100,00 metros para cada lado da margem do Rio. Os demais rios do Município de Reserva do Iguazu devem atender a faixa não edificável de 30,00 metros para cada lado das margens, uma vez que possuem até 10,00 metros de largura.

Na área interna ao perímetro urbano, conforme demonstrado no mapa 04 é observado alguns rios ou córregos, que devem ter sua faixa não edificável de 30,00 metros preservadas. Verifica-se que tanto na área Urbana da Sede quanto da Vila Copel, alguns fundos de vales não estão sendo preservados (mapas 04 e 05).

Mapa 03 – Hidrografia Municipal

Mapa 04 – Hidrografia Urbano – Sede

Mapa 05 – Hidrografia Urbano – Vila Copel

7.1.3. Solo e Subsolo

O Município de Reserva do Iguaçu, assim como cerca de 60% do Estado do Paraná pertence à Bacia do Paraná, que inclui o Terceiro Planalto Paranaense do Estado. O Terceiro Planalto Paranaense – Planalto de Trapp, possui solos com baixo teor de argila, baixa ocorrência de metais pesados, textura arenosa e regiões planas, cujas altitudes estão compreendidas entre as maiores do estado (IPARDES, 2004).

De acordo com Mineropar, o Município de Reserva do Iguaçu faz parte da formação Serra Geral, do Grupo São Bento, do período Jurássico-Cretáceo, caracterizada por: Efusivas básicas toleíticas, com basaltos maciços e amigdalóides, afaníticos cinzentos a pretos, raramente andesitos, intercalações de arenitos finos e derrames de vulcanismo de fissura continental (MINEROPAR, 2001).

O Município de Reserva do Iguaçu apresenta os seguintes solos: RLd1 – Associação NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico + ARGISSOLO VERMELHO – AMARELO Distrófico câmbico (Antigo Ra7); RLd3 – Associação NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico (Antigo Ra9); LBd5 – LATOSSOLO BRUNO Distrófico típico, álico (antigo LBa2); LBd2 – Associação LATOSSOLO BRUNO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico, álico (antigo LBa3); LBd7 – Associação LATOSSOLO BRUNO Distrófico típico + CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico (antigo LBa4); CHa1 – CAMBISSOLO HÚMICO Alumínico típico, álico (antigo Ca4); CXbd3 – Associação CAMBISSOLO HÁPLICO Tb + TERRA BRUNA ESTRUTURADA ÁLICA (antigo Ca21); CXbd5 – Associação CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico + NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico (Antigo Ca32) (MINEROPAR, 2001) (mapa 06).

7.1.4. Pedologia

O mapa de pedologia do Município foi elaborado com base nos dados obtidos junto a MINEROPAR (1981).

Na porção oeste do Município, nas Comunidades de Nossa Senhora de Fátima e Bairro dos Machados existe a associação do NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico com ARGISSOLO VERMELHO – AMARELO Distrófico câmbico, que são solos cuja utilização agrícola é limitada pela pouca profundidade dos perfis, presença de pedras na superfície e baixa fertilidade natural, com problemas de alumínio trocável. Podem ser utilizados com pastagens ou outras culturas perenes que forneçam boa proteção ao solo (mapa 06).

Na região sul do Município, nas Comunidades de Nova Iguaçu e São Francisco é possível observar a presença do solo NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico associado ao CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico. Esses solos podem ser considerados inaptos ou de restrita utilização dentro de uma agricultura tecnificada. O uso de implementos de tração animal é limitado, são de baixa fertilidade e são muito susceptíveis à erosão.

Localizado na porção norte Município, próximo à Morro da Olaria, Fundão, o LATOSSOLO BRUNO Distrófico típico é um solo profundo, poroso, de boa permeabilidade. Corrigidos e adubados, respondem com produções compensadoras. Em estado natural, possuem boa capacidade de infiltração e percolação de água sendo, portanto, bastante resistentes à erosão.

Na região centro sul do Município, nas localidades de Santa Luzia e São Pedro do Iguaçu existe o solo Associação LATOSSOLO BRUNO Distrófico associado ao CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico. Apesar de serem de baixa fertilidade natural, possuem excelente potencial agrícola, desde que corrigidos e adubados.

Na região central e norte do Município verifica-se a presença dos solos LATOSSOLO BRUNO Distrófico típico associado ao CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico. Ambos os

componentes desta unidade de mapeamento apresentam boas propriedades físicas e, apesar de serem de baixa fertilidade natural, possuem excelente potencial agrícola, desde que corrigidos e adubados.

Presente em pequenas porções na região central do Município e na porção leste, o CAMBISSOLO HÚMICO Alumínico típico está sendo pouco utilizada na agricultura, somente em áreas pequenas e descontínuas, onde os solos são mais profundos. Essa pequena utilização está diretamente relacionada com a baixa fertilidade natural dos solos e com a dificuldade de mecanização.

Na porção leste do Município, verifica-se a presença de solo Associação CAMBISSOLO HÁPLICO Tb + TERRA BRUNA ESTRUTURADA ÁLICA. São solos pouco utilizados para a agricultura, devido a sua baixa fertilidade natural e aos elevados teores de alumínio trocável. Com a aplicação de insumos e com o uso de práticas conservacionistas intensivas, podem chegar a classe de aptidão regular para lavoura. A aptidão desses solos para fruticultura de clima temperado pode ser considerada como boa.

Na região das Comunidades Pinhal I e Pinhal II existe a presença do solo CAMBISSOLO HÁPLICO Tb Distrófico típico associado ao NEOSSOLO LITÓLICO Distrófico típico. O extrativismo vegetal é talvez a única atividade na área dessa associação, pois a agricultura é de pequena expressão e as áreas transformadas em pastagens, são praticamente inexistentes.

7.1.5. Hipsometria

Através do mapa de hipsometria (mapa 07) é possível verificar que o Município possui variação de altitude de 520m a 1160m. O mapa apresenta estas variações de altitude no Município de acordo com as classes hipsométricas que consideraram as curvas de nível com equidistância de 20m em 20m, resultando em 6 classes.

De acordo com o mapa 08, verifica-se que as maiores altitudes estão localizadas na porção leste

do Município, nas comunidades de Morro da Olaria, Capão Caetano, Arroio Lavagem, Nossa Senhora de Fátima, Butiá, Faxinal dos Soares. Próximo as várzeas dos rios municipais estão localizadas as menores altitudes do Município.

Na área urbana verifica-se que as classes hipsométricas variam entre 901 e 1000 metros, favorecendo a ocupação devido à uniformidade na topografia (mapa 08). Estas regiões são mais propícias à urbanização, por não apresentarem restrições à implantação da infra-estrutura urbana. Há maiores inconvenientes na urbanização de regiões extremas, como aquelas de altitudes muito elevadas e aquelas de altitudes muito baixas, esta última pela possibilidade de apresentar áreas suscetíveis a alagamentos e problemas com o escoamento natural das águas (PUPPI, 1991).

As áreas com maiores altitudes, apesar de encarecerem e dificultarem a implantação de infra-estrutura urbana podem ser utilizadas para a localização de reservatórios do sistema de abastecimento d'água, servir como obstáculo natural para o isolamento de áreas insalubres, ou ainda para fins turísticos (PUPPI, 1991).

7.1.6. Declividades

A partir da elaboração do mapa de declividades (mapa 08) é possível observar áreas com maior ou menor declive dentro do Município e conseqüentemente áreas mais ou menos aptas à ocupação. No mapa de declividades do Município, foram classificadas 4 classes de inclinações do terreno que variam de 0% a maior que 30%.

As regiões representadas no mapa 08 através da cor marrom significam declividades acima de 30%, ou seja, o distanciamento entre as curvas é inferior a 66,66m, dificultando, dessa forma a implantação de infra-estrutura urbana relacionada ao saneamento (abastecimento de água, sistema de esgoto, drenagem urbana) e sistema viário, entre outros. No Município são poucas as áreas nessa classe de declividade, normalmente próximas aos cursos d'água. As regiões representadas pela cor vermelha identificam declividades entre 20% e 30%, ou seja, a distância

entre as curvas varia de 100 metros a 66,66 metros. No Município é possível detectar a presença de áreas isoladas com declividades entre 20% e igual ou superior a 30%.

De acordo com a Lei 6766 de 19 de dezembro de 1979 – Lei Federal do Parcelamento do Solo Urbano – “O parcelamento do solo para fins urbanos não será permitido em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento), salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes”.

Nas regiões em que prevalecem as cores laranja e amarela, foram identificadas as declividades que variam de 10% a 20 % e de 10% a 0%, respectivamente. A cor laranja determina que as curvas estão distantes entre si, 100 e 200 metros e a cor amarela determina que as curvas estão a mais de 200 metros de distância.

De acordo com o Mapa de Declividades, é possível diagnosticar que a maior parte do Município e o quadro urbano possuem baixa declividade (entre 0% e 10%, e 10% e 20%), significando que a região é plana, com relevo uniforme, favorecendo, dessa forma a ocupação urbana.

Terrenos com declividade de 0 a 10% (até 6 graus de inclinação do terreno), são considerados aptos ao uso agrícola (lavoura e pastagem), permitindo a utilização de implementos mecanizáveis em concordância com as normas técnicas de uso e conservação dos solos. Nesta categoria estão ainda incluídas as áreas inundáveis, que apresentam limitações para o uso agrícola. O relevo ondulado com declividade de 10 a 20% (até 12 graus), é considerado apto para agricultura não-mecanizada e reflorestamento, apresentando restrições ao uso de mecanização agrícola devido à vulnerabilidade erosiva.

7.1.7. Exposição de Vertentes

Com base na carta de exposição de vertentes (mapa 09), é possível observar as regiões que apresentam as vertentes com diferentes exposições, ou seja, norte, sul, leste e oeste. Dentre elas, a que apresenta mais restrições quanto à ocupação urbana é a vertente Sul, que atinge

parte da área urbana (mapa 09). Segundo PUPPI (1991) a vertente sul aliada às altas declividades, constitui locais insalubres e/ ou com pouca insolação.

As orientações Norte, Leste e Oeste, aliadas às pequenas declividades, oferecem maior incidência de raios solares, principalmente no inverno, e estão expostas a ventos mais brandos e secos.

De acordo com o mapa 09, verifica-se a maior parte do Município possui a exposição de vertentes norte seguido de oeste e de sul. Na área urbana (Reserva do Iguaçu), são verifica-se a ocorrência apenas da vertente norte e oeste, propícias à ocupação.

Mapa 06 – Pedologia

Mapa 07 – Hipsometria

Mapa 08 – Declividades

Mapa 09 - Vertentes

7.2. MEIO BIOLÓGICO

7.2.1. Flora

A Região está localizada em três biomas distintos: Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Ombrófila Mista e Campos Naturais.

No mapa de vegetação municipal (mapa 10), é possível identificar as áreas mais propícias à ocupação urbana e as áreas que apresentam restrições ou importância para preservação.

O Mapa 10 foi elaborado com base nos dados da base do Ministério do Exército (1995) e na imagem de Satélite SAD 69. Com base nessas informações, foram verificadas áreas de florestas, matas e bosques, vegetação rasteira e arbustiva, pasto, cultura temporária e reflorestamento.

De acordo com o mapa 10 grande parte da área municipal é coberta por áreas de florestas ou mata. Na porção nordeste do Município verifica-se a presença de áreas de pasto. Na região central é possível observar áreas de reflorestamento.

Na área urbana do Município, de acordo com o mapa 11, elaborado a partir de dados da base e levantamento no local, verifica-se que algumas ruas possuem arborização pública. São verificadas áreas isoladas com pequenos bosques. Ao longo de alguns cursos d'água, em alguns trechos, é verificada a presença de vegetação. Na porção leste da Área Urbana, fora do perímetro urbano atual, existe vegetação de grande porte.

Na Vila Copel, de acordo com o Mapa 12, quase todas as ruas possuem arborização. Observando o mapa 12, é possível perceber grande presença de vegetação na Vila.

Em geral as áreas de preservação ou recuperação das áreas de mata ciliar, ou seja, da formação vegetal nas margens dos rios, córregos, lagos, represas e nascentes estão sendo respeitadas.

O Município possui o Conselho Municipal de Meio Ambiente criado por meio da Lei Municipal

399/2006. O Conselho, formado por 23 membros, tem caráter consultivo. Dentre as suas principais atribuições estão: propor, coordenar e acompanhar o desenvolvimento da política de Meio Ambiente; propor técnicas adequadas para a proteção e melhoria da qualidade ambiental; pré- estabelecer e delimitar áreas de ação ecológica-governamental; receber denúncias de agressões ao Meio Ambiente; dar pareceres sobre questões relativas a autorização de desmates, embargo de atividades florestais, projetos e relatórios de impacto ambiental e de risco, demarcações de áreas para efeito de proteção ao meio ambiente, dentre outros; auxiliar programas de educação ambiental; exigir o controle no uso de agrotóxicos; incentivar ações que garantam a preservação ambiental; dentre outras ações que propiciem o desenvolvimento sustentável do Município.

Mapa 10 – Vegetação Municipal

Mapa 11 – Vegetação Urbano

Mapa 12 – Vegetação Urbano - Copel

7.2.2. Corredor Araucária

O Corredor Araucária abrange 11 municípios da região Centro Sul do Estado, que são Bituruna, Coronel Domingos Soares, Cruz Machado, General Carneiro, Foz do Jordão, Honório Serpa, Inácio Martins, Mangueirinha, Palmas, Pinhão e Reserva do Iguaçu. O Corredor é formado por mosaicos de Unidades de Conservação e áreas privadas de relevância ecológica associadas ao uso do solo agropecuário. Tem como objetivo propiciar o fluxo genético entre populações naturais da fauna e da flora, aumentando as chances de sobrevivência, a médio e longo prazo, das comunidades biológicas.

A área específica do Município de Reserva do Iguaçu é a Estação Ecológica do Rio dos Touros e a Reserva Legal da empresa Swedish Match. Considera-se esta área como possível detentora do maior número de espécies de interesse de todo o Corredor Araucária. Sua diversidade biológica pode favorecer o fornecimento de organismos para áreas a serem recuperadas. Para tal ação é fundamental o incremento de projetos de pesquisa. Por outro lado, a existência de pressão antrópica constante é relatada pelos funcionários e população local. As análises técnicas dessa área sugerem que seja avaliada a possibilidade de criação de uma RPPN ou ampliação da Estação Ecológica do Rio dos Touros, dada sua contigüidade à Unidade de Conservação e suas características florestais e faunísticas.

Desde a criação do Corredor Araucária, foram criados 27 módulos agroecológicos em que produtores rurais recebem recursos para adotar práticas agrícolas menos impactantes. Como exemplo, existe a industrialização agroecológica de frutas e o beneficiamento de ervas medicinais no município de Inácio Martins.

Na região também foram desenvolvidas atividades de educação ambiental, através de palestras, oficinas e workshops. O programa também contribuiu para o aumento em 63,3 mil hectares da cobertura florestal na região do Corredor. Grande parte deste ganho pode ser atribuída aos trabalhos de recuperação da vegetação desenvolvido em parceria com o

programa Mata Ciliar, mas também são significativos os resultados obtidos com a regeneração natural das espécies, como araucária, canela, monjoleiro e cedro.

7.2.3. Estação Ecológica Rio dos Touros

A Estação Ecológica do Rio dos Touros, criada em 05 de junho de 2001, por meio do Decreto Estadual 4229/2001, possui área de 1.231,06 hectares. A Estação Ecológica é classificada como de Proteção Integral e tem por objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Foi instituída como forma de compensação ambiental decorrente da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Governador Ney Aminthas de Barros Braga.

A Estação está localizada na porção sudeste do Município, com a presença de Floresta Ombrófila Mista ou Floresta de Araucária.

8. USINA HIDRELÉTRICA GOVERNADOR NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA - SALTO SEGREDO

Figura 05: Imagem da Usina Salto Segredo



Fonte: COPEL, 2009

A Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga é a segunda usina da Copel em potência instalada (possui capacidade de 1.260 MW). Está localizada no Rio Iguaçu, a 2 km da montante da foz do Rio Jordão, no Município de Manguieirinha (COPEL, 2010).

Foi inaugurada em 1992, quando começou a operar, tendo como marco fundamental o primeiro Relatório de Impacto Ambiental (Rima) no Brasil para uma usina hidrelétrica,

elaborado e aprovado em 1987. Praticamente toda sua construção transcorreu entre 1987 a 1991 (COPEL, 2010).

Os túneis de desvio com diâmetro de 13,5 m e comprimento variando de 661 a 778 m, foram iniciados em setembro de 1987 e concluídos em junho de 1988. As escavações para implantação do circuito hidráulico básico da usina - tomada de água, condutos forçados, casa de força e canal de fuga - foram iniciadas em setembro de 1988 e concluídas em dezembro de 1989. A montagem dos equipamentos iniciou-se pelos condutos forçados em outubro de 1989, estendendo-se até a inauguração da usina. Com uma altura de 145 m e comprimento de 700 m, a barragem é do tipo enrocamento com face de concreto. A usina ficou totalmente pronta somente após a conclusão da Derivação do Rio Jordão, que consiste de uma barragem de concreto compactado a rolo represando o rio Jordão, permitindo desviar parte da vazão através de um túnel de 4.703 m de comprimento e de 9,5 m de diâmetro. Isso ocasiona um acréscimo de 10% na energia produzida pela usina (COPEL, 2010).

Para ocupação da área da Usina, foi necessária a relocação das famílias. Para isso foi realizado um programa de reassentamento de 187 famílias. Dentro deste programa as famílias foram reassentadas na modalidade de reassentamento coletivo, com o monitoramento intensivo do público-alvo definido. Para isso, a Copel adquiriu 4.795 hectares, divididos em 4 reassentamentos, localizados nos municípios de Mangueirinha, Honório Serpa e Reserva do Iguaçu, denominados Reassentamento I, II, III e IV (COPEL, 2010).

Também foram atendidas 11 famílias, na modalidade de reassentamento por meio de carta de crédito, sendo esta uma autorização dada pela Copel aos produtores rurais contemplados. O programa visa a aquisição de imóvel rural, exclusivamente, dentro do Paraná (COPEL, 2010).

O reservatório possui área inundada de 82,5 km², profundidade média de 36,6 m (em alguns locais pode atingir até 100m) e tempo de residência da água de 47 dias. Recebe inúmeros tributários, tanto em sua margem direita (Floresta, São Pedro, Verde, Touros) como na margem esquerda (Patos, Iratim, Butiá, Covó).

Quanto ao uso do solo, de acordo com estudo realizado por MERENDA (2004) em 2001 a área ocupada pela represa com mata era 56%, 31% campo e 13% solo exposto. Em 2004, a área de mata ocupava 62%, seguido da área de campo com 22% e 16% de solo exposto. A expansão da área de mata está devido-se principalmente devido às áreas de alta declividade, enquanto o crescimento das áreas de solo exposto devido ao trânsito ao longo das estradas, nas áreas planas.

A legislação ambiental vigente no momento da implantação da barragem , determinava que fosse mantida, no entorno do reservatório, uma faixa de preservação de no mínimo 100 m. De acordo com estudos do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), a faixa de preservação é de 1000 m, para que sejam implantadas medidas relacionadas ao controle de erosão, reorganização das estradas vicinais, e controle de possíveis áreas críticas.

9. DEFESA CIVIL

Os desastres são resultados de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais.

Os dados da Defesa Civil (2009) referem-se a dados históricos de desastres no Município, tais como desastres naturais relacionados com o incremento das precipitações hídricas, enchentes ou inundações graduais, enxurradas ou inundações bruscas, desastres naturais relacionados com a geomorfologia, o intemperismo, a erosão e a acomodação do solo, escorregamento ou deslizamento, desastres humanos, entre outros. A Comissão Municipal da Defesa Civil – COMDEC – é o órgão responsável pelo planejamento, articulação, coordenação, mobilização e gestão do Sistema de Defesa Civil, no âmbito do Município.

De acordo com a portaria nº. 727/2002, os municípios, para se habilitarem à transferência de recursos federais destinados às ações de defesa civil, deverão comprovar a existência e o funcionamento do Órgão Municipal de Defesa Civil - COMDEC ou do órgão correspondente.

Em geral as ações da COMDEC dos municípios, estão previstas quatro fases:

Fase da Prevenção: Nessa fase serão efetuados estudos, análises, avaliações das situações anteriores, coleta de informações, revisões, defesa do patrimônio, observação, alerta, mobilização, etc., previamente sistematizadas, de caráter permanente e que tem por finalidade proporcionar dados e atitudes que determinarão medidas cautelosas para neutralizar, amenizar e prevenir eventos desastrosos.

Fase de Socorro: Nessa fase desencadear-se-ão as medidas operacionais, onde são estabelecidas atividades já previamente planejadas e que se caracterizam principalmente como de comunicação, transporte, evacuação, salvamento, segurança e saúde. Esta fase está dividida em situação de emergência e estado de calamidade pública.

Fase Assistencial: Desencadear-se-á as medidas operacionais de: a) Assistência, caracterizada pelas atividades de triagem e atendimento a flagelados e Reabilitação, caracterizada pelas atividades de descontaminação.

Fase de Recuperação: É a fase onde prevalecem as atividades exercidas pelos serviços públicos, pelas ações comunitárias de toda a ordem, com o intuito de recuperar as situações afetadas e de se elevar o moral social.

Foi criado em 2010 o Decreto nº001 que nomeou os representantes da administração direta e indireta para comporem a Comissão Municipal da Defesa Civil. De acordo com esse Decreto, a Comissão é composta pelos seguintes membros: Presidente; Diretoria de Operações, composta do Diretor e de Secretário; grupo de atividades fundamentais que subdivide-se em Subcomissão de Relações Públicas, Subcomissão de Segurança, Subcomissão de Estoque e Donativos Voluntários, Subcomissão de Abrigos e Transporte, Subcomissão de Saúde e Subcomissão de Vitorias; Conselho de Entidades não governamentais composta da Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Desenvolvimento, Associação Comunitária Vila Copel,

Copel Clube Segredo, Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR), Conselho Paroquial (COPAE), Assistência Social Bom Samaritano. O Decreto nomeou ainda 3 núcleos da Defesa Civil que são: Núcleo da Defesa Civil Urbano, Núcleo da Defesa Civil Rural e Núcleo da Defesa Civil da Vila Copel.

Desde a criação do Conselho não ocorreram situações de emergência no Município. De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2009), a ocorrência registrada de sinistro no Município foi em setembro de 2009 devido a chuvas de granizo que atingiram 11 residências da Comunidade Santa Luzia; 08 residências da Linha Pato Branco; 04 residências da Linha São Francisco; 14 residências da Comunidade São Miguel; 10 residências da Comunidade Faxinal dos Soares; 07 residências da Comunidade Nova Iguaçu e 06 residências da Comunidade São Pedro do Iguaçu.

10. ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS

De acordo com dados do IBGE (2000), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Reserva do Iguaçu é de 0,726. O índice no Município é inferior à média estadual (0,786) e à média brasileira (0,764), o que permite concluir que o Município encontra-se abaixo dos parâmetros estaduais e federais.

O IDH-M é composto pelos dados da educação (alfabetização e taxa de frequência escolar), longevidade e renda da população. Esse índice aponta o desempenho da melhoria das condições de vida da população. A tabela 04 demonstra o IDH do Município e seus componentes.

TABELA 04 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) E SEUS COMPONENTES

Município	Reserva do Iguaçu
Esperança de Vida ao Nascer (anos)	66,1
Taxa de Alfabetização de Adultos (%)	84,53
Taxa Bruta de frequência Escolar (%)	80

Renda Municipal Per Capita (R\$)	206,12
Índice de Esperança de Vida	0,685
Índice de Educação	0,830
Índice de Renda	0,662
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,726
Ranking Estadual	254

FONTE: IPARDES, 2003

10.1. ASPECTOS ECONÔMICOS

10.1.1. Atividades Econômicas

Segundo dados do IPARDES (2006) o valor adicionado referente à Produção Primária, com base no ano de 2007, é de 60%, seguido da indústria com 30% e do comércio e serviços de 8,50%. O valor adicionado bruto segundo os ramos de atividades é de 39% da agropecuária, 16% da indústria e 44% dos serviços (IPARDES, 2006).

A economia do Município baseia-se na agropecuária, com predomínio de pequenas propriedades que produzem soja, milho e trigo, seguido da criação de rebanho de bovinos e galináceos (tabela 05). De acordo com dados do IPARDES (2004), o valor da produção municipal foi de R\$ 26572,00, que representa 4,07% da participação na mesorregião e 0,38 na participação do Estado.

Segundo dados do DERAL (2009) a área utilizada para produção agrícola em 2003/2004 era de 23.664ha; em 2004/2005 era de 27.482ha; em 2005/2006 27.161ha; em 2006/2007 27.147ha e em 2007/2008 27.967ha.

Quanto a produtividade, de acordo com dados do DERAL (2009), em 2003/2004 foi de 3974Kg/ha; em 2004/2005 era de 3318 Kg/ha; em 2005/2006 3764 Kg/ha; em 2006/2007 4042 Kg/ha e em 2007/2008 4353 Kg/ha. Com base nesses dados é possível deduzir que a área destinada à produção agrícola aumentou e gerou também um aumento na produção.

TABELA 05 - EFETIVO DE PECUÁRIA E AVES ANIMAL REFERENTE AO PERÍODO DE 2007/2008

EFETIVO	NÚMERO
Rebanho de bovinos	18250
Rebanho de eqüinos	1640
Galináceos (galinhas, galos, frangos (as) e pintos)	21476
Rebanho de Ovinos Tosquiados	3050
Rebanho de Vacas Ordenhadas	790
Rebanho de Ovinos	3160
Rebanho de suínos	2370
Rebanho de caprinos	695
Rebanho de muares	200

FONTE: IPARDES (2008)

Os produtores recebem apoio dos Programas: PRONAF, PROGER Empresarial, Programa de Inseminação Artificial, Programa Mata Ciliar, Patrulha Mecanizada e Viveiros Comunitários.

Quanto a produção Extrativista Vegetal, merece destaque a produção de carvão vegetal, de lenha, madeira em tora e madeira para outras finalidades (DERAL, 2009). Quanto a produção de origem animal, merece destaque a produção de lã, mel; de abelha e leite.

A tabela 06 demonstra a produção no Município em relação à área e a produção. Merece destaque a produção de milho, soja e trigo.

TABELA 06 – PRODUTOS CULTIVADOS (2008)

Cultura	Área em ha	Produção (t)
Arroz	25	60
Aveia	200	440
Batata Doce	18	324
Batata Inglesa	160	5440
Cebola	2	15
Cevada	1700	7310
Erva Mate	53	345
Feijão	675	900
Fumo	35	50
Mandioca	220	2270

Milho	6340	48575
Pêssego	1	1
Soja	11600	33640
Trigo	5700	18240
Uva	1	8

FONTE: IPARDES, 2009

Parte da produção agrícola é ilegal sob o ponto de vista de documentação. Isso ocorre porque a maioria das propriedades não possui documentação, o que inviabiliza a retirada do licenciamento ambiental e abertura de empresas e consequentemente a venda da produção para grandes empresas.

A produção agrícola do Município de Reserva do Iguaçu é comercializada em cooperativas e cerealistas da região. Quanto ao comércio, o mesmo destina-se a atender a população local em geral. Dentre as atividades verificadas encontram-se comércio de gêneros alimentícios, vestuário, utensílios domésticos, produtos veterinários e farmacêuticos.

A tabela 07 demonstra as atividades econômicas no Município e o respectivo número de estabelecimentos. De acordo com essas informações no Município estão instaladas indústrias de transformação, indústria da madeira e do mobiliário, indústria de carvão, lojas de matérias de construção, postos de combustíveis, serviços de mecânica, mercearias, lojas de variedades, lanchonetes, bares, entre outros. O mapa 13 mostra a localização das principais atividades comerciais, industriais e de serviços da Sede do Município (figuras 06 a 20).

O comércio local não exerce influência em relação aos municípios vizinhos, uma vez que serve para atender a população local. O Município de Pinhão exerce influência no Município de Reserva do Iguaçu quanto às atividades econômicas por ser considerado um pólo comercial na região.

Mapa 13 – Atividades Comerciais Urbana - Sede

TABELA 07 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS – 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS
Indústria da madeira e do mobiliário	8
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	2
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	1
Construção civil	4
Comércio varejista	26
Comércio atacadista	1
Administradoras de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais	1
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	3
Ensino	1
Administração Pública e Direta	2

FONTE: IPARDES (2009)

Figura 06: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 07: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 08: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 09: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 10: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 11: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 12: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 13: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 14: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 15: Atividade Comercial



Fonte: O Autor, 2009

Figura 16: Serviço



Fonte: O Autor, 2009

Figura 17: Serviço



Fonte: O Autor, 2009

Figura 18: Serviço: Cartório



Fonte: O Autor, 2009

Figura 19: Serviço



Fonte: O Autor, 2009

Figura 20: Atividade Econômica



Fonte: O Autor, 2009

10.1.2. Atividades Turísticas

No atual modelo de economia globalizada o Turismo evoluiu de tal forma que já responde pela produção de 10% de toda a riqueza do planeta, superando a indústria química e a automobilística; e apesar de trazer impactos positivos na economia, também traz outros, menos vantajosos, tais como: impactos negativos no meio ambiente natural, no patrimônio histórico-cultural, e no modo de vida dos habitantes locais. Portanto, é mais do que justificável o aproveitamento do potencial turístico local com a devida responsabilidade, refletida em estudos de possíveis impactos e um processo de planejamento que construa um destino turístico sustentável e de longo prazo.

O Turismo pode ser definido como “as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos”.

Atualmente, a indústria do turismo é constituída por organizações dos setores públicos, privados e, ainda, da comunidade local, que normalmente estão agrupadas, com o objetivo de oferecer um produto turístico que satisfaça às necessidades dos turistas. E, como em qualquer atividade também possui uma alta competitividade, exigindo cada vez mais a especialização em diversos setores que envolvem a atividade em um destino.

Esta competitividade de um destino turístico é o resultado de ações integradas do governo, do setor privado e da comunidade. O governo exerce papel importante nesta atividade, pois tem a responsabilidade por boa parte dos serviços relacionados à infra-estrutura básica como rodovias, ferrovias, portos, além da formulação de políticas que estabeleçam condições fiscais e financeiras favoráveis, sendo que o planejamento conjunto com o setor privado e a comunidade deve ser uma regra constante. O setor privado tem seu papel também quando fornece instalações e atrações, ou seja, fornece parte da infra-estrutura e a comunidade fornece outros atrativos, como os culturais, além da mão-de-obra necessária para a recepção dos visitantes.

Enfim, para que seja alcançado o êxito da atividade turística em qualquer localidade é necessário que os agentes dos setores públicos, privados e a própria comunidade trabalhem de forma cooperada e coordenada para que possam oferecer um destino turístico de qualidade que tanto satisfaça a demanda, como também toda a comunidade local.

A satisfação da demanda turística é atualmente um dos maiores desafios do setor, o que proporciona gradativamente estudos das mais diversas segmentações que sejam capazes de adequar a atividade turística ao local e à demanda.

Dentro destas segmentações surge uma forte tendência na atualidade, inclusive no Brasil, que são os atrativos do setor rural. O turismo rural alia ao produto turístico características diferenciadoras que são a nostalgia e a tranquilidade proporcionadas pela vida no campo.

O Brasil caracteriza-se pela introdução desta atividade como alternativa de exploração econômica. Trata-se de um mercado que está surgindo para os produtores e que pode ser futuramente o alicerce para o desenvolvimento rural. A grande carência ainda está na falta de informações sobre o que realmente oferecer ao turista e como gerenciar esta atividade, dificultada pelo seu caráter multidisciplinar que exige uma gestão cooperada para o desenvolvimento da mesma.

Neste ponto fica evidenciada a importância do conhecimento profundo das características locais e dos impactos potenciais, para que dentro de um processo de planejamento cooperado, possa ser desenvolvida esta atividade altamente rentável que serve de alicerce para a economia local bem como para a melhoria da qualidade de seus habitantes.

Considerando as características do Município, observa-se a vocação para o Turismo Rural na região, uma vez que seu potencial rural pode ser otimizado pelo aproveitamento turístico, evitando desta forma a evasão do campo e melhorando a qualidade de vida de seus habitantes.

Para tanto deve ser elaborado um Plano de Desenvolvimento Turístico que viabilize a atividade na região, uma vez que sua localização não permite sua participação de forma mais direta sobre a demanda turística da capital. Uma das possibilidades pode estar nos programas de regionalização turística e seu aproveitamento para o Município.

Como fator positivo, o Município dispõe de atrativos naturais como rios de águas cristalinas e sem poluição, ou seja, vocação turística para turismo rural, ecoturismo e turismo cultural. Porém o Município possui deficiência para atender a possível demanda turística, por possuir apenas um restaurante e um hotel (PMRI, 2009).

O turismo rural desenvolvido de forma sustentável junto às pequenas propriedades de agricultura familiar poderá agregar renda a essas famílias, que poderão comercializar seus produtos, que na maioria das vezes é apenas para subsistência. Com o ecoturismo o Município poderá explorar cachoeiras, trilhas, cavernas, rios lagos e lagoas, de forma sustentável.

O Município de Reserva do Iguaçu possui quatro importantes pontos turísticos: Museu Regional do Iguaçu, Casa de Pedra (casarão da Fiat), Santuário Passo da Reserva e a Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga - Salto Segredo.

10.1.2.1. Museu Regional do Iguaçu

O Museu Regional do Iguaçu, inaugurado em 2000, foi contemplado no Relatório de Impacto Ambiental da Usina Hidrelétrica Gov. Ney Aminthas de Barros Braga - Usina Hidrelétrica de Segredo, como uma das medidas mitigadoras decorrentes do empreendimento. Guarda o acervo oriundo dos Programas de Aproveitamento Científico de Flora e Fauna, Salvamento da Memória Cultural e Resgate Arqueológico desde o início da construção da usina, além do acervo resgatado nas áreas de influência de outros empreendimentos hidrelétricos da Copel no Rio Iguaçu. Com isso, o Museu Regional do Iguaçu mantém um dos mais expressivos acervos regionais do Paraná. Tem como objetivos, dentre outros:

- ✓ Preservar a memória ambiental e histórica do rio Iguaçu, com ênfase nas áreas dos

- empreendimentos hidrelétricos da COPEL;
- ✓ Gerar e transmitir informações ao público sobre a bacia do rio Iguaçu como um todo, desde as condições pré-históricas até a utilização dos recursos hídricos;
 - ✓ Demonstrar a importância da bacia hidrográfica do Iguaçu para o Estado do Paraná, quanto aos aspectos econômicos e ambientais, levando o visitante a refletir sobre sua participação no processo de conservação da energia, dos recursos naturais e na melhoria de sua qualidade de vida;
 - ✓ Efetuar atividades de Educação Ambiental para estudantes e população em geral.

O Museu abriga exposições temporárias e permanentes. As exposições temporárias permanecem o tempo necessário para que seu conteúdo seja visto e conhecido por professores, pesquisadores e a comunidade local.

Na exposição permanente O rio Iguaçu e a Natureza pode-se conhecer grande parte da bacia do Iguaçu, através de uma apresentação artística com luzes e sons sobre uma maquete topográfica. Essa apresentação demonstra todo o percurso do rio, que tem aproximadamente 1.060 km de extensão, de forma clara e explicativa.

Outra exposição permanente denominada de O homem e a mulher do Iguaçu resguarda a memória cultural da região do médio Iguaçu, por meio da exposição de artefatos líticos para caça, defesa, alimentação e rituais religiosos, que evidenciam a expansão demográfica e a riqueza cultural dos habitantes que ajudaram a formar a identidade paranaense na região. A exposição contempla também peças pertencentes as comunidades nativas Nação Guarani e Nação Kaingáng

O Museu possui também um espaço que abriga uma biblioteca com mais de 1.700 títulos entre livros, vídeos, CD-ROMs, revistas e periódicos, além do acesso à Internet. Esse acervo fica disponível para consulta local de terça-feira a domingo. Os audiovisuais são reproduzidos nas tardes de sábado, para todos os que demonstrarem interesse em conhecê-los. Os temas tratados são específicos de áreas relacionadas ao Museu: educação ambiental, meio ambiente, arqueologia, história e geografia do Paraná, biologia e museologia.

Figura 21: Museu Regional do Iguaçu



Fonte: O Autor, 2009

10.1.2.2. Casa de Pedra

Construída por tropeiros para defender-se dos ataques indígenas, a casa de pedra possui paredes de quase um metro de espessura. Construída em 1875 está localizada na propriedade da Swedish Match S.A. (antiga Fiat-Lux).

10.1.2.3. Santuário Passo da Reserva

O Santuário está localizado à 5 km da sede do Município onde existe uma cachoeira com 25m de queda. É roteiro do turismo religioso que atrai muitos devotos de Nossa Senhora Aparecida.

Figura 22: Capela do Santuário



Fonte: O Autor, 2009

Figura 23: Cachoeira



Fonte: O Autor, 2009

10.1.2.4. Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga - Salto Segredo

Conforme descrito no item 8 do presente documento, A Usina Hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga, anteriormente conhecida como Usina de Salto Segredo, é uma usina da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, localizada no Rio Iguaçu, no Município de Mangueirinha. Por estar localizada em um município limítrofe com Reserva do Iguaçu contribui significativamente na questão turística no Município, principalmente devido às belas paisagens.

10.1.3. Emprego e Renda

Quanto aos dados relativos a emprego, verifica-se que aproximadamente de 52,70% da população é economicamente ativa. Destes, de acordo com dados do IBGE (2000), aproximadamente 39%, trabalha na agropecuária, seguido pelos serviços (33%), pela indústria (20%) e 6,5 no comércio. O índice de desemprego no Município de Reserva do Iguaçu é de 10% em relação à população economicamente ativa (IPARDES, 2003).

Segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal (2009), no Município estão empregados atualmente 290 pessoas nas atividades de comércio, serviços e industriais.

A Agência do Trabalhador no Município tem entre os principais objetivos: formulação, coordenação, articulação, implementação e avaliação do sistema público do trabalho emprego e renda, visando o desenvolvimento econômico com equidade social dos trabalhadores e mediante ações de intermediação de mão de obra, assim como a viabilização de cursos de capacitação profissional e rede economia solidária.

TABELA 08 - POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS

ATIVIDADES ECONÔMICAS	Nº DE PESSOAS EMPREGADAS
Agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e pesca.	897
Indústria extrativa, distribuição de eletricidade, gás e água	103
Indústria de transformação	220
Construção	105

Comércio, reparação de veículos automotivos, objetos pessoais e domésticos.	150
Alojamento e alimentação.	78
Transporte, armazenagem e comunicação.	70
Intermediações financeiras, atividades imobiliárias, aluguéis, serviços prestados às empresas.	42
Administração pública, defesa e seguridade social.	178
Educação	91
Saúde e serviços sociais	40
Outros serviços coletivos sociais e pessoais	48
Serviços domésticos	219
Atividades mal definidas	57
TOTAL	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Resultados da amostra

TABELA 09 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) SEGUNDO ZONA E SEXO

URBANA	RURAL	MASCULINO	FEMININO	PEA TOTAL
1401	1157	1693	865	2558

FONTE: IBGE, 2000 - Censo Demográfico - Resultados da amostra.

NOTA: PEA de 10 anos e mais.

O valor do Produto Interno Bruto (PIB) é bem abaixo da média do Estado, ou seja, enquanto no Município é da ordem de R\$ 6.385,00, a média do Estado é de R\$ 9.993,00. Quanto à renda, de acordo com dados do IBGE (2003), há concentração no setor secundário, seguido do setor primário, de comércio e de serviços. De acordo com dados do IBGE (2003), a média de renda per capita da população é de R\$206,12 por mês enquanto que a média do Estado é de R\$ 321,40, o que demonstra as condições de pobreza da população. De acordo com o PRDE (2006) na grande maioria dos municípios do estado do Paraná, a renda dos chefes de domicílios é inferior à média da região sul. O Município de Reserva do Iguaçu possui taxa de pobreza de 39,19%. Entende-se por taxa de pobreza renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo (IPARDES, 2008). Esta pode ser uma das explicações do grande decréscimo populacional do Município nos últimos anos.

Nesse contexto de grandes diferenças sociais, os desafios para a grande maioria dos municípios, quanto à redução da pobreza e, conseqüentemente, quanto ao alcance de ganhos

no IDH-M, têm suas possibilidades associadas principalmente a investimentos do poder público nas áreas tradicionais da saúde e da educação, uma vez que intervenções que se reflitam na renda têm determinantes muito mais complexos e fortemente condicionados a decisões do setor privado.

10.2. POPULAÇÃO E EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO

10.2.1. Uso e Ocupação do Solo

O mapa de uso e ocupação do solo da área urbana, mapa 14, foi feito de acordo com levantamento a campo, classificando os usos em: residencial, comercial/residencial, comercial/serviços, equipamentos institucionais, templos religiosos, indústrias, cemitérios e lotes vagos.

Para o planejamento da cidade, as informações contidas na carta de uso do solo permitem o conhecimento da situação atual da cidade, caracterizando-se como uma das fontes utilizadas para a confecção do zoneamento de uso do solo, identificando e definindo as tendências de ocupação e os parâmetros urbanísticos. Segundo PUPPI (1981) estes critérios têm como finalidade a regulamentação urbanística, assegurando o destino adequado a cada parcela do solo, a funcionalidade, a homogeneidade, a regularização do tráfego, a organização e a salubridade ambiental.

De acordo com o mapa 14, é possível observar que as atividades urbanas na Sede do Município estão bem distribuídas, porém, as áreas vagas somam grande parte do perímetro urbano. Na Vila Copel, conforme mapa 15, o uso predominante é o residencial seguido do institucional e o comercial e de serviços. Na Vila percebe-se claramente a separação dos usos.

Nas localidades da área municipal existe apenas ocupação de baixa densidade e pequenas atividades comerciais e de serviços. Do total da área ocupada no Município, o uso predominante é o residencial. Verifica-se a concentração do uso misto comercial e residencial principalmente na Avenida Sebastião Caldas, Rua Pedro Siqueira, Rua Joaquim F. de Oliveira, XV

de Novembro e Rua Coronel Lustosa (mapa 14).

As indústrias estão localizadas principalmente nas áreas periféricas do perímetro urbano, o que favorece a qualidade de moradia da cidade, minimizando os inconvenientes decorrentes dos ruídos, poluição, tráfego pesado, dentre outros.

Os estabelecimentos comerciais são constituídos em sua maioria por mercearias e armazéns, havendo ainda bares, mercado, farmácias e lojas de pequeno e médio porte.

Quanto aos equipamentos sociais e comunitários, observando o mapa do uso do solo atual urbano (mapa 14), é possível perceber que os equipamentos públicos estão bem distribuídos na área urbana. Esse é um fator positivo, pois são atividades que visam o atendimento à população geral e devem ser implantados nos locais mais acessíveis, principalmente nas áreas residenciais e onde for verificada a demanda.

De acordo com dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2009), o Município possui Legislação de Uso e Ocupação do Solo, porém a legislação não é observada quando da liberação de Alvará de Construção e Alvará de Localização e Funcionamento. Da legislação urbanística, o Município possui as seguintes Leis: de Uso e Ocupação do Solo; Código de Obras; Lei do Meio Ambiente; do Perímetro Urbano; de Parcelamento; Código de Posturas; de Procedimentos Administrativos. Estas Leis são do conhecimento de apenas algumas pessoas e não são utilizadas no dia a dia pela administração municipal.

A Lei do Perímetro Urbano descreve os limites da área urbana, porém não descreve seus rumos, o que fez com que a delimitação do perímetro utilizada para fins de estudo desta análise temática ficasse aproximada da realidade. A Lei também cita alguns marcos, os quais não foram encontrados em visita à campo.

O zoneamento, em termos legislativos, é um instrumento do planejamento territorial, o qual deve ser aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores. A importância do zoneamento também nas áreas rurais pode ser evidenciada, na determinação de áreas mais propícias para

lavouira ou reflorestamento ou recreações dentro outros usos.

O zoneamento determina, por meio de um estudo detalhado, quais as formas de circulação, principais vias, terminais de transporte, locais com demanda para equipamentos sociais. Através deste instrumento, são determinados para cada zona, as taxas e os índices de ocupação, recuos e afastamentos das edificações, além da definição das atividades a serem implantadas em determinados tipos de vias.

A área urbana do Município não está dividida em bairros. A Vila Copel possui 5 bairros, conforme espacializado no Mapa 16.

10.2.2. População

A população do Município de Reserva do Iguaçu é de 7094 habitantes segundo dados do IBGE (2007), distribuindo-se em 3.652 habitantes na área urbana e 3.442 habitantes na área rural do Município. A projeção populacional para o ano de 2009 é de 7449 habitantes.

Mapa 14 – Uso e Ocupação do Solo Urbano Sede

Mapa 15 – Uso e Ocupação do Solo Urbano Copel

Mapa 16 – Bairros Vila Copel

10.2.3. Densidade Demográfica

Para representar a densidade demográfica, foram utilizados os perímetros dos setores censitários (IBGE, 2009). Observando o mapa dos setores censitários é possível identificar a densidade da ocupação em diferentes regiões. A densidade municipal (IPARDES, 2009) é de 8,96 hab/km², considerando área total do Município de 830,968 km². De acordo com a análise do mapa dos setores censitários do Município (mapa 17) observa-se a existência de 05 setores na Área Rural, a maior densidade da área rural ocorre no setor 03, com 0,71 hab/ha (tabela 10). Esse setor abrange as localidades de Terra Nova do Iguaçu, Águas do Iguaçu, Assentamento São José Cordebelo e Assentamento Segredo II. O setor censitário com a menor densidade é o Setor 05 que abrange as localidades de São Sebastião.

TABELA 10 – DENSIDADES DOS SETORES RURAIS

Tipo do Setor	Número do Setor	Densidade
Rural	03	0,71 hab/ha
Rural	04	0,025 hab/ha
Rural	05	0,015 hab/ha
Rural	06	0,047 hab/ha
Rural	07	0,038 hab/ha

FONTE: IBGE, 2000

Na Vila Copel também existe apenas um setor censitário (mapa 19), com densidade de 6,70 hab/ha.

A densidade do setor urbano é muito baixa, se considerada a sugestão da literatura de 25 habitantes por hectare na área urbana. Esse valor é aconselhável devido às seguintes razões: proporção de condições favoráveis à vida associativa e definição de característica urbana; prevenção contra a dilatação do perímetro urbano sem necessidade aumentando a demanda por infra-estrutura e assim onerando a prefeitura com custos desnecessários.

Mapa 17 – Setores Censitários – Municipal

Mapa 18 – Setores Censitários – Urbano

Mapa 19 – Setores Censitários - Copel

De acordo com definições do IBGE para efeito da confecção do Censo de 2007, consideram-se:

- Em situação urbana, as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas, desde que aprovadas por Lei Municipal sua inclusão ao Perímetro Urbano.
- Em situação rural toda a área situada fora do perímetro urbano, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.
- Aglomerado rural isolado – povoado é a localidade situada em área legalmente definida rural caracterizada por um conjunto de edificações permanentes e adjacentes, formando área continuamente construída, com arruamentos reconhecíveis ou dispostos ao longo de uma via de comunicação, possuindo pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo freqüente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de primeiro grau, de primeira a quarta série, em funcionamento regular; 1 (um) posto de saúde, com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo, para atender aos moradores do aglomerado e/ ou áreas rurais próximas.

11. ASPECTOS SÓCIO-ESPACIAIS

11.1. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO

De acordo com os estudos desenvolvidos pelo IPARDES no ano de 2000, a projeção da população municipal para o ano de 2010 é de 2.676 habitantes e a projeção para 2007 de 3.145 habitantes. Em 2007, de acordo com Censo do IBGE a população municipal era de 7.094 habitantes, sendo a população urbana de 3.652 habitantes e a população rural era de 3.442 habitantes (tabela 11).

Esta diferença verificada nos dados do IparDES levou em consideração o Censo Demográfico de

1996 e 2000. Como o Município não possui dados referente ao ano de 1996, constaram apenas dados do ano de 2000.

Em 2007, a partir de dados da Contagem Populacional, pode-se observar que a taxa de crescimento aumentou, tendo crescimento de 0,89% e que a população da área urbana é praticamente equivalente ao da área urbana. Na maioria dos municípios brasileiros verifica-se a evasão da área rural, principalmente de jovens que abandonam o campo em busca de empregos na área urbana.

Nos mapas 20 e 21 estão as áreas vagas da Sede do Município e Vila Copel

TABELA 11 – PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO

Ano Base	Pop. Urbana (IBGE)	Pop. Rural (IBGE)	Pop. total (IBGE)	Taxa Crescimento (IBGE) - anual*	Pop. Total (IPARDES)	Taxa Crescimento (IPARDES) *
2000	3340	3338	6.678	ND	4.563	ND
2007	3548**	3546**	7094	0,89%	3.145	-4,44%
2009	3726	3723	7449	0,71%	2.820	-3,44%
2019	3694**	3481**	7534**	ND	ND	ND

Fonte: IBGE (Contagem Populacional 2007 Censo 2000, Projeção populacional 2004, Projeção Populacional 2009); IPARDES (Projeção da População 2000 - 2010).

ND – dado não disponível.

* - taxa de crescimento anual.

** - dados calculados pelo autor, a partir dos dados dos anos anteriores e taxa de crescimento anual.

11.2. CÁLCULOS DA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA

Cálculo 1 – a partir da densidade máxima de um setor

Densidade máxima atual = 7,02 hab/ha (média da sede e vila Copel)

População urbana prevista para o ano 2019 = 7.534 habitantes – dados do IBGE**

Acréscimo da população urbana (2009-2019) = 85 habitantes – dados do IBGE

Considerando a densidade máxima urbana atual em relação à projeção da população urbana para o ano 2019:

- 85 habitantes/7,02 habitantes por hectare = 12,10 hectares

O cálculo foi feito baseado na densidade máxima dos setores censitários, considerando toda a área urbana. Tendo em vista que a área vaga (Vila Copel e Sede) é de 330 hectares, verificou-se que não será necessário ampliar o perímetro urbano, pois o atual é capaz de suprir a possível demanda de habitantes.

De acordo com análise destes dados e considerando ainda a densidade populacional, deve-se considerar a possibilidade de redução de perímetro urbano. Verificou-se que a maioria das áreas consideradas vagas dentro do perímetro urbano, não possui suas áreas cadastradas na Prefeitura Municipal, para efeito de cobrança de IPTU, ou seja, são consideradas pelo Código Tributário Municipal, como áreas rurais ou áreas de chácaras.

Mapa 20- ÁREAS VAGAS - SEDE

Mapa 21- ÁREAS VAGAS – VILA COPEL

11.3. HABITAÇÃO

A Área Urbana do Município de Reserva do Iguaçu é composta por loteamentos residenciais e habitacionais. Atualmente, na Área Urbana existem loteamentos, com lotes de medidas que variam entre 15 e 30 metros (PMRI, 2009). Segundo dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2009) os menores lotes do Município possuem dimensão de 10 x 20 metros.

Segundo dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2009), o Município possui lei que regulamente a aprovação de loteamentos.

De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2010) em 2005 a Prefeitura iniciou um processo de regularização fundiária no Município objetivando documentar todos os imóveis pertencentes ao perímetro urbano. Na época inicialmente o Município fez um pedido ao Cartório da Comarca de Pinhão da documentação da Área Urbana. Como não havia a matrícula de origem do loteamento, foi necessário pedir judicialmente a referida matrícula. Na seqüência, o Município fez o levantamento topográfico e memoriais descritivos dos lotes. Ao todo, foram regularizados 966 imóveis, ou seja, todos aqueles que constaram no levantamento topográfico realizado no ano de 2005.

A regularização fundiária foi finalizada em 2009 com a aprovação e registro de imóveis do limite do perímetro urbano conforme levantamento de 2005. Desde então os proprietários vem procurando a Prefeitura e o Cartório para regularizar individualmente seus imóveis.

Desde 2005, após ter sido iniciado o processo de regularização, surgiu no Município somente um loteamento clandestino, com aproximadamente 50 lotes. O proprietário do imóvel parcelou irregularmente e vendeu os lotes, sem aprovação na Prefeitura e órgãos públicos e conseqüentemente sem doação ao Município de áreas para equipamentos públicos. Esse loteamento não obedeceu a malha viária urbana ocasionando sérios problemas de geometria viária. Também não dotou de infraestrutura as vias abertas. A Prefeitura está realizando estudos para verificar judicialmente os procedimentos necessários para resolver o problema.

Na Área Urbana existem ainda 30 famílias residindo em áreas de preservação do Arroio Monjolo e Arroio da Divisa. O Município conseguiu recursos do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal para auxiliar nos custos de relocação dessas famílias. Como contrapartida, o Município deverá doar a área e infraestruturá-la. Está prevista a relocação de 11 famílias no ano de 2011. A previsão de relocação das demais famílias é para o ano de 2012.

12. ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Quanto à rede do sistema de abastecimento d'água, verificou-se que, toda a área habitada do Município tem acesso ao abastecimento, seja através de rede vinculada a SANEPAR ou através de poços artesianos, fontes e rios.

A área urbana é totalmente atendida pela coleta de resíduos sólidos. A iluminação pública é deficiente em alguns pontos. A Vila Copel possui rede de esgotamento sanitário de efluentes, enquanto o restante do Município não possui rede de esgoto.

De uma forma geral, o saneamento no meio rural, necessita de ações e extensão dos serviços de água (implantação de poços artesianos e recuperação de nascentes), lixo e fossa séptica e sumidouro. As conseqüências do padrão atual de uso da terra sobre a qualidade das águas tendem a ser agravadas por condições inadequadas de esgotamento doméstico, com riscos crescentes para as condições de saúde da população.

Observam-se no quadro urbano, algumas regiões de densidade muito baixa ou pouco ocupada, que de acordo com PUPPI (1981), geram gastos excessivos com a extensão da infra-estrutura urbana (rede viária, saneamento, iluminação pública entre outros). Para a determinação da necessidade de áreas de expansão, deverão ser utilizadas primeiramente as regiões com baixas densidades já existentes, buscando uma ocupação mais homogênea e a otimização da infra-estrutura urbana.

Quanto aos equipamentos públicos de educação, saúde, esporte, cultura e lazer, estão disponibilizados em toda a Área Urbana. De uma maneira geral não são verificadas áreas precárias ou com infra-estrutura ociosa no Município, principalmente por não existir concentração de vazios urbanos.

12.1 SISTEMA VIÁRIO

Em Reserva do Iguaçu a população tem enfrentado grandes problemas devido a falta de readequação e manutenção das estradas rurais, cascalhadas, não cascalhadas e/ou vicinais que dão acesso às propriedades. Com grandes dificuldades para viabilização de recursos para construção, ampliação e manutenção das estradas existentes, as administrações municipais acabam enfrentando sérias restrições orçamentárias frente aos investimentos necessários e o possível comprometimento das receitas disponíveis, procurando adequar-se constantemente às restrições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Município apresenta como eixos básicos de acesso, as rodovias federais BR-277 no sentido leste-oeste; a BR 373, que em determinado trecho conjuga-se com a BR-277, no sentido sudoeste; e as rodovias estaduais PR-662 e PR-459 que constituem o eixo de tráfego no sentido norte-sul da região.

Como vias de ligação com os municípios limítrofes a Reserva do Iguaçu, tem-se a PR-662 pavimentada, que liga a Foz do Jordão, Candói e Mangueirinha, em bom estado de conservação. O Acesso ao Município de Pinhão dá-se pela PR-459, que atualmente possui 18 km em asfalto e o restante cascalhada, sendo ambos os trechos em bom estado de conservação.

Desta configuração básica de vias primárias de tráfego, originam-se vias secundárias com papel de integração intramunicipal. São vias normalmente não asfaltadas e que ocupam função no escoamento da produção e na comunicação das sedes municípios com os distritos.

Quanto à Área Urbana, grande parte das vias públicas possui largura mediana entre 12,00m e 15,00m.

TABELA 12 - LARGURA DAS VIAS DA ÁREA URBANA

	NOME DAS RUAS	LARGURA – CAIXA DA RUA (M)
1.	RUA CARMEM TEREZINHA DE MORAES	13
2.	RUA LEOPOLDINO ALMEIDA	10
3.	RUA RONDINHA	7
4.	RUA RAUL FERREIRA DE MORAES	13
5.	RUA MARIA DA CONCEIÇÃO LUSTOSA CALDAS	15
6.	RUA JOAQUIM FERREIRA DE OLIVEIRA	12
7.	RUA JOÃO MARIA FERREIRA	12
8.	RUA JOAQUIM NUNES	12
9.	RUA LINEU SIQUEIRA	7
10.	RUA JOÃO JOSÉ RIBEIRO	12 A 20
11.	RUA CORONEL LUSTOSA	13
12.	RUA 1º DE MAIO	10
13.	RUA DOS TROPEIROS	10
14.	RUA 21 DE ABRIL	9
15.	RUA MANOEL BANDEIRA	9
16.	RUA RESERVA	11
17.	RUA CÂNDIDO RAMALHO	15
18.	RUA CORINTA BORBA RAMALHO	8
19.	AV. 4 DE SETEMBRO	15
20.	RUA PARAÍLHO V. FERNANDES	10
21.	RUA CARLOS VAZ	10
22.	RUA ROSA SILVA	16
23.	RUA ELIAS PACHECO	11
24.	RUA PEDRO SIQUEIRA	13
25.	RUA MARINHO F. RAMALHO	13
26.	RUA EUGÊNIA SIQUEIRA	12
27.	RUA DONA UBALDINA	12
28.	RUA PARANÁ	12
29.	RUA PINHÃO	12
30.	RUA 7 DE SETEMBRO	12
31.	RUA ANTÔNIO LUSTOSA	12

32.	AVENIDA SEBASTIÃO CALDAS	19
33.	RUA JOSÉ SERPA	12
34.	RUA SOLANO BRITO	15
35.	RUA EUGÊNIO CALDAS	12
36.	RUA ANTENOR CALDAS	10 A 19
37.	RUA PROF. MARIA MOTTA	10
38.	RUA PROF. DALILA SERPA	10
39.	RUA NESTOR BLEM	10
40.	RUA LUIZ GURGIELMINN	15
41.	RUA ELIAS PACHECO	11
42.	RUA IZAURA ANTUNES PINHEIRO	13
43.	RUA OTÍLIA F. DE SIQUEIRA	15
44.	RUA ADEODATO L. CALDAS	15
45.	RUA BENJAMIN F. DE SIQUEIRA	15
46.	RUA VITÓRIA RÉGIA	12
47.	RUA XAXIM	10
48.	RUA ARAUCÁRIA	15
49.	RUA 15 DE NOVEMBRO	12
50.	RUA SEM DENOMINAÇÃO 02	15
51.	RUA SEM DENOMINAÇÃO 04	15
52.	RUA TAMANQUEIRA	5
53.	RUA SANTANA	3
54.	RUA RODEIO	4
55.	RUA PROJETADA "A"	10
56.	RUA PROJETADA "B"	10

FONTE: LEVANTAMENTO DE DADOS DO AUTOR, 2009.

Analisando a tabela acima, verifica-se que a grande maioria das vias possui boa largura para o fluxo municipal. De acordo com dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2009), o Município não possui Lei de Sistema Viário que estabelece a largura das vias.

Quanto à pavimentação das vias municipais, verifica-se que apenas a estrada estadual possui pavimentação asfáltica e alguns trechos isolados da malha viária (mapa22). Parte das demais estradas municipais possui pavimentação com pedra irregular e outras não possuem

pavimentação, ou seja, são em leito natural. Analisando a necessidade de pavimentação das vias rurais, verifica-se que algumas vias deveriam receber investimentos em pavimentação, principalmente as vias de escoamento da produção e os trajetos do transporte escolar.

De acordo com pesquisa de campo, quanto ao tipo de pavimentação na Área Urbana, é possível identificar que a maioria das vias é em pedra irregular. Poucas são as vias com pavimentação asfáltica (mapa 23). A Vila Copel tem todas suas vias pavimentadas, cerca de 70% das vias com pavimentação asfáltica e o restante com pavimentação poliédrica, não existe calçadas na maioria das vias.

A grande maioria das vias (cerca de 60%) na Área Urbana não possui calçamento o que prejudica a segurança do pedestre. Em locais onde existem calçadas, em geral, as mesmas não são adequadas para portadores de necessidades especiais. Outra carência no Município é a construção de ciclovias. Muitas pessoas caminham nas vias públicas devido à carência dessa infra-estrutura.

Projeto de novas ruas, ou seja, o sistema viário de um município deve apresentar boas condições para a implantação das redes hidráulico-sanitárias e outras de serviços públicos, observando sua boa localização quanto às declividades naturais, já que para a drenagem natural e o sistema de esgoto há escoamento por gravidade.

Quanto à acessibilidade universal, diagnosticou-se que no Município a maioria dos prédios públicos não atendem às exigências estabelecidas na NBR, referente aos portadores de necessidades especiais.

Mapa 22 – Pavimentação Municipal

Mapa 23 – Pavimentação Urbano

Mapa 24 pavimentação – Vila Copel

12.2 TRANSPORTE ESCOLAR, INTERMUNICIPAL E DE CARGA

O transporte coletivo municipal é disponibilizado conforme tabela 13. De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2010) o serviço atende a demanda municipal.

TABELA 13: DADOS TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL

Linha/ nº	Roteiro
LINHA NORDESTE	
01 – saída manhã/retorno a tarde	Santa Luzia / Pinhão
02 – saída manhã/retorno a tarde	Vila copel /Pinhão
LINHA PRINCESA DOS CAMPOS	
01 - saída manhã/retorno a tarde	Vila copel/Guarapuava
LINHA LORETUR	
01 - saída manhã/retorno à tarde	Sede Município/Pinhão

Fonte: PMRI, 2010.

O transporte escolar no Município atende diariamente no período da manhã, tarde e noite, transportando alunos da zona rural até as escolas mais próximas, tanto em localidades quanto na sede, percorrendo aproximadamente 1.500 km diários. O serviço é disponibilizado aos alunos da educação infantil, ensino fundamental e médio, atendendo 1140 alunos. No total são ofertadas 29 linhas, sendo parte delas tercerizadas e parte com a frota própria do Município (PMRI, 2010).

É oferecido através de convênio com a Associação dos Universitários, transporte para aproximadamente 100 alunos para o Município de Guarapuava e Mangueirinha (PMRI, 2010).

Na Área Rural, as localidades atendidas são: Santo Antão, Invernadinha, Capoteiro, Fazendas, São Sebastião, Santa Luzia, Pinhal, Faxinal dos Soares, Balsa, Pato Branco, São Francisco, Balsa S. Pedro, Sede, Vila Copel, Águas do Iguaçu, Baia, Barreiro, Fiat Lux, Paineira, Quilombolas, Segredo II, João José, Terra Nova, Vila Rural (tabela 14) (PMRI, 2009).

TABELA 14: DADOS TRANSPORTE ESCOLAR

LOCALIDADE (LINHA)	ESCOLA DE DESTINO	LOCALIDADE	QUANTIDADE DE ALUNOS
Santo Antão	João José Ribeiro/Zona Rural	Invernadinha	24
Capoteiro	João José Ribeiro/Zona Rural	Invernadinha	10
Invernadinha	João José Ribeiro/Zona Rural	Invernadinha	14
Fazendas	José de Araújo Loures/Zona Rural	São Sebastião	24
Santa Luzia	José de Araújo Loures/Zona Rural	São Sebastião	05
Fátima /Fazendas	José de Araújo Loures/Zona Rural	São Sebastião	10
Pinhal	Faxinal dos Soares-Zona Rural	Faxinal dos Soares	09
Balsa	Faxinal dos Soares-Zona Rural	Faxinal dos Soares	04
Pato Branco	Sta. Luzia/Zona Rural	Santa Luzia	12
São Francisco	Sta. Luzia/Zona Rural	Santa Luzia	10
Balsa S. Pedro/ Bicas/Sta. Luzia	Sta. Luzia/Zona Rural	Santa Luzia	30
Sede/Copel	Monteiro Lobato/Zona Urbana	Copel	40
Águas do Iguaçu	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	13
Baia	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	38
Barreiro	Pedro Siqueira/Zona Urbana	Sede	77
Copel	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	04
Fazendas	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	41
Fiat Lux	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	10
Paineira	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	98
Quilombolas	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	12
Santa Luzia	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	01
Santo Antão	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	09
Segredo II	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	19
João José	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	13
Terra Nova	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	02
Vila Rural	Pedro Siqueira /Zona Urbana	Sede	22

FONTE: PMRI, 2009.

O Estado deve oferecer transporte para os alunos da Rede Estadual de ensino, e os Municípios aos alunos da Rede Municipal, uma vez que a organização, a manutenção e o desenvolvimento dos órgãos e instituições oficiais são incumbências de estados e

municípios. Todos os níveis de ensino devem ter meios de acesso para os estudantes.

No caso do Ensino Fundamental, os sistemas devem oferecer vagas em escolas a até 2 km da residência dos alunos, ou arcar com este transporte. Por meio do FNDE, a União mantém um programa de Transporte Escolar em apoio aos sistemas de ensino, mediante repasse de recursos.

O Município possui convênio de transporte escolar junto ao Governo Federal no PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar), e com o Governo Estadual através do PETE (Programa Estadual de Transporte Escolar). O Município arca com a maior parcela dos custos com o transporte escolar.

Quanto ao transporte de cargas, de acordo com dados da Prefeitura Municipal (2009), na Área Rural, são percorridas principalmente as estradas principais, que ligam as comunidades. Nas demais estradas municipais, o trânsito de caminhões é somente para o escoamento da produção local. Na área urbana é utilizada principalmente a PR 459 como transporte de cargas.

12.3 SANEAMENTO

12.3.1 Drenagem Urbana

Em geral, o pavimento tradicional não permite o escoamento das águas da chuva, o que acarreta uma quantidade significativa de águas pluviais. A drenagem de águas pluviais consiste na construção de galerias, tubulações enterradas ou abertas que procuram afastar rapidamente a água da chuva para fora do ambiente urbano.

O sistema de escoamento das águas pluviais é composto de: captação, rede e lançamento final. As águas de chuva entram pelos pontos de captação - bocas-de-lobo e bueiros - escoam através das redes, canais ou galerias até desaguiarem nos córregos receptores.

De acordo com os dados obtidos junto à Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu (2009), observa-se que não existe no Município rede de drenagem urbana.

12.3.2 Abastecimento de Água

De acordo com dados do IPARDES 2009, 862 economias são atendidas pela rede de água, representadas por 772 unidades domiciliares, 34 comerciais, 9 industriais, 6 de utilidade pública e 41 do poder público.

A captação de água para abastecimento do Município encontra-se no Rio Jordão (mapa 25) e em 2 poços artesianos localizados na Sede. Segundo informações da SANEPAR (2010), o sistema de abastecimento está próximo da demanda total no perímetro urbano e em vilas próximas, ou seja, com o crescimento populacional deverá ser revisto. O Rio Jordão possui uma das maiores vazões de água da região, além de excelente índices de potabilidade, sendo, portanto ideal para abastecimento público.

A população que reside na Vila COPEL, é atendida através de uma Estação de Tratamento de Água – ETA, disponibilizando o serviço para 380 moradias.

A SANEPAR pretende ampliar o sistema de distribuição de água através da estação de tratamento existente na vila da COPEL, atendendo a demanda de outras regiões próximas à sede do município.

12.3.3 Esgotamento Sanitário

Quanto ao sistema de tratamento de efluentes domésticos (esgoto), o município não dispõe de rede instalada para o atendimento da demanda na sede ou vilas adjacentes, com a utilização de fossas sépticas. Na Vila COPEL, há uma rede para o atendimento de 452 economias domiciliares e 10 comerciais, no entanto, os efluentes são lançados no rio Jordão, após tratamento preliminar a base de cal. Há um projeto em andamento, para construção de

uma Estação de Tratamento de Esgoto – ETE, para tratamento dos efluentes provenientes da vila da COPEL. (mapa 25,26 e 27)

12.3.4 Resíduos Sólidos

O município de Reserva do Iguaçu efetua a coleta de resíduos sólidos urbanos com equipamentos próprios da Prefeitura; porém existe Lei que permite que o Município terceirize este serviço (Lei nº 336/2005).

A coleta de lixo orgânico é realizada de segunda a sexta-feira, sendo segundas e quintas-feiras na Vila Copel e nas terças, quartas e sextas feiras na Área da Sede do Município. Na Área Rural a coleta é realizada a cada 15 dias, nos demais dias, o lixo orgânico é enterrado. O volume de lixo orgânico gerado na Sede e na Vila Copel totalizam aproximadamente 13230 quilos semanais e no interior aproximadamente 1890 quilos (PMRI, 2010).

Quanto aos agrotóxicos, os mesmos são recolhidos de acordo com a legislação vigente (PMRI, 2010).

O volume de lixo orgânico gerado na Sede e na Vila Copel totalizam aproximadamente 13230 quilos semanais e no interior aproximadamente 1890 quilos (PMRI, 2010).

A área destinada ao aterro sanitário está localizada à 4 quilômetros da Sede. Está em processo de implantação, de acordo com a Licença de Instalação emitida pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Será um aterro construído na modalidade de células com medidas médias de 500m² recobertas com uma camada de geomembrana com espessura de 1 mm (PMRI, 2010).

Mapa 25 – INFRAESTRUTURA MUNICIPAL

MAPA 26 – SERVIÇOS PÚBLICOS – SEDE URBANA

MAPA 27 – SERVIÇOS PÚBLICOS VILA COPEL

O lixo reciclável perfaz cerca de 10 toneladas mensais sendo, 8 toneladas reaproveitadas. Este serviço é realizado com equipamento terceirizado em parceria com cooperativa de catadores. A coleta de materiais recicláveis ocorre nas segundas e sextas-feiras na Vila da COPEL e nas terças, quartas e quintas-feiras na sede do Município. A coleta de entulhos e sucatas é realizada aleatoriamente conforme necessidade (PMRI, 2010).

Quanto aos resíduos de saúde, até pouco tempo, na grande maioria dos municípios brasileiros, inclusive no município de Reserva do Iguaçu, a coleta e destinação final dos resíduos de serviço de saúde era realizada pelo poder público. Com a edição da Resolução CONAMA 358/2005, ficou sob a responsabilidade dos geradores o gerenciamento dos resíduos desde a geração até a disposição final, de forma a atender aos requisitos ambientais e de saúde pública e saúde ocupacional.

A partir de então, o Município encerrou as coletas nos empreendimentos de saúde, tanto da rede pública de saúde como particulares, passando a terceirizar o serviço de coleta, tratamento e destinação final destes resíduos. Atualmente a coleta é realizada por empresa terceirizada, que de acordo com informações da PREFEITURA MUNICIPAL (2010), está devidamente licenciada pelo órgão ambiental para realizar a coleta, transporte e destinação final dos resíduos.

No que diz respeito à varrição das ruas municipais, de acordo com dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2010), a mesma é realizada quando necessária por funcionários da Secretaria de Obras. As ruas que recebem esse serviço são: João José Ribeiro, Pedro Siqueira, Sebastião Caldas, Avenida 04 de Setembro, Rua Antônio Lustosa e Rua 15 de novembro.

12.4 ENERGIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

O Município de Reserva do Iguaçu está interligado a Rede de Distribuição de Energia Elétrica, operado pela COPEL – Companhia Paranaense de Energia. De acordo com dados da COPEL (2010), todas as edificações são atendidas pela rede de energia elétrica, tanto na área

urbana quanto na área rural. Atualmente no Município estão cadastrados junto à COPEL (2010) 1234 consumidores residenciais, 695 consumidores rurais, 112 consumidores comerciais, seguidos dos poderes públicos (39), industrial (66) e serviços públicos (8), totalizando 2155 consumidores. O consumo total do Município é da ordem de 6109 Mwh, sendo o mais representativo o uso residencial (1634Mwh) seguido do consumo na Área Rural (1455Mwh).

O Município é atendido pelo circuito Reserva do Iguaçu, que possui tensão nominal de 13.8kv, pertencente à subestação Canteiro Segredo. De acordo com dados da COPEL (2010) não há previsão de extensão de rede até o ano de 2017, por não haver necessidade de acordo com a projeção de consumo.

O sistema de iluminação pública em ruas, praças, avenidas, jardins, vias, estradas e outros logradouros de uso comum e livre acesso são, geralmente, de propriedade do Município (COPEL, 2010). Segundo dados da Prefeitura Municipal (2010) e pesquisa de campo, toda a Área Urbana da Sede e da Vila Copel possui iluminação pública.

12.5 COMUNICAÇÕES

12.5.1 Telefonia

A empresa que disponibiliza os serviços de telefonia fixa é a Oi Telecomunicações que atende a todas as solicitações de novas ligações, dentro da área urbana e rural, para a disponibilização do serviço. Quanto à rede de telefonia todas as regiões da Área Urbana são atendidas. Na Área Rural, existem telefones públicos isolados. A Área Rural é atendida pelo sistema de celular rural. Atualmente o Município é atendido pela telefonia celular através da empresa Oi.

O Município possui telefones públicos nas seguintes localidades: Águas do Iguaçu, Baia, Faxinal Soares, Invernadinha, Santa Luzia – Gaspareto, São Sebastião, Vila Rural – Vila Verde,

Vila Residencial Copel (9) e Sede do Município (22). Existem ainda na Sede 241 assinantes de telefonia fixa, e na Vila Copel 310 assinantes.

12.5.2 Correios

O Município possui uma Agência de Correio (mapa 30) localizada na área central do perímetro urbano.

12.5.3 Imprensa

O jornal mais importante de Reserva do Iguaçu é o Diário de Guarapuava, onde a Prefeitura faz suas publicações. Circulam no Município os seguintes jornais: Fatos Do Iguaçu, Jornal Correio Do Povo (Laranjeiras Do Sul), Jornal Novo Horizonte (Mangueirinha), Jornal Folha Do Povo (Candói), Jornal Gazeta Regional (Chopinzinho). O Município possui uma Rádio Comunitária denominada Iguaçu FM 89.7, localizada na Rua Elias Pacheco, possui também uma antena repetidora para TV a qual fica na Usina Hidrelétrica Governador Ney Amintas de Barros Braga, localizada na vila residencial da Copel.

12.6 EQUIPAMENTOS SOCIAIS E COMUNITÁRIOS

Os equipamentos sociais e comunitários possuem dois portes, os com área de abrangência local e os com área de abrangência regional.

Os Equipamentos Sociais e Comunitários com Área de Abrangência Local são aqueles em que suas dimensões e/ou atividades e/ou características não extrapolam aos níveis do cotidiano com ligações diretas, funcionais ou espaciais, com uso residencial, sendo que sua demanda de atendimento é composta apenas pela comunidade do entorno imediato, como é o caso das Centro de Educação Infantis, escolas, postos de saúde, praças.

Os Equipamentos Comunitários com Área de Abrangência Regional, como é o caso, por

exemplo, dos cemitérios, parques, rodoviárias, hospitais, universidades, são aqueles que, por suas dimensões e/ou atividades e/ou características, implicam em maior concentração de pessoas ou veículos, e níveis altos de ruído. A abrangência regional pode ir além dos limites da Região Administrativa, podendo, inclusive, englobar mais de uma cidade.

A localização dos equipamentos sociais e comunitários constitui um importante fator dentro da composição urbanística, uma vez que deve prestar atendimento a toda área definida pelo seu raio de abrangência.

As informações a respeito dos equipamentos urbanos foram obtidas através de pesquisa de campo e dados fornecidos pela Prefeitura Municipal (2009). Os equipamentos sociais e comunitários estão representados em mapa. De acordo com a Divisão de Administração da Rede Física do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná a área de abrangência de equipamentos de abrangência local deve ser de 1,5 km (de raio).

12.6.1 Escolas e Centros de Educação Infantil

De acordo com as informações da Prefeitura Municipal (2009), atualmente no Município existem 09 estabelecimentos destinados a atender a demanda educacional, entre Escolas e Centros de Educação Infantil que são: Escola Municipal João José Ribeiro (Santo Antônio), Escola Municipal Santa Luzia (Santa Luzia), Escola Municipal Faxinal dos Soares (Faxinal dos Soares), Escola Municipal José de Araújo Loures (São Sebastião), Escola Municipal Pedro Siqueira (Sede do Município), Escola Municipal Monteiro Lobato (Vila Copel), Centro de Educação Infantil Santa Luzia (Santa Luzia), Centro de Educação Infantil Criança Feliz (Sede do Município), Centro de Educação Infantil Anjo da Guarda (Vila Copel) e Escola Especial Criança Esperança, Associação de pais e Amigos do Excepcionais - APAE Vila Copel. Os equipamentos de educação atendem 1.347 alunos que são acompanhados por 146 professores – sendo 85 da rede municipal e 61 da rede estadual (Figuras 24 a 26).

Segundo dados do IBGE (2000) a taxa de freqüência escolar das crianças entre 0 e 3 anos é de 9,51%; de 4 a 6 anos é de 53%; de 7 a 14 anos 90,97%; de 15 a 17 anos 62,33%; de 18 a

22 anos 27,79% e mais de 22 anos 10%. De acordo com o IBGE (2000), taxa bruta de frequência escolar é de 80% enquanto que a taxa do Paraná é de 82,90%.

A tabela 15 demonstra os índices da educação dentre eles, taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono e IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) das escolas municipais e estaduais. O IDEB foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola ou rede cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano e frequente a sala de aula. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. O IDEB geral do Município é de 4,3.

Tabela 15: Dados da Educação – ano base 2009

Colégio	Modalidades	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono	IDEB (*)
Colégio Professora Izabel F. Siqueira	Ensino Fundamental 5ª à 8ª série	77,70%	15,10%	7,10%	3,4
	Médio Regular	64,30%	10,50%	25,00%	
Colégio Estadual Engº Michel GPA Reydams	Ensino Fundamental 5ª à 8ª série	93%	5,8%	0,97%	4,7
	Médio Regular	97%	2,32%	0%	
Escola Municipal Santa Luzia	Ensino Fundamenta 1ª a 4ª série	78,1%	8,0%	0%	-
Escola Municipal João José Ribeiro	Ensino Fundamenta 1ª a 4ª série	89%	1,72%	0%	-
Escola Municipal José de Araújo Lourdes	Ensino Fundamenta 1ª a 4ª série	85,7%	4,7%	2,38%	-

Escola Municipal Faxinal dos Soares	Ensino Fundamenta 1ª a 4ª série	71,8%	3,0%	0%	-
Escola Municipal Monteiro Lobato	Ensino Fundamenta 1ª a 4ª série	81,0%	4,85%	0%	-
Escola Municipal Pedro Siqueira	Ensino Fundamenta 1ª a 4ª série	81,0%	4,0%	0,16%	-

Fonte: PMRI, 2010

O Município vem tentando reduzir o índice de analfabetos com a implantação dos seguintes programas estaduais e federais: Merenda Escolar- 1307 alunos, Transporte Escolar – 551, PDDE (Todas As Escolas), PDE (Duas Escolas), PROINFO, Livro Didático -1307 Alunos, Sala Multifuncional- 22 Alunos.

A demanda da educação atual é atendida pela quantidade de escolas existentes, tanto pela quantidade de alunos, quanto considerando o raio de abrangência adotado pela Secretaria Estadual de Educação que é de 1,5 km. De acordo com SANTOS (1988) os Centros de Educação Infantil devem estar localizados próximos às edificações residenciais, perto de praças e parques, em ruas classificadas como locais, além de estarem protegidas de fontes de poluição.

Figura 24: Col. Est. Prof.ª Isabel F. S. Figura 25: Equipamentos Educação Fundamental e Médio



Fonte: O Autor



Fonte: O Autor

Figura 26: Equipamento Educação



Fonte: O Autor

Mapa 28 – Equipamentos Públicos Municipal

Mapa 29 – Equipamentos Públicos Urbano

Mapa 30 – Equipamentos Públicos Vila Copel

12.6.2 Saúde e Assistência Social

O Município de Reserva do Iguaçu disponibiliza atendimento médico à população em oito postos de saúde, sendo sete deles localizados na Área Rural, uma unidade central na sede do Município e um ambulatório mantido pela Empresa COPEL, na Vila COPEL. Os procedimentos médicos ofertados à população são: consultas médicas/clínico geral, obstetrícia, (pré-natal) e ginecologia, inalação curativo, verificação de sinais vitais (pa, temperatura, peso, altura), administração de medicação intramuscular, endo-venoso, subcutânea, sublingual, via oral, intra dérmica, aplicação tópico consultas de enfermagem, imunização, coleta de material citopatológico (preventivo), puericultura, planejamento familiar, visita domiciliar, sutura, educação em saúde, encaminhamentos de urgência e emergência, inspeção sanitária, atendimento de agentes de saúde, coleta de exames laboratoriais, encaminhamentos para internamento hospitalar e especialidades (tfd), acompanhamento nutricional (SISVAN e Bolsa Família), consultas de TFD (tratamento fora do domicilio) em Curitiba, Guarapuava, Ponta Grossa, Pinhão, Cândói e Cascavel.

Os principais programas estaduais e federais disponibilizados à população são: SCNES, SIA (VERSIA, FPO, DE PARASIA, PAB), SIAB – Programa de Informação e Atenção Básica, SISPRE NATAL – Programa de Acompanhamento de Gestantes e Puerperais, SISVAN, SIM – Sistema de Mortalidade; SINASC – Sistema de Natalidade, SINAN, SISFAD – Programa de Informação e Prevenção de Dengue, SINAVISA, SISFAB, HIPERDIA – Programa de Acompanhamento de Hipertenso e Diabético, CADSUS, API – Programa de Vacinas Aplicadas, EDI – Programa de Estoques de Insumos, SIAIU – Programa de Vacinas, NASCER NO PARANA, HANSENIASE, TUBERCULOSE, BOLSA FAMILIA, LEITE DAS CRIANÇAS, DST/AIDS, PLANEJAMENTO FAMILIAR.

Atualmente o Município possui em seu quadro de funcionários lotados na Secretaria de Saúde, Agente Saúde Pública –11, Auxiliar de Enfermagem – 09, Auxiliar de Cirurgião Dentista – 03, Atendente de Posto – 05, Coordenador de Combate a Dengue – 01, Dentista – 04, Enfermeiro – 03, Farmacêutico – 01, Fisioterapeuta – 01, Médico – 03, Monitor Ações Educativas – 01, Motorista – 09, Técnico em RX – 01, Técnico de vigilância sanitária – 01.

TABELA 16: NÚMERO DE ATENDIMENTOS - MÉDIA MENSAL

Odontológicos	525 consultas e procedimentos
Médicos	990 consultas
Gestantes	75 consultas
Imunização	138 vacinas
Coleta de material citopatológico	25
Coleta de exames laboratoriais	60
Consultas TFD (tratamento fora de domicílio) Curitiba	65
Consultas TFD em Guarapuava	300
Consultas TFD em Ponta Grossa	3
Consultas TFD em Cascavel	2
Consultas TFD em Pinhão	220
Consultas TFD em Cândói	160
Atendimentos de pacientes com diabete e hipertensão	510
Consultas de enfermagem	640
Atendimentos de tuberculose	1
Atendimento de Hanseníase	4
Acompanhamento nutricional leite das crianças	180
Acompanhamento nutricional bolsa família	570
Inalação	890
Curativos	815
Sutura	10
Aferição de pressão arterial	1840
Visitas ACS (agente comunitária de saúde)	1010
Visitas vigilância sanitária	15
Visitas enfermeiro	80

A Secretaria de Saúde é responsável pela Vigilância Sanitária que realiza inspeção em estabelecimentos e inspeção domiciliar (dengue).

Os Postos de Saúde são: Posto de Saúde de Nossa Senhora de Fátima (Rural), Posto de Saúde Santa Luzia, Posto de Saúde Santo Antônio, Posto de Saúde São Sebastião, Posto de Saúde Barreiro, Posto de Saúde Baía, Posto de Saúde Soares, Posto de Saúde da Sede e Ambulatório da Vila Copel (Parceria Município – Estado).

Segundo dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2009), o Município não possui em seu território instituições hospitalares. Os leitos disponíveis para internação são alocados em hospitais credenciados pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e conveniados pelo Município, nos Municípios de Pinhão, Condói, Guarapuava e Curitiba.

Analisando-se a demanda da saúde em termos de atendimentos, o número e a localização dos postos de saúde é possível afirmar que os mesmos não atendem as necessidades municipais, sendo necessários investimentos nas instalações e contratação de profissionais.

De acordo com dados do IPARDES (2009), considerando óbitos segundo tipos de doenças em menores de um ano, as principais doenças são do aparelho circulatório, seguido de neoplasias (tumores) e doenças do aparelho respiratório. De acordo com dados do MINISTÉRIO DA SAÚDE (2000) as principais causas de morte no Município estão relacionadas a doenças do aparelho circulatório, respiratório, neoplasias e doenças infecciosas (IPARDES, 2009).

O coeficiente de mortalidade infantil, de acordo com o IPARDES (2006) no Município é da ordem de 27,21, enquanto que no Estado é de 20,3. Taxas de mortalidade infantil com índices elevados podem ser interpretadas de maneira geral, pela incidência de níveis de saúde e bem-estar, desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida insatisfatórios, podendo ainda, significar nutrição inadequada da gestante, más condições de higiene sanitária e ambiental, pouca informação quanto à situação de gravidez, baixo nível de escolaridade, ausência de programas de saúde específicos, entre outros

De acordo com dados da Prefeitura Municipal (2009), na área social, é disponibilizado o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, Programa Sentinela – CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social, DANTEMUS- Projeto Municipal de contra turno social de Dança, Teatro e Música, PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; Recriart – Cursos Municipal de Geração de Renda, Cozinha Comunitária, Casa Lar Ardovílio Rosa dos Santos, Casa de apoio as Famílias.

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social – Casa das Famílias é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS, localizado em área com maior índice de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos. Com capacidade de atendimento anual de 500 famílias, tendo como profissionais uma assistente social, uma educadora social, uma estagiária de psicologia, e sendo que está previsto a contratação de mais uma psicóloga através do concurso público (figura 27).

Figura 27: Centro de Referência da Assistência Social - CRAS



Fonte: O Autor

Programa Sentinela – CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social integrante do Sistema Único de Assistência Social, constitui-se como pólo de referência, coordenador e articulador da proteção social especial de média complexidade, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de vínculos.

Conta com uma equipe composta por um Assistente Social, uma Pedagoga e uma Psicóloga. Atualmente 50 (cinquenta) crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas portadoras de necessidades especiais e famílias são atendidas pelo Programa, sendo ainda 05 (cinco) medidas sócio-educativas de adolescentes.

DANTEMUS – Projeto Municipal de contra turno social de Dança, Teatro e Música, que beneficia 396 crianças e adolescentes atendidos.

Recriart – Cursos Municipal de Geração de Renda, possui 30 famílias beneficiadas.

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, atualmente 228 crianças e adolescentes participam, sendo da sede e interior do município, o atendimento conta com 14 educadores sociais, são 89 famílias atendidas. Atividades com Oficinas artísticas, artesanato, recreativas, teatro, musica, dança, trabalhos manuais, apoio pedagógico.

Cozinha Comunitária – equipamento público para buscar estratégias de inclusão social produtiva e de fortalecimento da ação coletiva e prioritariamente fomentar potencialidades das comunidades a serem beneficiadas, sendo um grande desafio para todos. Nestes locais são realizados diversos cursos para capacitação produtiva em parceria SENAR, SETP, FIEP e SEBRAE.

Casa Lar Ardovílio Rosa dos Santos – garantia de proteção junto ao abrigo mantido pelo Município – Casa Lar, onde se desenvolvem além do abrigo e acolhimento, atendimento psicológico e pedagógico, bem como de estímulo ao estudo a fim de assegurar a reinserção da criança e do adolescente no seio da família e da sociedade.

Casa de Apoio as Famílias – Casa de Passagem é um espaço destinado à população utilizado como abrigo temporário, em geral para pessoas vindas do interior do Município para consultas médicas na cidade. Possui 01 funcionário e atende a média de 08 pessoas mensal.

No Município é disponibilizado o atendimento e cadastramento dos programas do governo federal, tais como: Bolsa Família, e PVMC, PTMC, PFMC, PTB, IGD. (PMRI, 2009).

A Secretaria Municipal de Assistência Social é responsável pela constatação da realidade Social através de visitas domiciliares e estudo social para o encaminhamento do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Portadora de Deficiência e Pessoa Idosa acima de 65 anos, que hoje atende 165 pessoas e outros serviços que a população necessita. A Prefeitura Municipal oferece, ainda, orientação e encaminhamento dos processos de todos de benefícios concedidos pelo INSS e Fórum (PMRI, 2009).

12.6.3 Cultura, Esporte e Lazer

O Município de Reserva do Iguaçu possui os seguintes equipamentos de cultura, esporte e lazer: Centro Esportivo João Luiz Nunes Felix, Campo de Futebol 2 Irmãos, Parque dos Tropeiros, Museu Regional do Iguaçu e Biblioteca Cidadã (mapa 29).

Figura 28: Centro Esportivo João Luiz Nunes Félix



Fonte: O Autor, 2009

Figura 29: Biblioteca Municipal



Fonte: O Autor, 2009

Figura 30: Parque dos Tropeiros



Fonte: O Autor, 2009

Figura 31: Museu Regional do Iguaçu



Fonte: O Autor, 2009

12.6.4 Equipamentos E Serviços Institucionais

O Município de Reserva do Iguaçu possui os seguintes equipamentos de cultura, esporte e lazer: Centro Esportivo João Luiz Nunes Felix, Campo de Futebol 2 Irmãos, 2 Centros de Bolão e Bocha (Vila COPEL e SEDE), 1 Complexo Esportivo (Campo de Futebol Suíço, Pista de Atletismo, Academia ao Ar Livre – Sede do Município), 1 Mini-Ginásio da Escola Municipal Pedro Siqueira, 2 Quadras Poliesportiva no Colégio Estadual Prof. Isabel Siqueira, 01 Quadra Poliesportiva na Escola Municipal Monteiro Lobato e Colégio Michel Reydamas na Vila COPEL, diversas quadras de vôlei, tênis e campos de futebol suíço na Vila COPEL, além de grande ginásio poliesportivo do COPEL Clube Segredo. Também, 1 Parque dos Tropeiros, Museu Regional do Iguaçu, Biblioteca Cidadã e ainda, diversos campos de futebol no interior do Município, públicos e particulares.

Figura 32: Equipamento Parque das máquinas



Fonte: O Autor, 2009

Figura 33: Equipamento Galpão da Vila



Fonte: O Autor, 2009

Figura 34: Conselho Tutelar



Fonte: O Autor, 2009

Figura 35: Câmara Municipal



Fonte: O Autor, 2009

Figura 36: Polícia Militar do Paraná



Fonte: O Autor, 2009

Figura 37: Igreja Assembléia de Deus



Fonte: O Autor, 2009

Figura 38: Sanepar



Fonte: O Autor, 2009

Figura 39: Copel



Fonte: O Autor, 2009

Figura 40: Santuário Nossa Senhora Aparecida



Fonte: O Autor, 2009

O cemitério parque Municipal Antônio Linhares Serpa está localizado na área limítrofe do perímetro urbano. Atualmente há 193 unidades de covas medindo 1.00 x 2.10m (adultos) e 17 covas medindo 0.90 x 1.10m para as crianças. Não há rede de tratamento, sendo o subsolo o corpo receptor do efluente (PMRI, 2010). Há necessidade de ampliação da quantidade de covas, bem como implantação de sistema de tratamento de efluentes.

Figura 41: Cemitério Municipal



Fonte: O Autor, 2009

13. MAPA SÍNTESE

No mapa síntese (mapa 31), foram reunidas informações do meio natural relativas às declividades, vertentes, drenagem natural e vegetação, e do meio antrópico relativas à mancha urbana e ao sistema viário. A sobreposição destas informações permite diagnosticar áreas que apresentam maiores ou menores restrições à ocupação, tendo como finalidade a realização de uma carta de aptidões definindo áreas mais propícias ao uso ou à conservação.

Quanto às **declividades**, foram reunidas todas as classes, desde as mais favoráveis até as mais restritivas (maiores que 30%), a fim de identificar as áreas mais problemáticas para a ocupação urbana e implantação de infra-estrutura. Foram locadas as **vertentes** com orientação sul, mais problemática quanto à insolação e não recomendáveis à ocupação urbana.

Com relação à **vegetação**, foram locados todos os tipos de uso do solo, como florestas, matas e bosques, que aliadas às diferentes declividades, constituem-se em áreas com maiores ou menores restrições à ocupação. Além destas informações, foi locada a **mancha urbana**, identificando a área já ocupada com o sistema viário municipal, que permite a visualização da acessibilidade e das condições das vias com relação às declividades e outros

aspectos citados anteriormente.

Quanto às declividades, vertentes e sistema viário tem-se que com o aumento da população, se não houver um controle, pode ocorrer o aumento da ocupação de regiões impróprias, com maiores declividades, que oneram e trazem complicações para os serviços públicos, dificultam o sistema viário e, quando aliadas às vertentes com orientação para o Sul, não possuem boa insolação. Também as áreas com declividades muito baixas podem apresentar problemas, se não houver um controle e direcionamento do aumento da sua ocupação, podem ocorrer maiores conflitos com relação ao retardamento do escoamento das águas, favorecendo alagamentos e dificultando o sistema de esgotos.

14. CARTA DE APTIDÕES

Baseado nas informações contidas no mapa síntese foi desenvolvido o mapa de aptidões (mapa 32), que apresenta regiões mais propícias à ocupação e outras com restrições. Os critérios utilizados para elaboração da carta de aptidões decorrem dos aspectos naturais mais restritivos à urbanização, relacionados às vertentes sul, que apresentam deficiências quanto à insolação causando áreas insalubres; altas declividades que trazem complicações para os serviços públicos, dificultando o sistema viário e, aliadas às vertentes com orientação para o Sul, não possuem boa insolação; drenagem superficial, onde áreas muito próximas a cursos d'água podem estar sujeitas a inundações naturais e erosão; e vegetação, nas áreas com cobertura vegetal de significativa importância que devem ser preservadas.

Todos estes critérios foram relacionados à ocupação urbana, definindo um diagnóstico das áreas mais propícias e mais restritivas, e possibilitando uma projeção da situação atual, onde um provável aumento da ocupação de forma desordenada e contrária à estas aptidões pode ampliar conflitos existentes e gerar maiores problemas relacionado aos fatores anteriormente relacionados.

As áreas diagnosticadas como aptas ao uso ou a conservação, foram divididas em: área apta ao uso intensivo, área apta ao uso extensivo, área apta à conservação intensiva, área apta à conservação extensiva. A classificação das áreas apresenta-se na tabela 17.

Mapa 31 – Síntese

Mapa 32 – Aptidões Municipais

TABELA 17 – CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS

	DECLIVIDADES			
	0 a 10%	10% a 20%	20% a 30%	Superior a 30%
Vertente Sul	U-	U-	C-	C+
Floresta, Mata, Bosque	C+	C+	C+	C+
Plantação	U-	U-	C-	C+
Fundo de Vale	C+	C+	C+	C+
Áreas Urbanizadas	U+	U+	U-	C-

Os índices foram assim determinados:

U+ - Define áreas aptas ao uso intensivo, ou seja, aquelas que por suas características naturais, encontram-se mais aptas à urbanização. Estão inclusas nestas regiões as áreas já urbanizadas com baixa e média declividade, que não apresentam problemas quanto à insolação, preservação da cobertura vegetal e altas declividades, que dificultam a implantação da infra-estrutura urbana. A área urbana, de acordo com o mapa de aptidões, é a única área classificada como apta à ocupação intensiva. O aumento da ocupação nas áreas determinadas de aptas ao uso intensivo não tende a causar conflitos, desde que para isso sejam determinados parâmetros adequados.

U- - Define as áreas aptas ao uso extensivo, ou seja, aquelas que possuem algumas restrições quanto à sua urbanização. Fazem parte destas áreas as regiões de baixa e média declividades, que apresentem cobertura vegetal do tipo erva tropical, cerrado, macega, pomar ou cultura temporária, que não necessitam de parâmetros rígidos de preservação, ou ainda possuam vertente com orientação sul, prejudicando a insolação. Grande parte do Município, de acordo com o mapa de aptidões, está classificada como apta ao uso extensivo. Em muitos casos, o aumento da ocupação nas áreas aptas ao uso extensivo pode causar alguns conflitos relacionados às declividades e à insalubridade da vertente sul.

C- - Define as áreas de conservação extensiva, ou seja, aquelas onde as condições naturais devem ser mantidas pelo fato de não apresentarem restrições à urbanização, no que se

refere às dificuldades que apresentam e à própria necessidade de sua conservação. Fazem parte destas regiões as áreas já urbanizadas que apresentam altas declividades, uma vez que a infra-estrutura urbana já foi instalada; as áreas com média declividade, com cobertura vegetal do tipo erva tropical, cerrado, macega, pomar ou cultura temporária ou vertente sul e ainda as áreas de florestas ou bosques que se localizam em baixas declividades, definindo parâmetros mais rígidos no caso de ocupações. As áreas de altas declividades agravam a insalubridade de locais que possuem vertente com orientação sul.

C+ - Define áreas de conservação intensiva, onde as condições do meio natural devem ser conservadas pelas dificuldades impostas à urbanização. Fazem parte destas regiões todas as áreas próximas aos fundos de vale, respeitando as faixas de preservação junto aos cursos e corpos d'água, as áreas de florestas ou bosques com declividades acima de 30% (exceto as já urbanizadas, consideradas aptas à conservação extensiva), devido às restrições da Lei 6766/1979 e relativas às dificuldades de implantação de infra-estrutura urbana. Grande parte da área municipal deve ser destinada à conservação intensiva. A ocupação indiscriminada e sem parâmetros adequados das áreas de conservação intensiva tende a causar sérios conflitos com relação à preservação dos fundos de vale, das áreas de florestas e com declividades acima de 30%, pelo fato da necessidade de conservação das condições do meio natural e das dificuldades impostas à urbanização e implantação de infra-estrutura.

De acordo com o mapa 32, verifica-se que a maior parte da área municipal é destinada ao uso extensivo e a conservação intensiva. Esse fato é explicável se considerarmos que grande parte da área municipal é utilizada como plantação. As áreas aptas ao uso intensivo estão localizadas na região já ocupada, ou seja, na área delimitada pelo perímetro urbano. As áreas aptas à conservação intensiva estão espalhadas pela área municipal.

Diante destas condições, deve-se planejar uma ocupação urbana levando em consideração as características naturais, principalmente com relação a uma orientação favorável à insolação, evitando a incidência dos ventos dominantes.

15. ASPECTOS INSTITUCIONAIS

15.1 UNIDADES ADMINISTRATIVAS

A estrutura organizacional é regida pelas leis 210/2001, 221/2001, 459/2007, 561/2008. A Estrutura Administrativa da Prefeitura de Reserva do Iguaçu é constituída pelos Órgãos de Assessoramento Direto: Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Planejamento; Órgão Administrativo Financeiro: Secretaria da Administração e Finanças e pelos Órgãos Operacionais: Secretaria de Obras e Desenvolvimento, Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente, Secretaria da Assistência Social e Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento.

A estrutura do Órgão e Unidades Orçamentárias do Executivo Municipal compreende: Executivo Municipal: Gabinete do Prefeito, Chefia de Gabinete, Assessoria Jurídica, Assessoria de Planejamento e Controladoria Interna.

A Secretaria de Obras e Desenvolvimento compreende: Gabinete da Secretaria, Departamento do Desenvolvimento, Seção de Planejamento Urbano, Departamento de Obras e Serviços, Seção de Serviços Urbanos, Seção de Serviços Rurais, Departamento de Máquinas e Transportes e Seção de Manutenção.

A Secretaria da Administração e Finanças se subdivide em: Gabinete da Secretaria, Departamento de Contabilidade, Seção de Tesouraria, Departamento de Compras e Licitações, Seção de Compras e Licitações, Seção de Patrimônio e Serviços Gerais, Departamento de Fiscalização e Tributação, Seção de Fiscalização e Seção de Tributação, Departamento de Recursos Humanos.

A Secretaria da Educação compreende: Direção da Secretaria, Seção Administrativas e Matrículas, Departamento Pedagógico, Departamento Ensino Fundamental (primeira a quarta séries), Departamento Ensino Especial e Centros de Educação Infantis, Departamento

de Cultura e Turismo, Departamento de Esportes e Recreação, Seção de Merenda Escolar e Seção de Transporte escolar.

A Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária está subdividida em: Gabinete da Secretaria, Departamento de Saúde, Seção de Controle Administrativo, Departamento Vigilância Sanitária e Fundo Municipal de Saúde.

A Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente é composta por: Departamento de Assistência Agropecuária, Seção de Projetos e Fomento, Departamento de Desenvolvimento Ambiental e Seção de Projetos, Pesquisa e Fomento.

A Secretaria de Assistência Social compreende: Gabinete da Secretaria, Departamento da Criança e Assuntos da Família, Seção de Projetos e Cadastro Comunitário, Departamento de Desenvolvimento Comunitário, Seção de Promoção e Associações Comunitária e Fundo Municipal de Assistência Social.

Fazem parte da Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento: Gabinete da Secretaria, Departamento de Indústria, Comércio e Desenvolvimento.

A prefeitura possui atualmente 361 servidores públicos distribuídos nas diversas secretarias. Destes 129 possuem o ensino fundamental incompleto, 53 possuem o ensino fundamental completo, 13 o ensino médio incompleto, 74 ensino médio completo, 17 o ensino superior incompleto e 75 possuem o ensino superior completo. (PMRI, 2009).

A Prefeitura Municipal dispõe em seu quadro de pessoal de um engenheiro civil, servidor efetivo municipal para acompanhamento de serviços referentes ao planejamento urbano, trâmites de Alvará de Construção e Conclusão de Obras, aprovação de parcelamentos e projetos de obras realizadas pelo Município.

De acordo com dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2009), os Alvarás de Construção, as

Certidões de Conclusão de Obras, são expedidos pela Secretaria de Obras e Desenvolvimento, pelo Departamento de Desenvolvimento, e os Alvarás de Localização e Funcionamento são expedidos pela Secretaria de Administração e Finanças, através do Departamento de Tributação e Fiscalização Municipal.

De acordo com as informações da Prefeitura Municipal (2009), o Plano Diretor deverá ser gerenciado pela Secretaria de Obras e Desenvolvimento, que será responsável pela aplicação da legislação e fiscalização da implementação do Plano. Há necessidade de capacitação continuada dos técnicos municipais que já estão recebendo informações por meio dos treinamentos da Equipe Técnica para implementação e atualização do Plano Diretor.

O Município possui Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos Municipal aprovado por meio da Lei 211 de 2001, o qual se encontra em processo de revisão/alteração.

15.2 ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO VIGENTE

As leis que tratam de assuntos pertinentes ao Plano Diretor são: Lei Orgânica, Código de Posturas, Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano, Lei do Perímetro Urbano, Lei do Sistema Viário, Código de Obras Municipal e Lei de Procedimentos Administrativos. Dentre essas leis, o Município de Reserva do Iguaçu possui a Lei Orgânica (de 06 de dezembro de 2004), Código de Posturas (Lei 133/1999), Lei do Perímetro Urbano da Sede, Lei do Perímetro Urbano da Copel (Lei 088/1999, Lei 127/99, Lei 178/2000, Lei 461/2007 - foi revogada o perímetro urbano Copel Lei 662/2010), Lei de Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano (128/1999), Lei do Parcelamento do Solo para fins urbanos (129/1999), Código de Obras (132/1999), Lei de Procedimentos Administrativos (134/1999), Lei de Urbanização Específica da Vila Rural (279/2003), devidamente aprovadas.

15.2.1 Lei Orgânica

A lei orgânica, no artigo 96 prevê que deverão ser elaboradas leis municipais que definirão o

sistema, as diretrizes e bases de planejamento e desenvolvimento municipal equilibrado, integrando-o ao planejamento estadual e nacional e a eles se incorporando e compatibilizando, visando: o desenvolvimento sócio econômico; o desenvolvimento urbano e rural; à ordenação do território; a articulação, integração e descentralização do governo municipal e das respectivas entidades da administração indireta, distribuindo-se criteriosamente os recursos disponíveis; a definição das prioridades municipais.

A lei orgânica municipal prevê que o planejamento municipal terá a cooperação de associações representativas de classes, de profissionais e comunitárias mediante o encaminhamento de projetos, sugestões e reivindicações, diretamente aos órgãos de planejamento, ou por iniciativa legislativa popular.

A lei orgânica artigo 99 prevê que o planejamento das atividades do governo municipal obedecerá as diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada dos seguintes instrumentos: plano diretor; plano de governo; lei de diretrizes orçamentárias; orçamento anual; plano plurianual.

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções da cidade e garantir o bem-estar e seus habitantes. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação da cidade. As desapropriações e imóveis urbanos serão feitas com devida prévia e justa indenização em dinheiro.

A política municipal de desenvolvimento urbano visa assegurar dentre outros objetivos: a urbanização e regularização de loteamento de áreas fundiárias e urbanas; a cooperação das associações representativas NE planejamento urbano municipal; o estímulo à preservação de áreas periféricas de produção agrícola; a garantia da preservação, da proteção e da recuperação do meio ambiente; a criação, manutenção do parque de especial interesse urbanístico e de utilização pública; a utilização racional do território e dos recursos,

mediante controle da implantação e do funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais viárias.

A Lei Orgânica estabelece ainda sobre o Plano Diretor, que é aprovado pela Câmara Municipal, constituindo instrumento básico da política urbana a ser utilizada pelo município e dispõe sobre outros assuntos: normas relativas ao desenvolvimento urbano; políticas de formação de planos setoriais; critérios de zoneamento, parcelamento do uso do solo, prevendo áreas destinadas a moradia popular; proteção ao meio ambiente; delimitação da zona urbana e de expansão urbana; traçado urbano com arruamentos, alinhamentos, nivelamentos de vias públicas, circulação, salubridade, segurança, funcionalidade e estética da cidade. O direito de propriedade territorial urbana não pressupõe o direito de construir, cujo exercício deverá ser autorizado pelo poder público, segundo critérios que ferem estabelecidos em lei municipal.

As terras públicas não utilizadas ou subutilizadas serão prioritariamente destinadas a assentamentos humanos de população de baixa renda e indústrias. Para assegurar as funções sociais da cidade o poder executivo de utilizar instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanístico existentes a disposição do município.

O município, na prestação de serviços e transporte público deverá obedecer aos seguintes princípios: a segurança e conforto dos passageiros, garantindo em especial, acesso as pessoas portadoras de necessidades especiais; prioridade a usuários de serviços e aos pedestres; tarifa social, assegurada a gratuidade aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos; proteção ambiental contra poluição atmosférica e sonora; integração entre sistemas e meios de transporte e realização de itinerários; participação das entidades representativas da comunidade e dos usuários no planejamento e na fiscalização dos serviços.

O município em consonância com sua política urbana e segundo o disposto em plano diretor, deverá promover planos e programas setoriais destinados a melhorar as condições de transporte público, da circulação de veículos e da segurança.

15.2.2 Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede (Lei nº128/1999)

O zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Sede do Município de Reserva do Iguaçu é regido pela Lei nº128/1999, que tem por objetivo atender a função social da propriedade e da cidade, mediante: Estímulo do uso mais adequado dos terrenos, visando a saúde, a segurança e o bem-estar da população; A disciplina do uso dos terrenos, edifícios e construções para fins residenciais, comerciais, industriais e outros; A regularização da área das construções, sua localização e ocupação no lotes e o controle da densidade populacional, evitando-se a concentração e/ou a dispersão excessiva da população.

A lei prevê ainda que a localização de usos e atividades na cidade dependerá de licença prévia do Município, priorizando o interesse coletivo sobre o particular, observados os padrões de segurança, higiene e saúde pública para a vizinhança.

A lei em questão dispõe ainda sobre as definições de alinhamento predial, área construída, gabarito, lote, pavimento, recuo mínimo, taxa de ocupação e zoneamento; ao uso do solo urbano; as definições de usos; as classificações de uso; a ocupação do solo urbano; ao zoneamento; as áreas de recreação e estacionamento e aos recuos.

Não foi fornecido o Mapa da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano.

No Município não existe o Programa Casa Fácil, em parceria com o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) que possibilita redução nas taxas e serviços para emissão do Alvará de Construção. Quanto ao Alvará de Funcionamento, a Prefeitura emite a licença de acordo com as solicitações feitas pelo proprietário que pretende abrir um estabelecimento.

Segundo dados da Prefeitura Municipal (2010) no ano de 2008 foram emitidos 13 alvarás de construção, no ano de 2009, 5 e até a presente data, 8. Esses dados demonstram que são

poucos os casos em que são solicitadas licenças para construir. São vários os motivos pelos quais os munícipes não solicitam alvará de construção. Dentre eles, estão a falta de fiscalização das obras pela Prefeitura, os altos custos das taxas municipais e o fato de não haver conhecimento por parte dos munícipes da necessidade da obtenção do Alvará de Construção.

O problema referente à não solicitação de autorização junto a Prefeitura Municipal, pode ser resolvido com a ajuda de um fiscal de obras que fiscalizaria e notificaria as obras que não tivessem a documentação aprovada. A questão da não obtenção de licenças e não existência de fiscais é a mais importante para ser solucionada, uma vez que é através do acompanhamento do crescimento da cidade e do respeito a legislação vigente que será possível a transformação do Município, de acordo com as intenções propostas no Plano Diretor Municipal.

Segundo MEIRELLES (1983), compete às três entidades estatais as questões urbanísticas, resguardando à União a elaboração do Plano Nacional de Urbanismo e de normas gerais de urbanismo; aos Estados, a elaboração do Plano Estadual de Urbanismo e de normas urbanísticas regionais e supletivas e complementares das federais; aos municípios, por fim, elaborar e executar o Plano Diretor do Município e promover o ordenamento urbano.

Em nível municipal, os municípios possuem a atribuição de editar e executar o Plano Diretor (ou plano Diretor de Desenvolvimento Integrado), o qual se constitui num *“complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do Município, sob os aspectos físico, social, econômico e administrativo, desejado pela comunidade local”* MEIRELLES (1983).

Trata-se de um processo contínuo de planejamento (não estático), que estabelece as prioridades nas realizações do governo local, ordenam o crescimento da cidade e disciplina as atividades urbanas em benefício da coletividade.

15.2.3 Lei do Perímetro Urbano

Existem diversas Leis que tratam do perímetro urbano do Município de Reserva do Iguaçu, a Lei 088/1999 data de 27 de Maio de 1999, trata do Perímetro Urbano da Sede, que foi revogada pela Lei 127/99 de 14 de Dezembro de 1999, e posteriormente revogada pela Lei 461/2007 de 22 de Agosto de 2007, existia também a Lei do Perímetro Urbano da Vila Copel, Lei 178/00 de 12 de Dezembro de 2000, a qual foi revogada.

Segundo dados da Prefeitura Municipal (2010) e da Copel, o perímetro urbano da Vila Copel foi revogado por não considerar efetivamente a ocupação da Vila. O perímetro era muito maior do que a área ocupada para fins urbanos. Diante disso, a Prefeitura e a Copel firmaram um acordo de estudos para a definição do novo perímetro. As reuniões de estudos iniciaram-se em setembro de 2010 e até a presente data, ambas as instituições estão finalizando o novo perímetro. A Copel contratou uma equipe de consultoria responsável pelo georreferenciamento do perímetro e elaboração do memorial descritivo. Esse trabalho deverá ser concluído em março de 2011, quando a Prefeitura deverá encaminhar o novo perímetro urbano, sob a forma de projeto de Lei, para a Câmara de Vereadores. Esse é o motivo pelo qual o presente trabalho não contemplou a definição do perímetro urbano da Vila Copel.

15.2.4 Lei do Parcelamento do Solo para fins urbanos (129/1999)

A Lei 129/1999 de 14 de Dezembro de 1999 tem por objetivo disciplinar o parcelamento do solo, a serem efetuados na área urbana do Município de Reserva do Iguaçu e assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, observando as normas federais relativas à matéria.

A Lei diz que só será permitido o Parcelamento do solo, para fins urbanos, de imóvel situado no perímetro urbano do Município e que a forma de parcelamento do solo pode ser feita mediante loteamento, desmembramento ou unificação de lotes urbanos.

Diz ainda que condição para que um novo loteamento seja aprovado, é que esteja situado em área adjacente ou próxima à área dotada de infra-estrutura urbana, observando inclusive os raios máximos de abrangência recomendados para os estabelecimentos de ensino.

A lei em questão traz definições da área urbana, área institucional, área *Non Aedificandi*, área pública, área verde, arruamento, desmembramento, gleba, lote, loteamento, rebembramento ou unificação perímetro urbano; as área não parceláveis, as condições para o parcelamento e as condições de parcelamento mediante desmembramento.

15.2.5 Código de Obras (132/1999)

A Lei diz que toda execução de obra, construção, reforma, ampliação ou demolição no Município, será regida por este Código, cujo objetivo é orientar a construção, determinar os processos de aprovação, construção e fiscalização, assim como, as condições mínimas que proporcionem a segurança, o conforto e a higiene dos usuários e demais cidadãos. Diz ainda que não será permitido construir, reconstruir, ampliar, reformar ou demolir, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal.

Toda edificação, espaço, mobiliário e equipamento urbano, destinados ao uso público, mesmo que de propriedade privada, tais como para fins educacionais, culturais, religiosos, esportivos, de saúde, de lazer, de comércio e serviços industriais, de hospedagem, de trabalho, de reunião e de uso multifamiliar, nas áreas comuns de circulação, deverão estar em condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma as pessoa portadoras de deficiência física.

A Lei faz definições dos seguintes itens: Tapumes e Andaimés; Recuos; Compartimentos; Insolação, Iluminação e Ventilação dos Compartimentos; Portas, Passagens ou Corredores; Escadas e Rampas.

E define normas específicas das Edificações Residenciais; Escolas e Estabelecimentos Congêneres; Hospitais e Estabelecimentos Congêneres; Oficinas Mecânicas, Borracharias, Postos de Serviço, e Abastecimento para Veículos; Edificações Industriais.

15.2.6 Lei de Procedimentos Administrativos (134/1999)

A Lei de Procedimentos Administrativos institui normas gerais que visam definir os procedimentos administrativos para a aprovação de projeto de parcelamento, Alvará de Licença para construção e Alvará de Licença e Funcionamento.

15.2.7 Código de Posturas referente à Utilização do Espaço do Município de Reserva do Iguaçu (Lei 133/1999)

A Lei 133/1999 determina a forma de utilização de todas as áreas de domínio público, pertencentes a entidades públicas ou privadas. A Lei também determina que o Código deverá ser seguido sempre que as edificações e atividades particulares interfiram nas relações cotidianas no meio urbano. De acordo com o Código de Posturas, todas as edificações deverão ser licenciadas pelo Município, por meio do Alvará de Localização e Funcionamento, que deverá ainda estar em consonância com a Lei de Uso e Ocupação do Solo. Há ainda a previsão de que qualquer estabelecimento na área alimentar deverá ser vistoriado pela autoridade sanitária competente. O Código também determina os casos de cassação de alvará. Na Seção II, estão determinadas as regras do comércio ambulante. Na Seção III estão estabelecidos os horários de funcionamento dos comércios, serviços e indústrias.

A Lei Municipal 329/2005 dispõe sobre a Inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e vegetal no Município. A referida Lei obriga a prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal e vegetal produzidos no Município, além de vistorias periódicas nas instalações dos estabelecimentos.

15.2.8 Código Tributário do Município (Lei 354/2005 e alterações)

Esta Lei, denominada “Código Tributário do Município de Reserva do Iguaçu - CTM” regula e disciplina, com fundamento na Constituição Federal, no Código Tributário Nacional, Leis Complementares e Lei Orgânica do Município, os direitos e as obrigações que emanam das relações jurídicas referentes a tributos de competência municipal e às rendas deles derivadas que integram a receita do Município.

A Lei da Planta Genérica de Valores vigente é a 469/2007, nela estão estabelecidos os valores imobiliários do m² das edificações e dos terrenos para fins de cobrança do IPTU. A referida base de cálculo está desatualizada, o que gera menor valor de arrecadação no Município. A Lei 470/2007, alterou as alíquotas referentes ao valor de IPTU dos imóveis edificados, fixado em 0,30% e dos imóveis não edificados em 1%.

15.2.9 Sistema de Informações Municipais

A Prefeitura Municipal conta com um sistema de gerenciamento municipal, da empresa EQUIPLANO que disponibiliza os seguintes módulos: RH, Tributação, Contabilidade/Tesouraria, Patrimônio, PPA, Orçamento, Compras e Licitação, Controle Interno. (PMRI, 2009).

De acordo com dados do cadastro técnico municipal, existem cadastrados como urbanos 1.106 lotes e 709 como imóveis rurais. Os imóveis localizados na Vila Copel não são cadastrados e não pagam nenhum imposto ou alíquota, apesar de receber infra-estrutura da Prefeitura Municipal, conforme já foi relatado anteriormente.

Quanto à numeração predial de acordo com informações da Prefeitura Municipal (2010) não há mapa que determine a numeração. Quando um proprietário solicita ao Município o número, os técnicos da Prefeitura vão até o local, fazem a medição e informam a

numeração.

Quanto à tributação, no lançamento do IPTU e de taxas públicas ocorre aproximadamente 20% de inadimplência. No que se refere à contribuição de melhorias o Município tem cobrado do contribuinte os valores pertinentes. A taxa de iluminação pública é cobrada de acordo com o Código Tributário Municipal.

Quanto às demais secretarias, nenhuma delas possui banco de dados de informações, sendo os relatórios produzidos, no software Excel.

Segundo SILVA (2002) o quadro técnico de uma prefeitura que pretende se modernizar precisa ser reestruturado e capacitado, em face da tecnologia e das atividades que os novos produtos irão requerer numa rotina inicial de inovações incrementais. A reestruturação deve ser mais intensa no setor de cadastro, enquanto que a capacitação pode ser estendida aos demais setores que terão envolvimento com o cadastro e o planejamento.

O estabelecimento de parcerias interinstitucionais permite aprimorar a gestão territorial, na medida em que ocorra a troca de informações entre entidades. A base de dados cadastrais tende a ser atualizada com menor tempo e menos recursos. As concessionárias de serviços públicos (água, energia, telefone e correio), por terem os imóveis como referência para desenvolvimento de suas atividades, são as entidades que merecem maior atenção para este propósito. Num processo de troca de informações, as concessionárias poderiam indicar cada nova ligação que realiza. Assim, a equipe de fiscalização poderia trabalhar pontualmente na atualização cadastral.

O recadastramento dos imóveis deve constituir um inventário detalhado dos imóveis com uma visão multifuncional, possibilitando a conexão com os diversos cadastros relacionados ao imóvel, sejam eles pertencentes à administração municipal ou aqueles de concessionárias de serviços urbanos. Isto engrandece sobremaneira o potencial de utilização do cadastro, permitindo que o mesmo qualifique as rotinas de trabalhos de diversas áreas da prefeitura e

a sua própria manutenção.

O emprego do cadastro dentro de um sistema múltiplo institucional é o ideal de muitas administrações públicas. Todavia, isto implica em um alto investimento nas pessoas que serão seus manipuladores. Trata-se de material de altíssimo valor estratégico, portanto, requerendo pessoas não apenas qualificadas tecnicamente, mas ética e moralmente.

Pode-se resumir em alguns itens os benefícios que a implementação de um cadastro técnico multifinalitário pode dispor: Qualificar a tributação; Ampliar a arrecadação; Estabelecer mecanismos de fiscalização fazendária e de obras mais eficientes; Qualificar e agilizar o atendimento ao munícipe; Estabelecer mecanismos de atualização cadastral mais eficaz; Fornecer materiais precisos e detalhados para o planejamento do Município; Ampliar o controle de uso e ocupação do solo; Estabelecer mecanismos de disponibilização de dados a usuários externos; Agilizar e ampliar a disponibilização dos dados gráficos e descritivos do cadastro aos diversos setores da administração municipal; Subsidiar com mais eficácia a tomada de decisões; Apoiar projetos que qualifiquem a gestão urbana e serviços prestados ao cidadão, como por exemplo: projeto de numeração predial, definição de CEPs para áreas não atendidas pelo correio, análise de áreas invadidas, dentre outros; finalmente, para apoio e sustentabilidade de todos itens relacionados acima.

16. ESTADO ATUAL DE ARRECADAÇÃO DO MUNICÍPIO E CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Os dados quanto ao estado atual de arrecadação do Município e a capacidade de endividamento ou capacidade para angariação de investimentos foram fornecidos pela Prefeitura Municipal (2009) e baseados na resolução 40/43 de 2001 do senado federal que norteia a análise da capacidade de endividamento (tabela 18).

As Receitas Públicas são consideradas ingressos financeiros no patrimônio público e podem ser classificadas, em receitas originárias – são receitas originadas da cobrança por serviços

prestados pelo Estado ou pela venda de bens ou direitos do patrimônio público ou receitas derivadas – as receitas derivadas, como o próprio nome diz, são derivadas de outros, ou seja, do patrimônio dos contribuintes, sem nenhuma contraprestação específica, como no caso dos impostos ou com alguma contraprestação, mas de caráter obrigatório, independentemente do uso do serviço, como no caso das taxas. Além disto, enquadram-se na definição os demais tipos de tributos de caráter compulsório, como a contribuição de melhoria, as contribuições sociais ou econômicas e os empréstimos compulsórios. O ingresso das receitas nos cofres públicos pode ocorrer por meio de Lançamento – ato na repartição competente (que pode ser a Receita Federal ou qualquer outro órgão público que receba recursos) que reconhece o crédito e inscreve o débito, identificando o devedor, valor; Arrecadação – pagamentos dos contribuintes à rede bancária ou repartição competente; Recolhimento – entrega da arrecadação pelas repartições ou bancos ao Tesouro Nacional.

A receita por categoria econômica divide em receitas correntes as receitas derivadas de tributos, contribuições, ou receitas originárias da venda do patrimônio, receitas industriais, e em receitas de capital: aquelas decorrentes de operações de crédito ou empréstimos, originárias da venda ou alienação de bens.

A despesa compreende os recursos gastos na gestão, a serem computados na apuração do resultado do exercício. São os gastos realizados pelos órgãos públicos em bens e serviços, com a dotação autorizada pelo orçamento. As despesas, para serem incorridas no serviço público, precisam estar autorizadas na lei orçamentária. As despesas correntes compreendem as de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida Interna e Externa e Outras Despesas Correntes, observadas as conceituações existentes nos dispositivos legais e normas pertinentes em vigor. As despesas de capital correspondem às de Investimentos, Inversões Financeiras, Amortização da Dívida Interna, Amortização da Dívida Externa e Outras Despesas de Capital, observadas as conceituações legais pertinentes em vigor.

De acordo com a tabela 18 é possível perceber a receita própria do Município, a receita de transferência, o valor de investimentos e dos encargos e amortizações para o período entre

2006 a 2013. As receitas municipais são compostas de: receita tributária, contribuições, receita patrimonial, agropecuária, industrial, serviços, dívida ativa, receitas de capital e transferências correntes.

A dívida interna municipal, referente aos valores de INSS e PASEP, segundo dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2009) é da ordem de R\$111.300,00 (cento e onze mil e trezentos reais) para o ano de 2010. Os valores estimados destinados para financiamentos do Município de acordo com a capacidade de endividamento são ordem de R\$3.202.697,21.

A arrecadação municipal, conforme verificada na tabela 18 é crescente ao longo dos anos, de forma linear. Atualmente o Município possui equilíbrio financeiro, ou seja, consegue pagar os encargos, amortizações, FGTS e INSS apenas com a arrecadação própria. Com a implantação do Plano Diretor haverá a recuperação da receita própria do Município, decorrente principalmente dos valores arrecadados com alvarás, ISS, cobrança de multas, atualização do cadastro técnico imobiliário, planta genérica de valores, código tributário, e também, a intensificação do processo de fiscalização nos: bancos, empresas estatais (Copel, Sanepar), sociedades de cooperativa médica, aprovação de projetos, obras civis entre outras receitas. Com a melhoria expressiva da arrecadação própria, o Município, segundo projeções, poderá investir, com recursos próprios, aproximadamente R\$ 2.630.000,00 (dois milhões, seiscentos e trinta mil reais) em 2013.

TABELA 18: ARRECADAÇÃO E DESPESAS MUNICIPAIS

Discriminação	Arrecadação				Estimativa			
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Receita Total	10.973.029,32	12.137.888,73	14.829.512,67	16.758.226,07	13.700.000,00	16.870.650,00	16.596.300,00	18.249.930,00
Receitas Correntes	10.145.394,68	12.067.888,73	14.662.043,81	15.351.548,07	12.140.000,00	13.333.000,00	14.666.300,00	16.132.930,00
Tributárias	387.581,33	439.978,63	302.283,23	546.121,02	529.500,00	504.000,00	554.400,00	609.840,00
Contribuições	42.424,72	29.589,63	21.807,07	49.192,20	72.000,00	60.502,64	66.552,90	73.208,19
Patrimonial	24.679,44	58.881,71	141.624,40	205.160,86	90.000,00	30.000,00	33.000,00	36.300,00
Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços	30,00	-	-	176.467,90	20.000,00	5.000,00	5.500,00	6.050,00
Transferências Correntes	9.604.935,25	11.441.401,72	14.141.081,42	14.302.280,88	11.353.500,00	12.730.997,36	14.004.097,10	15.404.506,81
Outras Receitas Correntes	85.743,94	98.037,04	55.247,69	72.325,21	75.000,00	2.500,00	2.750,00	3.025,00
Receitas Correntes IntraOrçamentárias	-	-	-	960.000,00	1.500.000,00	1.700.000,00	1.870.000,00	2.057.000,00
Receitas de Capital	827.634,64	70.000,00	167.468,86	446.678,00	60.000,00	1.837.650,00	60.000,00	60.000,00
Operações de Crédito	166.540,52	-	-	-	-	620.000,00	-	-
Alienações de Bens	32.700,00	-	-	113.850,00	60.000,00	40.000,00	60.000,00	60.000,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	628.394,12	70.000,00	167.468,86	332.828,00	-	1.177.650,00	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital IntraOrçamentária	-							
(-) Deduções p/ FUNDEF	905.077,14	1.130.300,44	1.730.086,22	1.558.518,13	1.353.800,00	1.598.800,00	1.758.680,00	1.934.548,00
RECEITA LÍQUIDA TOTAL	10.067.952,18	11.007.588,29	13.099.426,45	15.199.707,94	12.346.200,00	15.271.850,00	14.837.620,00	16.315.382,00

Notas: As projeções para os próximos anos foram feitas como índice de 5%

Dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal (2010)

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Reserva do Iguaçu (2009) as principais obras executadas nos últimos anos foram:

TABELA 19: PRINCIPAIS OBRAS REALIZADAS NOS ÚLTIMOS ANOS

OBRA
Etapa Útil Esgotamento Sanitário – Construção de Elevatória.
Conclusão do Centro Municipal de Saúde “Osório Severino dos Santos”
Ampliação das Instalações do CRAS - Centro de Referência da Assistência Social e PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Escola Municipal Pedro Siqueira.
Construção do Centro Esportivo de Bolão na Sede do Município.
Construção do Complexo Esportivo na Sede do Município.
Pavimentação Asfáltica 8 km ligando a Sede à Vila COPEL
Construção de um mini – ginásio na Escola M. Pedro Siqueira; Construção de 02 Quadras Poliesportivas: Colégio Prof. ^a Isabel; Quadra Esportiva Prof. Adiel T. do nascimento Colégio Estadual Michel Reydams
Instalação de Unidades de Geração de Trabalho e Renda (Parque dos Tropeiros e São Sebastião).
Construção da Biblioteca Municipal
Construção do Centro da Agricultura Familiar

Fonte: PMRI (2009)

17. PARTICIPAÇÃO POPULAR

Os questionários realizados junto à comunidade buscam determinar a visão dos moradores de Reserva do Iguaçu sobre o Município. Nestes questionamentos haviam seis perguntas direcionadas aos moradores e através destas foi possível obter resultados relevantes com relação a itens básicos faltantes no Município. No que se refere à pesquisa foram

distribuídos 488 questionários, distribuídos em 128 na Área Urbana da Sede, 112 na Vila Copel e 248 na Área Rural.

No primeiro item (tabela 20), referente à infra-estrutura faltante nas vias do Município de Reserva do Iguaçu, na Área Rural 154 moradores (62%) identificaram a pavimentação da rua como o principal item faltante; 128 moradores, cerca de 51% dos entrevistados apontaram a falta de coleta de lixo como uma dos maiores problemas e moradores (39%) identificaram a falta de telefones públicos na região e 98 moradores (39%) a falta de rede de telefone público.

Os itens mais representativos na Área da Sede foram a ausência de rede de coleta de esgoto, falta de calçadas e a falta de rede de drenagem. Na Vila Copel os itens apontados foram a falta de calçadas, de iluminação pública e telefones públicos (tabela 20).

TABELA 20: ITENS QUE FALTAM NA SUA RUA

EQUIPAMENTOS	ÁREA RURAL		SEDE		VILA COPEL	
Nº. total de entrevistados	248	Percentual	128	Percentual	112	Percentual
Pavimentação da Rua	86	34,68%	59	46,09%	38	33,93%
Rede p/ escoamento da água da chuva	96	38,71%	64	50,00%	39	34,82%
Rede de água encanada	62	25,00%	16	12,50%	5	4,46%
Rede de coleta de esgoto	79	31,85%	86	67,19%	21	18,75%
Coleta de lixo	128	51,61%	19	14,84%	28	25,00%
Cascalhamento	154	62,10%	26	20,31%	8	7,14%
Iluminação Pública	73	29,44%	45	35,16%	63	56,25%
Telefone Público	98	39,52%	49	38,28%	62	55,36%
Arborização Pública	32	12,90%	60	46,88%	15	13,39%
Calçadas	72	29,03%	83	64,84%	66	58,93%

Bueiros	78	31,45%	0	0,00%	0	0,00%
Pontes	40	16,13%	0	0,00%	0	0,00%

No segundo item, quanto à existência de equipamentos públicos perto de suas residências, 54% das pessoas residentes na área rural, responderam que há Posto de Saúde e 33% Escola de Ensino Fundamental.

No que se refere a Área Urbana da Sede, 67% das pessoas responderam que há Escola de Ensino Médio e 60% Escola Fundamental. Na Vila Copel, 74% das pessoas informaram que há Escola de Ensino Médio e 72% Escola de Ensino Fundamental (tabela 21).

TABELA 21: QUANTO AOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS, PERTO DA SUA CASA, QUAIS EXISTEM?

EQUIPAMENTOS	ÁREA RURAL		SEDE		VILA COPEL	
	Nº. total de entrevistados	Percentual	128	Percentual	112	Percentual
Escola Ensino Fundamental	82	33,06%	76	59,38%	81	72,32%
Escola Ensino Médio	43	17,34%	86	67,19%	83	71,11%
Centro de Educação Infantil	25	10,08%	48	37,50%	63	56,25%
Posto de Saúde	134	54,03%	73	57,03%	64	57,14%
Centro de Convivência para Idosos	10	4,03%	10	7,81%	6	5,36%
Praça ou Parque	20	8,06%	16	12,50%	63	56,25%
Cemitério	23	9,27%	52	40,63%	10	8,93%
Não Responderam			4	3,13%	4	3,57%

Quanto à proximidade de estabelecimentos comerciais, serviços e industriais à sua residência, a maior parte dos questionários tanto da área rural quanto da área urbana da sede e da Vila Copel, relatou à existência de estabelecimentos comerciais próximo de suas residências (tabela 22).

TABELA 22: QUANTO AOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, SERVIÇOS E INDUSTRIAIS QUAIS ESTÃO LOCALIZADOS PRÓXIMOS DA SUA RESIDÊNCIA?

EQUIPAMENTOS	ÁREA RURAL		SEDE		VILA COPEL	
	Nº. total de entrevistados	Percentual	128	Percentual	112	Percentual
Estabelecimentos Comerciais	65	26,21%	116	90,63%	87	77,68%
Estabelecimentos de Serviços	49	19,76%	57	44,53%	50	44,64%
Estabelecimentos Industriais	22	8,87%	46	35,94%	16	14,29%
Não responderam	100	40,32%	10	7,81%	16	14,29%

A pergunta do item 4, quanto à falta de escolas, Centro de Educação Infantil e postos de saúde no Município teve como escolha principal por parte dos moradores na Área Rural os equipamentos de saúde (tabela 23).

TABELA 23: QUANTO ÀS ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E POSTOS DE SAÚDE, O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA NA SUA CIDADE? – RURAL

Nº de entrevistados	248	percentual
Áreas de lazer	45	18,15%
Indústria e Empresas	6	2,42%
Cursos	5	2,02%
Centro de Educação Infantil	21	8,47%
Escola	48	19,35%
Melhor atendimento médico e mais postos	156	62,90%
Não responderam	24	9,68%

Na área urbana da Sede, quanto a falta de escolas Centro de Educação Infantil e postos de saúde no Município, teve como escolha principal por parte dos moradores, melhorias na área da saúde seguindo demais áreas de parque e de lazer. (tabela 24).

TABELA 24: QUANTO ÀS ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E POSTOS DE SAÚDE, O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA NA SUA CIDADE? – SEDE

Nº de entrevistados	128	percentual
Asfalto	25	19,53%
Centro de Educação Infantil	8	6,25%
Curso Profissionalizante	9	7,03%
Escolas (melhores prof.)	26	20,31%
Faculdade	0	0,00%
Habitação	5	3,91%
Indústria/ Empresas	18	14,06%
Parques / Áreas de Lazer	29	22,66%
Saúde (melhor atendimento, mais postos)	74	57,81%
Segurança	1	0,78%
Transporte	20	15,63%
Não responderam	5	3,91%

Na Vila Copel, o item que segundo a população falta no Município são melhorias na área da saúde. (tabela 25).

TABELA 25: QUANTO ÀS ESCOLAS, CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL E POSTOS DE SAÚDE, O QUE VOCÊ ACHA QUE FALTA NA SUA CIDADE? – VILA COPEL

Nº de entrevistados	112	percentual
Asfalto	4	3,57%
Centro de Educação Infantil	9	8,04%
Curso Profissionalizante	8	7,14%
Escolas (melhores prof.)	15	13,39%
Faculdade	0	0,00%
Habitação	4	3,57%
Indústria/ Empresas	4	3,57%
Parques / Áreas de Lazer	10	8,93%
Saúde (melhor atendimento, mais postos)	41	36,61%
Segurança	1	0,89%
Transporte	14	12,50%
Não responderam	19	16,96%

No quinto item foi feita a seguinte pergunta: Se você fosse prefeito o que você faria pelo seu Município? A maior parte dos moradores da Área Rural e da Área Urbana da Sede investiria mais na instalação de empresas e indústrias, seguindo de melhorias na pavimentação, na educação e no lazer (tabela 26 e 27). Na Vila Copel o maior investimento seria na área da saúde (tabela 28).

TABELA 26: CASO VOCÊ FOSSE PREFEITO O QUE VOCÊ FARIA PARA SEU MUNICÍPIO? - RURAL

Nº de entrevistados	ÁREA RURAL	
	248	percentual
Calçadas	7	2,82%
Educação	26	10,48%
Conjunto Habitacional	17	6,85%
Lazer	16	6,45%
Empresas / Indústrias	33	13,31%
Melhorias das estradas e ruas / Asfalto	22	8,87%
Segurança	8	3,23%
Não responderam	17	6,85%

TABELA 27: CASO VOCÊ FOSSE PREFEITO O QUE VOCÊ FARIA PARA SEU MUNICÍPIO? – SEDE

Nº de entrevistados	128	percentual
Bombeiro	0	0,00%
Calçadas / Arborização	11	8,59%
Habitação	7	5,47%
Indústrias/ Empresas	25	19,53%
Lazer	22	17,19%
Limpeza/ Coleta de lixo/ Reciclagem	14	10,94%
Melhor Educação	24	18,75%
Pavimentação	6	4,69%
Rede de Esgoto	8	6,25%
Saúde / Atendimento melhor nos Postos	19	14,84%

Segurança	1	0,78%
Não responderam	14	10,94%

TABELA 28: CASO VOCÊ FOSSE PREFEITO O QUE VOCÊ FARIA PARA SEU MUNICÍPIO? – VILA COPEL

Nº de entrevistados	112	percentual
Bombeiro	0	0,00%
Calçadas / Arborização	9	8,04%
Habitação	6	5,36%
Indústrias/ Empresas	4	3,57%
Lazer	8	7,14%
Limpeza/ Coleta de lixo/ Reciclagem	9	8,04%
Melhor Educação	11	9,82%
Pavimentação	7	6,25%
Rede de Esgoto	15	13,39%
Saúde / Atendimento melhor nos Postos	16	14,29%
Segurança	0	0,00%
Não responderam	15	13,39%

O item 6 questionou a existência de documento de propriedade do entrevistado. Na área rural aproximadamente 52% e na área urbana 57% dos entrevistados responderam que possuem documentação. Na Vila Copel, cerca de 77% dos entrevistados informaram que não possuem documentação. (tabela 29).

TABELA 29: VOCÊ POSSUI DOCUMENTO DO TERRENO COMO REGISTRO DE IMÓVEIS, ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA?

	ÁREA RURAL		SEDE		VILA COPEL	
	Nº total de entrevistados	percentual	Nº total de entrevistados	percentual	Nº total de entrevistados	percentual
Sim	129	52,02%	74	57,81%	11	9,82%
Não	99	39,92%	40	31,25%	87	77,68%
Não responderam	21	8,47%	8	6,25%	14	12,50%

O último item refere-se a sugestões dos moradores para o Município. Na Área Rural foi citada a necessidade de transporte público, melhorias nas estradas municipais e mais empregos, dentre outras sugestões (tabela 30).

TABELA 30: TODO CIDADÃO PODE COLABORAR COM O FUTURO DE SUA CIDADE. CONTRIBUA VOCÊ TAMBÉM COM A SUA SUGESTÃO... (RURAL)

	ÁREA RURAL	
	Nº total de entrevistados	percentual
Atividades de Lazer e Culturais	35	14,11%
Arrumar estradas e ruas	77	31,05%
Escola Agrícola/ Profissionalizante	13	5,24%
Faculdade	3	1,21%
Segurança	4	1,61%
Indústria e Empresas	4	1,61%
Mais empregos	38	15,32%
Transporte	87	35,08%
Não Responderam	49	19,76%

Na Área Urbana, foram sugeridos mais investimentos na geração de emprego e renda, na área de lazer e educação, seguidos de investimentos na saúde (tabela 31).

TABELA 31: TODO CIDADÃO PODE COLABORAR COM O FUTURO DE SUA CIDADE. CONTRIBUA VOCÊ TAMBÉM COM A SUA SUGESTÃO... (SEDE)

Nº total de entrevistados	128	percentual
Lazer	33	25,78%
Segurança	3	2,34%
Pavimentação/Sinalização	5	3,91%
Indústria / Empresa	10	7,81%
Habitação	3	2,34%
Saúde	13	10,16%
Educação	9	7,03%
Limpeza / Arborização	13	10,16%
Combate as drogas	1	0,78%
Calçadas / Iluminação	5	3,91%
Trabalho	7	5,47%
Atividades Culturais	4	3,13%
Não responderam	35	27,34%

Na Vila Copel as sugestões foram para melhorias na área da saúde, extensão de rede de esgoto e melhorias na educação (tabela 32).

TABELA 32: TODO CIDADÃO PODE COLABORAR COM O FUTURO DE SUA CIDADE. CONTRIBUA VOCÊ TAMBÉM COM A SUA SUGESTÃO... (VILA COPEL)

Nº total de entrevistados	112	percentual
Lazer	12	10,71%
Segurança	0	0,00%
Pavimentação/Sinalização	9	8,04%
Indústria / Empresa	3	2,68%
Habitação	4	3,57%
Saúde	13	11,61%
Educação	7	6,25%
Limpeza / Arborização	15	13,39%
Combate as drogas	0	0,00%
Calçadas / Iluminação	3	2,68%
Trabalho	15	13,39%
Atividades Culturais	1	0,89%
Não responderam	43	38,39%

18. CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES

Para a análise dos elementos positivos, negativos e limitantes do Município, utiliza-se o método de Avaliação Temática Integrada é a **CDP** – Condicionantes, Deficiências e Potencialidades, conforme indicado no Termo de Referência. O objetivo é identificar as principais ações a serem propostas para o Município.

As Deficiências são carências que necessitam de ações imediatas, os fatores Condicionantes possuem restrições necessitando de atenção especial e as Potencialidades significam os aspectos positivos do Município que necessitam de ações que favoreçam seu desenvolvimento e sua otimização.

A seguir, a tabela 33 apresenta as principais condicionantes, deficiências e potencialidades do Município que norteará as principais propostas do Plano Diretor Municipal de Reserva do Iguaçu.

TABELA 33: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU.

	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
SISTEMA NATURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Necessidade de proteção de áreas verdes de acordo com a produção agrícola do Município; - Relevo pouco acidentado; - Presença do Parque Nacional do Iguaçu e do Corredor de Biodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior porção do Município possui solo com limitações ao uso agrícola. - Parte da área urbana localizada sobre Vertente Sul, não propícia à ocupação; - Riscos de diminuição das áreas de preservação devido a ausência de programas de monitoramento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proteção da mata ciliar e áreas de preservação que contribuem para a biodiversidade.
SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	<ul style="list-style-type: none"> - Garantia de acesso a serviços para moradores mais distantes da sede. 	<ul style="list-style-type: none"> - Muitas vias não possuem pavimento ou passeio; - Quanto à acessibilidade universal, verificou-se que somente alguns prédios públicos possuem acessos especiais para pessoas portadoras de necessidades especiais; - Não há transporte coletivo no Município. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não há problemas quanto aos deslocamentos urbanos; - Vias rurais com boa largura de pista; - Manutenção constante por parte da Prefeitura Municipal. - As linhas de transporte escolar atendem às necessidades da população.

...CONTINUAÇÃO			
	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	<ul style="list-style-type: none"> - Atendimento da demanda por infra-estrutura e equipamentos públicos; 	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de drenagem e pavimentação em vias da área urbana; - Ausência de rede coletora de esgotos; - Espaços físicos inadequados das edificações da educação e saúde. - Alto índice de analfabetismo da população. - Falta de manutenção das áreas públicas destinadas à cultura, esporte e lazer; - Falta de equipamentos Públicos de saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redes de energia elétrica e iluminação eficientes; - Rede de abastecimento de água suficiente para o Município. - O Município não possui programa de reciclagem de lixo; - Boa distribuição dos equipamentos de educação;
SISTEMA SÓCIO-ESPACIAL E ECONÔMICO	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de eixos de desenvolvimento de comércio e serviços na área urbana; 	<ul style="list-style-type: none"> - O IDH municipal é inferior à média estadual e à média brasileira; - Existem áreas de ocupações irregulares no Município; - Há déficit habitacional no Município; - Alto custo para o Município com a infra-estrutura básica. - Falta de áreas desocupadas (do Município) dentro do perímetro urbano para implantação de conjuntos habitacionais; - Ausência de fiscalização e divulgação da necessidade de obtenção de Alvará de Construção. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de diversificação da produção rural - Comércio, serviços e indústrias estão em desenvolvimento; - Conjuntos habitacionais em parceria com a COHAPAR para atender à fila da habitação.
ASPECTOS INSTITUCIONAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Impossibilidade de contratação de novos técnicos municipais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Funcionários despreparados para a implementação do Plano Diretor Municipal; - Falta de equipamentos e programas para a implementação do Plano Diretor Municipal; - Falta de integração dos bancos de dados municipais; - Legislação Urbanística inexistente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Boa capacidade de endividamento municipal; - Bom valor de repasse do ICMS Ecológico; - O Município possui equilíbrio financeiro, ou seja, consegue pagar os custos municipais apenas com arrecadação própria.

19. DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES

As diretrizes e proposições estão baseadas nos dados obtidos por meio da Leitura Técnica e da Leitura Comunitária. A Leitura Técnica é produto da coleta de informações da análise temática integrada e nas tabelas das condicionantes, deficiências e potencialidades. Baseia-se na análise dos elementos positivos, negativos e limitantes do Município, visando à transformação das realidades identificadas, nas áreas institucionais, socioeconômicas, ambientais, físico-territoriais e de infra-estrutura de serviços públicos. A Leitura Comunitária é fruto das discussões com a sociedade civil organizada que é responsável por acrescentar importantes contribuições resultantes do processo de discussão estabelecido durante a elaboração do Plano Diretor Municipal.

Os direcionamentos do Plano Diretor Municipal são decorrentes das diretrizes e proposições que geram propostas ou ações que serão divididas em intervenções de curto, médio e longo prazo, tendo sido definido como propostas de curto prazo aquelas a serem executadas nos próximos três anos; de médio prazo, aquelas a serem executadas no prazo entre zero e 5 anos; e as propostas de longo prazo de execução entre zero e 10 anos.

Essas são as datas limite para a concretização das diretrizes para que as metas de desenvolvimento sustentável sejam atendidas de forma plena, de acordo com as análises elaboradas no Município quando da Avaliação Temática Integrada.

As diretrizes para o Município estão divididas em: Diretrizes para o estabelecimento de uma Política de Desenvolvimento Urbano e Rural (i); Diretrizes para o estabelecimento de uma sistemática permanente de planejamento (ii); Diretrizes para a dinamização e ampliação das atividades econômicas (iii); Diretrizes para Ações Sociais (iv); Diretrizes para Ações Ambientais (v); Diretrizes para o ordenamento do solo - Macrozoneamento Urbano e Rural (vi); Proposta de projetos estruturais dos diversos setores estratégicos a serem executados

a: curto, médio e longo prazo, considerando a estimativa de seus custos e as estimativas e projeções orçamentárias municipais (vii).

19.1. DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL

As políticas de desenvolvimento municipal devem ser consideradas enquanto processo contínuo, dependente de diretrizes mais amplas, de nível nacional ou estadual que permitam orientar o desenvolvimento de cada núcleo urbano, de forma a atender também os interesses do desenvolvimento regional e nacional. A política de desenvolvimento deve ater-se à realidade urbana, diferentemente de muitas propostas feitas anteriormente que não traduziam a realidade ou não alcançaram os resultados esperados. As proposições da política a nível local são parte integrante do processo de planejamento, ou seja, é a leitura da realidade local, identificando os objetivos que se pretende atingir, as possibilidades de alcançá-los e os resultados das ações propostas.

A Constituição do Brasil em seu artigo 182 prevê que a política de desenvolvimento urbano deverá atender as funções sociais da cidade e ao bem-estar de seus habitantes. O Plano Diretor é o instrumento de política de desenvolvimento e de expansão urbana, que deve controlar a expansão e os vazios urbanos, proteger e recuperar o ambiente cultural, manter as características do ambiente natural, criar áreas de especial interesse social, ambiental, turístico ou de utilização pública, eliminar obstáculos arquitetônicos às pessoas portadoras de necessidades especiais, incentivar a participação da comunidade na elaboração, na implementação e nas propostas de sugestões de planos e projetos, identificar e auxiliar nos problemas das áreas ocupadas por população de baixa renda.

O Município é o espaço preferencial da política de desenvolvimento urbano e rural, onde a sociedade se organiza social e economicamente. É no município que se situam as atividades produtivas que contribuem de forma decisiva para a formação do Produto Interno Bruto e onde o cidadão se reconhece como agente político no sistema democrático. No entanto, os municípios brasileiros enfrentam enormes desafios. Num mundo de crescente competitividade e complexidade, ficaram delegadas aos governos municipais responsabilidades para as quais não possuem a respectiva autonomia institucional e financeira que lhes permita responder às demandas criadas e tratar dos problemas urbanos.

19.2. DIRETRIZES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA SISTEMÁTICA PERMANENTE E PARTICIPATIVA E PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL

Um processo de planejamento e Gestão Pública Municipal compreende um conjunto de órgãos, normas, regulamentações, recursos humanos e técnicos, coordenados pela Prefeitura Municipal, o qual visa à integração entre os diversos setores e ações municipais, para a aplicação das diretrizes e proposições estabelecidas no Plano Diretor Municipal.

No Município de Reserva do Iguaçu, serão necessários cinco instrumentos para implantação do processo de planejamento e gestão municipal que são:

- Readequação da estrutura administrativa e fortalecimento institucional;
- Organização do sistema de informações para o planejamento e gestão pública municipal;
- Conselho de Desenvolvimento Municipal;
- Participação popular; e
- Construção de indicadores de monitoramento.

19.2.1. Readequação da Estrutura Administrativa e Fortalecimento Institucional

Para que o Plano Diretor Municipal possa ser implementado, a reestruturação organizacional deverá ocorrer sob forma de modernização administrativa, através da:

- Integração dos serviços da administração, de forma que seja implantado um sistema de informações municipais, interligado, onde cada funcionário tenha acesso às informações do Município;
- Treinamento, reciclagem e melhoria da qualidade e da produtividade do seu quadro de pessoal;
- Informatização de todos os serviços municipais;
- Padronização e simplificação dos procedimentos administrativos.

De acordo com análise feita com base nas informações coletadas não haverá necessidade de alteração na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal. Segundo análise feita na estrutura municipal, as Secretarias de Administração e Finanças e a Secretaria de Obras e Desenvolvimento são as mais indicadas para implementação do PDM. Segundo dados da PREFEITURA MUNICIPAL (2009) para implementação do Plano Diretor Municipal será necessário a contratação de um profissional, de nível superior, uma vez que o Município não dispõe de técnicos suficientes. Haverá necessidade de capacitação continuada destes profissionais que já estão recebendo informações por meio dos treinamentos da Equipe Técnica Municipal.

Serão novas tarefas, dentre outras, dos departamentos determinados para a implantação do Plano Diretor Municipal:

- Assessorar o Prefeito Municipal nas decisões relativas ao planejamento municipal;
- Acompanhar a aprovação da legislação municipal urbanística junto à Câmara de Vereadores;

- Coordenar a aplicação da legislação urbanística municipal;
- Promover a busca de recursos para as obras previstas no Plano de Ação e Investimentos;
- Acompanhar a implementação do Plano Diretor Municipal bem como providenciar meios de atualização do mesmo;
- Coordenar a atualização das informações relativas ao Sistema de Informações Municipal;
- Garantir a participação da comunidade no processo de implementação do Plano Diretor Municipal e de sua atualização.
- Convocar o Conselho de Desenvolvimento Municipal quando houver necessidade;
- Coordenar a elaboração das propostas dos orçamentos anuais e plurianuais em conjunto com as demais secretarias.

Quanto à readequação da estrutura administrativa, considerando a folha de pagamento municipal as condicionantes legais na contratação de pessoal, para o acompanhamento da implementação do Plano Diretor Municipal é necessário que o Município disponibilize um técnico em edificações, engenheiro civil ou arquiteto, além de um fiscal de obras e posturas, que serão responsáveis pela implementação do Plano Diretor Municipal. Esses funcionários poderão ser remanejados de outros departamentos.

Para alcançar o êxito pretendido quanto da implantação do Plano Diretor Municipal, o profissional anteriormente citado deverá atuar nas seguintes tarefas: fiscalização preventiva e punitiva de Posturas, de Obras e de Funcionamento (i); acompanhamento da execução de obras do Município, quanto ao cumprimento às Licenças emitidas pela Prefeitura Municipal (ii); verificação do Cadastro Imobiliário Municipal, com relação às edificações a serem cadastradas, uma vez que somente as edificações com Habite-se ou Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras, poderão ter seus imóveis cadastrados como predial para fins de lançamento de impostos (iii); acompanhamento junto à execução das obras municipais e

verificação da correta aplicação das verbas disponíveis no Município conforme as necessidades propostas no Plano Diretor (iv).

Aliado a isso, será necessário o fortalecimento institucional dos agentes envolvidos no processo de implementação do Plano Diretor Municipal, ou seja, a capacitação da Equipe Técnica Municipal, aquisição de materiais e equipamentos. O fortalecimento institucional tem como objetivo elevar a capacidade operacional da Equipe Técnica Municipal, para absorver o aumento das novas atribuições, atividades e responsabilidades, de forma a garantir a execução, a operacionalização e a continuidade das ações propostas. Essa capacitação contribui para a valorização pessoal, priorizada a equipe própria da Prefeitura Municipal, de forma a garantir maior eficácia no processo.

19.2.2. Organização do Sistema de Informações do Município para o Planejamento e Gestão Pública Municipal

A criação do Sistema de Informação do Município constitui-se em uma importante proposição no âmbito do desenvolvimento político-institucional, uma vez que esse sistema deve ter como finalidade, estabelecer uma base de informações padronizada e confiável na Administração Municipal, capaz de subsidiar o planejamento e a gestão democráticos, em especial a elaboração e revisão do Plano Diretor Municipal.

Considerando que o planejamento de uma cidade é um processo dinâmico que exige monitoramento constante, verifica-se a necessidade da implantação de um sistema de informações georreferenciado, o qual permite controle da ocupação do território, bem como uma gestão integrada, cruzando informações referentes às finanças públicas e a área técnica.

O sistema de informações do Município deverá compreender a atualização constante dos dados municipais, sejam eles, *geo-ambientais*: compreendendo o solo, o subsolo, relevo, hidrografia e cobertura vegetal; *cadastros urbanos*: em especial equipamentos sociais, equipamentos urbanos públicos, cadastro imobiliário, áreas vazias, sistema viário, arruamento, infra-estrutura d'água, esgoto, energia elétrica e telefonia, estabelecimentos industriais, de comércio e serviços; *legislações urbanísticas*: em especial uso e ocupação do solo, zoneamento, parcelamento, código de obras, posturas e tributação e áreas especiais de atividades econômicas, preservação ambiental, histórica e cultural; *sócio-econômicas*: em especial demografia, emprego e renda.

O acompanhamento envolve a obtenção de dados gerados por diversos departamentos, a interpretação dos mesmos e verificação junto às propostas do Plano Diretor Municipal quanto a: alteração nos índices de crescimento do Município, modificação das principais atividades econômicas e verificação do cumprimento das Leis Propostas pelo Plano Diretor Municipal. Este acompanhamento técnico envolve prioritariamente as seguintes ações:

- Fiscalização preventiva e punitiva de Posturas, de Obras, Parcelamento do Solo e de Funcionamento de Atividades Econômicas. Atualmente esta função não é ocupada por nenhum funcionário. Para a obtenção dos resultados esperados pelo Município existe a necessidade de se verificar o cumprimento da legislação proposta objetivando um planejamento efetivo. De nada adianta existirem normas se as mesmas não forem cumpridas, as notificações e embargos de obras e atividades não são somente para arrecadação de emolumentos ao Município, mas sim uma forma de orientar e de organizar o Município.

- Acompanhamento da execução de obras e atividades no Município, quanto ao cumprimento às Licenças emitidas pela Prefeitura Municipal.

- Verificação do Cadastro Imobiliário Municipal, com relação às edificações a serem cadastradas. As edificações que não possuem Habite-se ou Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras, certificando que a mesma cumpre toda legislação vigente, não poderão ter seus imóveis cadastrados como predial para fins de lançamento de impostos, tendo que arcar com a alíquota mais alta até o momento da regularização, quando o mesmo passaria a ser cadastrado pela Prefeitura Municipal, obtendo uma alíquota de imposto predial. Desta forma pode-se privilegiar os munícipes que cumprem a legislação urbana e facilitar o cadastramento municipal.
- Acompanhamento junto à execução das obras municipais e verificação da correta aplicação das verbas disponíveis no Município conforme as necessidades propostas no Plano Diretor.

Todas as informações coletadas deverão ser tabuladas e analisadas e, sempre que possível, especializadas em escala apropriada. Essas informações servirão de base para as revisões do Plano Diretor Municipal. Todas as possíveis alterações do Plano Diretor Municipal deverão ser submetidas à apreciação e aprovação da Comunidade, ou seja, deverão ser feitas Audiências Públicas, Conferências Municipais ou eventos semelhantes, para que as alterações tenham legitimidade e atendam as premissas da legislação federal.

De acordo com o item 6.3 do Termo de Referência, o Município, após a última Audiência Pública, deverá elaborar a Conferência Municipal da Cidade. Durante a Conferência, serão tratados os seguintes assuntos: garantia de instauração de um processo permanente de planejamento, visando obter comprometimento do Poder Público Municipal com a implementação do PDM construído coletivamente e na sua atualização permanente; criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal, a partir da experiência da Comissão de Acompanhamento de elaboração do PDM e dos demais Conselhos Municipais existentes, definindo sua composição e atribuições; e conseguir o comprometimento da Câmara de

Vereadores com a aprovação do PDM construído coletivamente. Durante os treinamentos da Equipe Técnica e da Comissão de Acompanhamento do PDM, optou-se por incluir os assuntos relativos à Conferência na última Audiência Pública.

19.2.3. Conselho de Desenvolvimento Municipal

Com base na Constituição Federal de 1988, propõe-se a criação do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM). Este Conselho será responsável pelas disposições referentes à democratização da gestão municipal e à participação da sociedade no processo de planejamento, pelas orientações do Plano Diretor Municipal para a elaboração da legislação complementar e adequação da legislação municipal em decorrência de suas disposições.

O CDM balizará suas decisões integrando o planejamento do desenvolvimento urbano, a estratégia das ações governamentais e o planejamento orçamentário, de modo a direcionar permanentemente o desenvolvimento do Município em conformidade com a Política Urbana expressa no Plano Diretor Municipal.

O CDM será consultivo, deliberativo e fiscalizatório, composto por representantes do Poder Público e da sociedade civil, ao qual compete principalmente acompanhar e avaliar os resultados da implementação do Plano Diretor Municipal, bem como monitorar e deliberar sobre a aplicação dos instrumentos da Política Urbana.

Na 3ª Audiência Pública do Plano Diretor Municipal, será aprovada a composição do Conselho de Desenvolvimento Municipal, definido na Lei do Plano Diretor Municipal.

19.2.4. Participação popular

Como proposta da participação popular no acompanhamento da implementação do Plano Diretor Municipal, são propostas Conferências Públicas. As Conferências Públicas têm por objetivo a mobilização do Poder Público Municipal e da sociedade civil na elaboração e avaliação das políticas públicas, em que serão discutidas as metas e prioridades para o Município.

A avaliação deve ser um procedimento regular e constante que permita a comparação entre diferentes momentos do governo ou entre a gestão presente e as anteriores.

Conferências Públicas deverão obrigatoriamente anteceder qualquer alteração da legislação urbanística. Estas alterações e/ou emendas do Plano Diretor Municipal e demais legislações complementares serão submetidas preliminarmente ao exame e parecer da Equipe Técnica Municipal e posteriormente pelo Conselho de Desenvolvimento Municipal, conforme apresentado no fluxograma descrito na figura 39. Esse fluxograma demonstra os trâmites que deverão ser seguidos para a proposição de alterações e sua aprovação.

Figura 42: FLUXOGRAMA DE SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL



Fonte: O Autor, 2009

19.2.5. Construção de Indicadores de Monitoramento

Indicadores e índices são números que procuram descrever um determinado aspecto da realidade, ou apresentam uma relação entre vários aspectos. Os indicadores podem ser simples ou compostos. Os indicadores simples normalmente são auto-explicativos: descrevem imediatamente um determinado aspecto da realidade (número de alvarás expedidos, por exemplo) ou apresentam uma relação entre situações ou ações (como a relação entre o número de alvarás expedidos e o número de lançamentos do IPTU).

É importante utilizar indicadores que relacionem a situação de um grupo social, um bairro específico, ou ainda, um distrito, com outros existentes no Município. Estas informações sobre políticas públicas requerem indicadores que sejam o reflexo do que a sociedade

compreende como condições de vida adequada e possibilitem ao próprio governo prestar contas de suas realizações à mesma sociedade.

O ambiente de construção dos indicadores deve estar vinculado diretamente ao Sistema de Informações Para Planejamento e Gestão Pública Municipal.

O Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) será o órgão responsável pelo acompanhamento dos indicadores propostos para o Município de Reserva do Iguaçu. Os indicadores deverão ser apresentados nas Conferências Públicas programadas para ocorrer a cada dois anos.

Na seqüência estão apresentados os Indicadores de Monitoramento propostos para acompanhar a implementação do Plano Diretor Municipal (tabela 34).

TABELA 34: INDICADORES DE MONITORAMENTO

	INDICADOR	AVALIAÇÃO	META
SISTEMA NATURAL	Qualidade Hídrica do Manancial de Abastecimento Público: Acompanhamento da qualidade da água utilizada no Município através do monitoramento dos índices do IQA, fornecido pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.	Índice de potabilidade da água; despoluição dos mananciais	IQA entre 71 e 90 - considerado bom
	Áreas a serem Preservadas: Monitoramento das áreas a serem preservadas de acordo com Legislação Ambiental vigente, realizado através da	% de desmatamento no Município	100% das áreas verdes protegidas

	identificação anual das áreas ocupadas e áreas preservadas.		
SISTEMA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	Coeficiente de mortalidade de crianças menores de um ano: Diagnóstico de crianças em situação de risco no Município.	% de recém nascidos falecidos menores de um ano (por 1.000 nascidos)	Alcançar índice abaixo da média estadual
	Coeficiente da incidência total de doenças relacionadas com os serviços de saneamento básico: Diagnóstico da interferência do saneamento básico na saúde pública.	% de doenças causadas decorrentes do saneamento básico precário	Alcançar índice abaixo da média estadual
	Coeficiente de mortalidade por todas as causas: Diagnóstico das causas de mortes no Município.	% de mortes no Município (por 1.000 nascidos)	Alcançar índice abaixo da média estadual
	População atendida por rede de abastecimento de água potável: Expressa a percentagem da população urbana atendida pelo serviço.	% de domicílios com rede de água potável	100% dos domicílios com água potável
	População atendida por rede de esgotamento sanitário: Expressa a percentagem da população urbana atendida pelo serviço.	% de domicílios com rede de esgotamento sanitário	100% dos domicílios com rede de esgoto
	Tratamento da rede coletora de esgoto sanitário: Expressa a percentagem dos esgotos coletados que são tratados.	% do esgoto sanitário coletado tratado	100% do esgoto sanitário coletado tratado
	População atendida por coleta de	% dos domicílios	100% dos domicílios

	resíduos sólidos: Expressa a percentagem das ruas com coleta de resíduos sólidos, trafegáveis e habitáveis.	com coleta de resíduos sólidos	com coleta de resíduos sólidos
	Separação dos resíduos sólidos urbanos: Expressa a percentagem dos resíduos sólidos urbanos que são coletados e separados.	% dos resíduos sólidos coletados que são separados	100% dos resíduos sólidos coletados separados
	Área urbana drenada: Expressa a percentagem da área urbana servida pelo sistema de drenagem.	% de ruas com drenagem urbana	100% das ruas com drenagem urbana
	Conjuntos Habitacionais de Interesse Social: Verifica o atendimento da demanda por habitações populares no município; acompanhamento da implementação do Plano Diretor Municipal para verificação de possíveis áreas de invasões.	Número de habitações de interesse social construídas para a população de baixa renda	100% da fila da habitação de interesse social atendida
SISTEMA SÓCIO-ESPACIAL E ECONÔMICO	Superfície de solo agrícola: Expressa a percentagem do solo municipal utilizada para a agricultura; permanência do homem no campo; expressa a necessidade de investimentos na área rural.	% de utilização do solo para a agricultura; manter as áreas destinadas à agricultura no Município	65% da área municipal destinada à agricultura
	População com renda menor que 1 salário mínimo: Expressa percentagem da população com renda inferior a 1 salário mínimo.	% da população com renda inferior a 1 salário mínimo	100% da população com renda mínima de 1 salário mínimo

Dados de Desemprego: Expressa a percentagem da população economicamente ativa.	% de desempregados	100% da população com trabalho
Dados de Segurança: Expressa a percentagem de ocorrência de assaltos, roubos e agressões.	% de ocorrência policiais no Município	Alcançar índice abaixo da média estadual
Percentual de aumento de arrecadação municipal proveniente de taxas referentes à expedição de licenças: Melhora a arrecadação própria municipal; verifica a implementação do Plano Diretor Municipal.	% de aumento na arrecadação municipal proveniente de taxas referentes às licenças	100% de arrecadação referente a taxas de licenças
Percentual de aumento de arrecadação municipal no que se refere a contribuição de melhorias: Melhora a arrecadação própria municipal; verifica a implementação do Plano Diretor Municipal.	% de aumento na arrecadação municipal proveniente da cobrança de contribuição de melhorias	100% de arrecadação referente a contribuição de melhorias
Evolução do estoque de áreas urbanas e vazios urbanos: Monitora a ocupação urbana em relação à necessidade de revisão do Perímetro Urbano; Promove o adensamento urbano dentro do perímetro definido pelo Plano Diretor Municipal.	% de lotes desocupados dentro do perímetro urbano	100% dos lotes internos ao perímetro urbano ocupados

ASPECTOS INSTITUCIONAIS	Número de Alvarás Expedidos: Verifica a implementação do Plano Diretor Municipal quanto aos aspectos urbanísticos; aumenta a arrecadação municipal.	% de Alvarás de Construção emitidos no Município	100% das obras do Município com Alvará de Construção
	Número de vistorias realizadas quanto a Conclusões de Obras: Verifica a implementação do Plano Diretor Municipal quanto aos aspectos urbanísticos; aumenta a arrecadação municipal.	% das obras concluídas vistoriadas	100% das obras concluídas vistoriadas
	Número de Alvarás de Localização: Verifica a implementação do Plano Diretor Municipal quanto aos aspectos urbanísticos; aumenta a arrecadação municipal.	% de estabelecimentos comerciais com Alvará de Funcionamento	100% dos estabelecimentos comerciais vistoriados
	Número de ações implementadas que foram determinadas no Plano de Ação e Investimentos: Verifica dentre as ações determinadas pelo Plano de Ação e Investimentos quais foram executados; acompanhar as liberações de investimentos das esferas estadual e federal.	% das ações previstas no Plano Diretor Municipal que foram executadas	100% das ações propostas executadas

Fonte: O Autor, 2010

19.3. DIRETRIZES PARA A DINAMIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

As diretrizes relativas ao desenvolvimento econômico enfatizam o papel do Município como protagonista do desenvolvimento municipal em articulação permanente com os demais agentes econômicos e sociais. Para tanto são previstas ações para incremento na agropecuária, no fomento à produção de bens e serviços, na modernização da infraestrutura, no apoio à pequena e microempresa e ao trabalho autônomo e na formação de recursos humanos. Particularmente são focalizadas as ações que deverão contribuir para a redução do desemprego e a ampliação da renda pessoal e agregada, um dos principais desafios que se impõem ao desenvolvimento municipal. Merece destaque o fortalecimento do setor Agropecuário do Município de Reserva do Iguaçu, priorizando o produtor rural.

19.4. DIRETRIZES PARA AÇÕES SOCIAIS

As diretrizes sociais devem dotar o dia-a-dia da comunidade de melhores condições de vida, seja na qualidade de entretenimento, saúde, trabalho, ou outros instrumentos básicos que propiciem qualidade de vida. O desenvolvimento humano está associado à essência do desenvolvimento sócio-econômico, porque o progresso econômico só produz os efeitos desejados pela Sociedade se tiver o ser humano como seu foco e beneficiário principal. Ele compreende, de acordo com a contribuição da UNESCO, as dimensões de: aprender a ser; aprender a conhecer; aprender a fazer; e aprender a transformar.

Neste contexto, objetivando traçar diretrizes sociais, é necessário determinar ações quanto a habitação de interesse social. Para isso, é necessária uma Política Habitacional, responsável por definir o papel do Município na gestão da moradia, focalizando a Habitação de Interesse Social. Uma das formas de contribuir para a política habitacional do Município é a criação de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, que se constituem num dos principais instrumentos do Plano Diretor Municipal para atuação do Município na regularização

fundiária e urbanística dos assentamentos espontâneos ocupados por população de baixa renda e também para o desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social. Devem ser redefinidos procedimentos para regularização urbanística e fundiária dos assentamentos classificados como ZEIS, que geralmente envolvem os aspectos próprios do planejamento, da produção da moradia, da gestão e da participação da população beneficiária do processo.

Os aspectos mais diretamente ligados ao desenvolvimento econômico são: a educação formal e a educação profissional. A educação, associada à família e a outras instituições, constrói os valores e princípios éticos, pilares da Sociedade, e proporciona conhecimento básico e especializado necessário ao crescimento individual na vida pessoal, social e produtiva dos indivíduos. A educação profissional proporciona aos indivíduos condições para o acesso ao emprego e às oportunidades proporcionadas pelo desenvolvimento, ao mesmo tempo em que eleva a produtividade e a eficiência do sistema produtivo.

19.5. DIRETRIZES PARA AÇÕES AMBIENTAIS

As diretrizes ambientais para o Município de Reserva do Iguaçu devem minimizar os impactos ambientais atuais e principalmente impedir futuros prejuízos ao meio ambiente, decorrentes das atividades humanas.

As diretrizes devem, ainda, propiciar garantia do abastecimento de água atual e futuro, preservando as áreas de mananciais; manejo das águas pluviais; preservação das espécies vegetais da região; manejo dos resíduos sólidos com a definição das áreas destinadas a implantação de aterros sanitários e controle das intervenções em cursos d'água.

Outra questão relacionada a ações ambientais é a arborização urbana e a poda de árvores, que necessita da formação de uma comissão para determinação de critérios e acompanhamento da aplicação da lei municipal.

19.6. DIRETRIZES PARA O ORDENAMENTO DO SOLO E SISTEMA VIÁRIO – MACROZONEAMENTO URBANO E RURAL

Com o objetivo de ordenamento do solo, propõe-se o macrozoneamento do Município, que tem por finalidades conjugar as demandas de espaço no território municipal com a conservação ambiental e a otimização da infra-estrutura existente e projetada, estabelecer bases para a distribuição e dimensionamento das redes de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, e orientar a aplicação dos instrumentos de Política Urbana habilitados pelo Plano Diretor Municipal conforme determina o Estatuto da Cidade.

A concepção do macrozoneamento é um instrumento determinante no ordenamento territorial do Município, em conformidade com as demais diretrizes da Política Urbana. Desta forma, ficam estabelecidas, as principais orientações para o desenvolvimento urbano, especialmente no que tange às áreas para as quais se propõe adensamento populacional ou uso mais intensivo do solo, ou aquelas que serão objeto de políticas de preservação em razão de atributos ambientais, sociais ou culturais significativos.

O território do Município de Reserva do Iguaçu fica dividido em três macrozonas com características e finalidades distintas. Para cada macrozona, o Plano Diretor Municipal estabelece objetivos e diretrizes específicos para o ordenamento territorial que devem orientar o seu desenvolvimento no sentido de consolidação ou reversão de tendências quanto ao uso e ocupação do solo (mapas 33, 34 e 35).

As áreas a impedir a urbanização, são destinadas a preservação dos recursos naturais e proteção da qualidade ambiental, tais como parques, bosques, florestas e fundos de vale. Os parâmetros para ocupação devem ser estabelecidos de forma a garantir a acessibilidade aos bens naturais de interesse público, impedir a ocupação em fundos de vale, além de incorporar áreas a serem preservadas ou conservadas. As áreas delimitadas nesta macrozona, foram orientadas pelo Código Florestal, Lei 4771/1965, que determina faixas de

preservação permanente entre 30 e 500 metros de cada lado dos cursos d'água, de acordo com a largura dos mesmos, além de raio de 50,00m ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais, nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água". Essas faixas detectam áreas impróprias a ocupação, garantindo assim, a proteção dos fundos de vales. A proposta da legislação urbanística visa impedir a ocupação de áreas impróprias, de forma a garantir a proteção dos corpos hídricos.

Quanto às áreas a intensificar a ocupação, são aquelas estabelecidas em função da infraestrutura já implantada. Nestas áreas tem-se o interesse em ações que visem desenvolver a ocupação com maiores densidades, preservando e reservando áreas necessárias à implantação de equipamentos públicos.

As áreas destinadas a controlar o caráter da ocupação têm como objetivo determinar níveis de densidade e verticalização (quando necessário) compatíveis com a capacidade do sistema viário e com a qualidade ambiental, desenvolvendo operações que induzam a transformações físicas e funcionais. Faz parte dessa macrozona no Município de Reserva do Iguaçu grande parte da área rural e a Vila Rural.

As macrozonas darão origem ao zoneamento que é responsável por determinar critérios e restrições para a utilização dos espaços do Município, de acordo com as zonas pré-estabelecidas. Em cada zona serão determinados parâmetros com percentuais do espaço urbano que devem ser reservados para cada tipo de função, uso ou equipamento; qual a intensidade de aproveitamento do solo, recomendável em cada caso; quais as densidades resultantes; quais as capacidades e raios de abrangência resultantes dos equipamentos propostos. Por fim são estabelecidas diretrizes para a formulação da legislação urbana, especificamente para a nova lei de uso e ocupação do solo, sistema viário, o código de obras municipal, o código de posturas e a lei de procedimentos administrativos. O Plano Diretor Municipal deve também fazer proposições quanto a mobilidade urbana, estabelecendo as orientações gerais para a integração dos espaços por meio da estruturação do sistema viário.

Mapa 33 – Macrozoneamento Municipal

Mapa 34 - Macrozoneamento Urbano Sede

Mapa 35- Macrozoneamento Urbano Copel

Quanto ao sistema viário, as diretrizes básicas para a proposta são medidas que garantam deslocamentos básicos, desimpedidos de conflitos e trajetos desnecessários. Estes deslocamentos devem ser propostos de maneira a aumentar a mobilidade e a rapidez entre as diversas regiões.

Considerando que o sistema viário ocupa percentagem considerável do solo urbano, é necessário considerar a função do sistema viário e do transporte, além da finalidade elementar de circulação ou locomoção. Em termos de vivência e lazer, o uso destes espaços, constitui aspecto muito significativo ao se pretender a elevação da qualidade do ambiente urbano, constituindo elemento obrigatório do cotidiano da população.

Quanto às vias que serão abertas, as mesmas deverão ter revestimento, calçamento e arborização adequados às suas funções, principalmente nos locais onde já ocorre um comprometimento no desempenho do sistema de circulação.

As vias devem garantir o mínimo de segurança na circulação de pedestres, por meio da criação de calçadas nas vias do sistema viário básico e nas vias de acesso às escolas. Alguns dispositivos de controle do tráfego também são necessários para diminuir os problemas de segurança dos pedestres, como, redutores de velocidade, passeios que diminuam a distância de travessia nas esquinas (próximo das escolas), criação de ruas de recreação e ruas de pedestres.

Com a hierarquização do sistema viário básico, será possível garantir uma atuação ordenada nas intervenções urbanas e permitir que as vias de interesse local (secundárias) possam ser urbanizadas com modelos e padrões mais adequados às suas funções, criando até mesmo, pontos de encontro e de lazer de vizinhança nos passeios. As calçadas e as faixas de recuo das vias podem ser usadas como ajardinamento e arborização criando áreas verdes de acordo com as regiões.

De acordo com a proposta (mapas 33, 34 e 35), as vias foram classificadas como:

Via Regional e Marginal (VR): vias responsáveis pela acessibilidade do município de Reserva do Iguaçu.

Via de Integração Municipal (VIM): estas vias são responsáveis pelas ligações entre a área urbana de Reserva do Iguaçu com sua área rural. As atividades lindeiras a esta via estão condicionadas aos limites de uso impostos pela zona em que estiver inserida. De acordo com os estudos, as vias que possuem características de integração municipal conduzem às localidades ou são trajetos do transporte escolar ou de carga.

Vias Arteriais (VA): as vias arteriais têm a função de escoar o tráfego a médias e altas velocidades. Como função secundária podem permitir acesso a propriedades lindeiras, desde que isso não interfira na sua função principal. A velocidade média é de 45 a 60 km por hora. A via deve ter características para atender todo tipo de veículos. Quanto aos usos, ao longo da via arterial são induzidas as atividades múltiplas, de âmbito local e municipal. Para direcionar o fluxo e induzir a redução da velocidade, serão propostos redutores de velocidade e execução de calçadas.

Vias Coletoras (VC): as vias coletoras devem servir tanto ao tráfego de passagem quanto para acesso a propriedades adjacentes. O serviço de tráfego é feito no sentido de coletar e distribuir o tráfego local para as arteriais e vice-versa. Estas vias em condições de tráfego livre têm velocidade média de 30 a 45 Km por hora. Quanto aos usos, as vias coletoras não se constituem barreiras entre os setores urbanos e sim a própria estrutura de atividades e equipamentos de uso público. As atividades lindeiras a estas vias estão condicionadas aos limites de usos impostos pela zona urbana em que estiver inserida.

Vias Locais (VL): as vias locais têm como principal função proporcionar acesso às propriedades lindeiras. O acesso direto é permitido a todas essas propriedades e, em

204

princípio, elas devem apenas coletar e distribuir o tráfego com origem ou destino às mesmas propriedades. As vias locais podem ser residenciais, comerciais ou industriais, dependendo do uso predominante do solo. Assim, as atividades lindeiras ficam condicionadas aos limites impostos pela zona urbana em que estiver inserida.

Quanto aos usos, a função única das vias locais é assegurar acesso aos lotes residenciais, não devendo ser utilizada como via de passagem para veículos.

Quanto às dimensões das vias existentes pavimentadas as mesmas não deverão sofrer alterações. As vias que não possuem pavimentação definitiva deverão obedecer as dimensões constantes na prancha de detalhamento dos perfis (vide figura 42).

Atualmente os recuos de algumas edificações não são constantes. Com o objetivo de evitar os transtornos com ruídos, trepidações e poluição ocorrente em vias mais movimentadas, são propostos recuos das edificações de acordo com a tabela dos parâmetros urbanísticos.

Com relação ao transporte coletivo, de acordo com ANTP (Associação Nacional de Transportes Públicos), cidades de pequeno porte não justificam os custos para implantação do serviço. Em Reserva do Iguaçu esse serviço não foi diagnosticado como deficitário.

Quanto ao transporte de carga, a principal diretriz é a redução do impacto dentro do quadro urbano. As principais vias utilizadas hoje para o tráfego de caminhões são: PRT 163, Avenida Souza Naves e Avenida Cinco de Maio. Como proposta para minimizar os problemas decorrentes do tráfego pesado, serão propostos sinalização e redutores de velocidade, a fim de evitar o agravamento destes conflitos.

Figura 43 – perfil das vias

20. PLANO DE AÇÃO E INVESTIMENTOS (PAI)

O Plano de Ação e Investimentos é responsável por indicar as ações e projetos prioritários tendo em vista a implementação do Plano Diretor Municipal. Propostas de curto prazo são as propostas a serem executadas com recursos próprios, nos próximos três anos. De médio prazo, são as propostas a serem executadas com recursos provenientes de empréstimos, com prazo de concretização de mais de 3 e menos 5 anos. Por fim, as propostas de longo prazo, são aquelas executadas com recursos de empréstimos e prazo de execução de mais de 5 e menos de 10 anos. Durante a 2ª Audiência Pública, após votação ficou decidido que todas as propostas ficarão definidas como Curto, Médio e Longo prazos, cujas execuções serão definidas de acordo com a liberação da verba.

Considerando a análise feita quanto às finanças públicas municipais a capacidade de endividamento do Município é da ordem de aproximadamente **R\$3.202.697,21**. Para os próximos anos, a capacidade de endividamento será reajustada em aproximadamente 7% ao ano.

Segundo a definição dos prazos de execução das propostas listadas, é possível verificar que não será possível realizar todas as ações descritas apenas com o valor previsto da capacidade de endividamento. Dessa forma, será preciso aumentar a arrecadação do Município com as outras fontes de receitas, tais como, receita tributária, contribuições, agropecuária, industrial, serviços de terceiros e imposto sobre serviços de qualquer natureza, multas e juros (IPTU e ISS), dívida ativa, receitas de capital, *royalties*, transferências correntes, fundo de participação dos municípios (FPM), imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI), imposto sobre circulação de mercadorias.

A tabela 35 apresenta a relação das principais obras e ações, que compõem o Plano de Ação e Investimentos do Município de Reserva do Iguaçu. Nesta tabela constam a estimativa de valores para cada uma das ações, as fontes de investimentos e o prazo para a realização das mesmas. É importante salientar que as fontes de recursos apresentadas são algumas sugestões de financiamentos, podendo ser alteradas quando da implementação da ação.

TABELA 35: PROJETOS ESTRUTURAIS, PRAZOS DE EXECUÇÃO E FONTES DE RECURSOS.

PLANO DE AÇÃO	PRAZO	R\$	FONTE
REVITALIZAÇÃO E CANALIZAÇÃO DOS CÓRREGOS ARROIO MONJOLO E DA DIVISA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	450.000,00	MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E DA INTEGRAÇÃO SOCIAL; MINISTÉRIO DAS CIDADES SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE; MINISTERIO DA SAÚDE; FUNASA; SANEPAR; RECURSOS PRÓPRIOS.
CONSTRUIR A REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM PARCERIA COM A SANEPAR	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	500.000,00	
PROJETO DE URBANIZAÇÃO: PAVIMENTAR E CALÇAR AS RUAS DA CIDADE, COM GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS E MEIO FIO, ARBORIZAÇÃO, ACESSIBILIDADE E SINALIZAÇÃO VIÁRIA.	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	3.000.000,00	
PAVIMENTAÇÃO DE VIAS RURAIS NAS COMUNIDADES SÃO SEBASTIÃO E SANTA LUZIA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	200.000,00	
CONSTRUÇÃO DE PONTE NA DIVISA DO MUNICÍPIO	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	50.000,00	
READEQUAÇÃO, CASCALHAMENTO E ESCOAMANTO NAS ESTRADAS RURAIS (1500 kms)	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	680.000,00	
PAVIMENTAR A ESTRADA QUE LIGA RESERVA DO IGUAÇU A COOPERATIVA DOIS PINHEIROS (25 KMS)	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	25.000.000,00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
IMPLANTAR O PROJETO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA;	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	100.000,00	MINISTÉRIO DAS CIDADES - / SEDU - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO COMBOIO	MÉDIO	220.000,00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

AQUISIÇÃO DE 02 MOTONIVELADORAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	1.000.000,00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AQUISIÇÃO DE 01 RETRO ESCAVADEIRA	CURTO	250.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS
AQUISIÇÃO DE 01 CAMIONETA CABINE DUPLA TRAÇÃO 4X4	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	AGÊNCIA DE FOMENTO
AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO PRANCHA TRUCK TRAÇADO REFORÇADO PARA TRANSPORTE DE MÁQUINAS	CURTO	620.000,00	SEDU - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO/ RECURSOS PRÓPRIOS
AQUISIÇÃO DE 03 CAMINHÕES BASCULANTES TRUCK, TRAÇADO;	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	750.000,00	
AQUISIÇÃO DE 01 ESCAVADEIRA	MÉDIO	400.000,00	
ESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS BARRAÇÃO P/ MÁQUINAS, OFICINA MECÂNICA E PÁTIO DE MÁQUINAS	MÉDIO	150.000,00	
DESAPROPRIAÇÃO DE TERRENOS PARA CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E OU INVESTIMENTOS EM ÁREAS PÚBLICAS.	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	500.000,00	
AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO COLETOR DE LIXO	MÉDIO	120.000,00	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SAÚDE/ FUNASA E RECURSOS PRÓPRIOS
AQUISIÇÃO DE 01 CAMINHÃO DE LIXO SELETIVO	CURTO	210.000,00	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SAÚDE/FUNASA
IMPLANTAR BOMBEIRO COMUNITÁRIO COM AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA E EQUIPAMENTOS;	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	300.000,00	SEDU - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO/
EXTENDER A REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E A REDE ELÉTRICA;	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	500.000,00	
ELABORAR PROJETO E IMPLANTAR REDE DE DRENAGEM E TRATAMENTO DOS EFLUENTES DO CEMITÉRIO;	CURTO/ MÉDIO/	50.000,00	

	LONGO		
CONCLUIR A ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	MÉDIO/ LONGO	400.000,00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
ADQUIRIR TERRENO E CONSTRUIR A PRAÇA MUNICIPAL	CURTO/	350.000,00	SEDU - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO RECURSO PRÓPRIO
CONSTRUIR CICLOVIA LIGANDO A SEDE DO MUNICÍPIO ATÉ A LOCALIDADE DE ÁGUAS DO IGUAÇU	CURTO/ MÉDIO	600.000,00	
REFORMAR A CAPELA MORTUÁRIA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	100.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS/SEDU- SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
IMPLANTAR O PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DO PLANO DIRETOR E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARES;	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	50.000,00	MINISTÉRIO DAS CIDADES - SNUP/ SEDU - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO/ RECURSOS PROPRIOS
REFORMULAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO	CURTO	50.000,00	
ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PLANO DA DEFESA CIVIL	CURTO	40.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS
ELABORAÇÃO DE PLANO DE HABITAÇÃO	CURTO/ MÉDIO	60.000,00	MINISTERIO DAS CIDADES/ RECURSOS PRÓPRIOS
MELHORIAS NAS INSTALAÇÕES DO CENTRO DE SAÚDE	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	100.000,00	MINISTÉRIO DA SAÚDE/ RECURSOS PROPRIOS
ADQUIRIR DOIS VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	MÉDIO/ LONGO	100.000,00	MINISTÉRIO DA SAÚDE
TREINAR E CAPACITAR OS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS NAS SEGUINTE ÁREAS: LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA; PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA; DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL; CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA; LICENCIAMENTO AMBIENTAL, FISCALIZAÇÃO E VISTORIA DE OBRAS RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE,	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	50.000,00	MINISTÉRIO DAS CIDADES/ MINISTÉRIO PLANEJAMENTO/ MEC/ MDA/ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ SEDU - SECRETARIA DE ESTADO

EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE, CONTABILIDADE, TRIBUTAÇÃO, RECURSOS HUMANOS, ASSISTÊNCIA SOCIAL. ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA: AUTO-GESTÃO, COOPERATIVISMO, MICROCRÉDITO E FINANCIAMENTO, ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, SEGURANÇA ALIMENTAR, DENTRE OUTROS PARA A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DO PDM;			DO DESENVOLVIMENTO URBANO/ RECURSOS PRÓPRIOS/ SISTEMA "S"
CAPACITAR OS CONSELHEIROS MUNICIPAIS E TUTELARES	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	30.000,00	MINISTÉRIO DAS CIDADES/ MINISTÉRIO PLANEJAMENTO/ MEC/ MDA/ MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ SEDU - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO/ RECURSOS PRÓPRIOS/ SISTEMA "S"
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SAÚDE	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	300.000,00	MINISTÉRIO DA SAÚDE
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS EM GERAL INCLUINDO UM APARELHO DE RAO X E CADEIRAS ODONTOLÓGICAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	300.000,00	MINISTERIO DA SAÚDE E RECURSOS PRÓPRIOS
ADQUIRIR E EQUIPAR AMBULÂNCIAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	300.000,00	MINISTERIO DA SAÚDE E RECURSOS PRÓPRIOS
IMPLANTAR O PROGRAMA "CASA NOVA" COM A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	900.000,00	MINISTÉRIO DAS CIDADES/ RECURSOS PRÓPRIOS
REGULARIZAR OS TERRENOS DO MUNICÍPIO DAS COMUNIDADES DE SÃO SEBASTIÃO E SANTA LUZIA	CURTO	40.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS
CONSTRUIR O CRAS- CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EQUIPÁ-LO, IMPLANTAR O PAIF-PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	600.000,00	MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL/ SECRETARIA DE ESTADO DE EMPREGO, TRABALHO E PROMOÇÃO

IMPLANTAR E MANTER PROGRAMAS RELACIONADOS À ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DENTRE ELAS: PETI, CRAS, CREAS, TERCEIRA IDADE, BOLSA FAMÍLIA, ASSISTÊNCIA JURÍDICA E AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	3.600.000,00	SOCIAL/ SEDU - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE FISIOTERAPIA E ACADEMIA PARA O GRUPO DE IDOSOS E MELHOR IDADE	LONGO	100.000,00	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – FNAS / SECRETARIA DE ESTADO ASSISTÊNCIA SOCIAL / SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
ADQUIRIR 1 MICRO ÔNIBUS PARA ATENDER A EXCURSÕES DIDÁTICAS, CULTURAIS E ESPORTIVAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS/ SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
VIABILIZAR A CONSTRUÇÃO DA SEDE DA MELHOR IDADE	CURTO/ MÉDIO	200.000,00	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL – FNAS / SECRETARIA DE ESTADO ASSISTÊNCIA SOCIAL / SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO
ADQUIRIR ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	1.260.000,00	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
CONSTRUIR ABRIGOS PARA OS ALUNOS A ESPERA DE ÔNIBUS ESCOLAR	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	100.000,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECAD / MINISTERIO DA CULTURA/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO RECURSOS PROPRIOS
IMPLANTAR PROJETOS COMO: ARTES, TEATRO NA ESCOLA, ARTESANATO, PINTURA, MÚSICA, DANÇAS, ARTES MARCIAIS, A EXEMPLO DO DANTEMUS, COM CONVÊNIOS COM OS MINISTÉRIOS, SEBRAE, SENAC, SENAI E SENAR, DENTRE OUTROS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	300.000,00	
REFORMAR ESPAÇOS DESTINADOS A CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	300.000,00	
CONSTRUIR NOVAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, REFORMAR E AMPLIAR AS ESCOLAS EXISTENTES, CONSTRUIR E REFORMAR SANITÁRIOS, CERCAS, COZINHAS E DEMAIS INSTALAÇÕES DAS ESCOLAS DA ZONA RURAL	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	1.380.000,00	
ADEQUAR AS INSTALAÇÕES DO SALÃO DE FESTAS DO PARQUE DOS TROPEIROS PARA UM CENTRO CULTURAL, TEATRO E A CASA DA CULTURA; PARA AÇÕES COM CRIANÇAS	CURTO/ MÉDIO/	300.000,00	

DE ADOLESCENTES	LONGO		MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – SECAD / MINISTERIO DA CULTURA/SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO RECURSOS PROPRIOS
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA A BANDA MUNICIPAL VILA LOBOS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	100.000,00	
READEQUAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS	CURTO/ MÉDIO	50.000,00	
IMPLANTAÇÃO DO TRANSPORTE COLETIVO	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
IMPLANTAR ESCOLINHAS DE ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	50.000,00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSTRUIR ARQUIBANCADAS E VESTIÁRIOS, ILUMINAÇÃO E OUTRAS BENFEITORIAS NO ESTÁDIO DOIS IRMÃOS E NO COMPLEXO ESPORTIVO	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	450.000,00	
REFORMAR O GINÁSIO DE ESPORTES JOÃO LUIZ NUNES FELIS	MÉDIO/ LONGO	150.000,00	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CONSTRUIR ÁREAS DE ESPORTE E LAZER PARA A POPULAÇÃO RURAL	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	100.000,00	
PROMOVER E INCENTIVAR A REALIZAÇÃO DE FESTIVAIS DE MÚSICAS E CONCURSOS DE CONTOS E POESIAS, FESTAS TRADICIONAIS DO MUNICÍPIO E COMEMORAÇÕES CÍVICAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	330.000,00	
AMPLIAR E MANTER OS PROGRAMAS RELACIONADOS À ÁREA DA EDUCAÇÃO, DENTRE ELES: PARANÁ ALFABETIZADO, ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (PEJA)	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	30.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS
DESENVOLVER O PROGRAMA DE CADEIAS PRODUTIVAS, COM PRODUÇÃO DE MUDAS, DISTRIBUIÇÃO DE CALCÁRIO, CAPACITAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS, FRUTICULTURA, CADEIA LEITEIRA, PROGRAMA DE FEIRAS BOVINOCULTURA , INSEMINAÇÃO, PROGRAMA DE INCENTIVO A PISCICULTURA E APICULTURA, CRIAR PROGRAMA DE CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	1.400.000,00	

IMPLEMENTAR PROGRAMA DE INCENTIVO A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	200.000,00	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – SDC / SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO RECURSOS PRÓPRIOS
INCENTIVAR A INSTALAÇÃO DE COOPERATIVA DE GRÃOS PARA APOIAR OS PEQUENOS PRODUTORES, A INSTALAÇÃO DE AVIÁRIOS E ABATEDOUROS DE FRANGOS E SUÍNOS JUNTO AOS PEQUENOS PRODUTORES NO MUNICÍPIO ALÉM DAS EMPRESAS FRIGORÍFICAS QUE TRABALHAM COM INTEGRAÇÃO E PRODUTORES	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	60.000,00	
IMPLANTAÇÃO DO SAN – SISTEMA DE SEGURANÇA NUTRICIONAL	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	135.000,00	
CRIAR PROGRAMA DE INCENTIVO À AGROINDÚSTRIA	MÉDIO/ LONGO	600.000,00	
IMPLANTAR O PROGRAMA DE CULTIVO FLORESTAL	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	500.000,00	
MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	240.000,00	
CONSTRUIR BARRACÃO PARA RECICLAGEM E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS	CURTO	200.000,00	
IMPLEMENTAR A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS, ORGÂNICOS E LÍQUIDOS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	
INSTALAR 10 SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM COMUNIDADES RURAIS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	2.500.000,00	
CRIAR PROGRAMA PARA APOIAR, ORIENTAR E PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS EM CONJUNTO COM O CONSELHO RURAL	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNASA, SANEPAR MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E

REFORMAR O CENTRO AGROPECUÁRIO DE PRODUÇÃO E IMPLANTAR UNIDADES DE PESQUISA PARA ESPÉCIE ANIMAIS VEGETAIS E ABATEDOURO DE AVES	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	ABASTECIMENTO – ITCG
APOIAR E INCENTIVAR A ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PRODUÇÃO EM GRUPOS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	
RECUPERAR MATAS CILIARES E DE RESERVA LEGAL;	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/ SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE
ADQUIRIR ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PARQUES INDUSTRIAIS/ INCENTIVAR A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS
DOTAR DE INFRA-ESTRUTURA A ÁREA DO PARQUE INDUSTRIAL: URBANIZAÇÃO, TERRAPLANAGEM, ARRUAMENTO, EXTENSÃO DA REDE DE ÁGUA E DA ENERGIA ELÉTRICA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	225.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS
PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PARQUE INDUSTRIAL	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	30.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS
APOIAR À ESTRUTURAÇÃO DOS FAMILIARES E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, ASSOCIAÇÕES DE COSTUREIRAS, COZINHA COMUNITÁRIA, ARTESANATO, SERIGRAFIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	200.000,00	
INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS DE PRODUÇÃO, ATRAVÉS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	100.000,00	
INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, COM EXPLORAÇÃO DO POTENCIAL EXISTENTE: MUSEU REGIONAL DO IGUAÇU, SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA, USINA NEY BRAGA, HORTO FLORESTAL, CACHOEIRAS E TURISMO RURAL	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	45.000,00	MINISTÉRIO DO TURISMO, SETUR RECURSOS PRÓPRIOS
VIABILIZAR PARCERIA PARA IMPLANTAÇÃO DE ESCOLA TÉCNICA AGROPECUÁRIA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	300.000,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
COMPRA DE 01 VEÍCULO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	MÉDIO	50.000,00	RECURSO PRÓPRIO

AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE COSTURA INDUSTRIAL PARA GERAÇÃO DE RENDA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	100.000,00	
READEQUAR O PARQUE DOS TROPEIROS PARA FAZER INCUBADORA DE AGROINDÚSTRIAS	LONGO	100.000,00	
ADEQUAÇÃO DE ESPAÇO PARA REALIZAR OFICINAS PROFISSIONALIZANTES E GRUPO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	45.000,00	RECURSO PRÓPRIO/ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS PARA O FUNCIONAMENTO DAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES.	CURTO	150.000,00	RECURSO PRÓPRIO
CONSTRUÇÃO DE BARRACÕES INDUSTRIAIS PARA INCENTIVAR INSTALAÇÕES DE NOVAS INDÚSTRIAS	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	250.000,00	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
FOMENTAR A PRODUÇÃO LEITEIRA COM INCENTIVOS À INSTALAÇÃO DE EMPRESA DE LATICÍNIOS E OUTROS.	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	50.000,00	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
AQUISIÇÃO DE BOX/STANDS PARA FEIRAS DE PRODUTOS HORTIFRUTIGRANJEIROS INCENTIVANDO OS PRODUTORES A CONTINUAREM EM SUAS PROPRIEDADES PRODUZINDO COM QUALIDADE, FREQUÊNCIA E QUANTIDADE.	CURTO	150.000,00	SEDU/ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ SECRETARIA DE AGRICULTURA RECURSOS PRÓPRIOS
RENOVAÇÃO DA FROTA ESCOLAR E AQUISIÇÃO DE 10 ÔNIBUS NOVOS	CURTO/ MÉDIO	1.850.000,00	
CONSTRUÇÃO DA ESCOLA MONTEIRO LOBATO	LONGO	500.000,00	
CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	CURTO	500.000,00	
CRIAÇÃO DE UM CENTRO DE JOVENS E ADULTOS	MÉDIO	50.000,00	
AMPLIAÇÃO DO ACERVO DA BIBLIOTECA DAS ESCOLAS PEDRO SIQUEIRA E MONTEIRO LOBATO	CURTO	20.000,00	
CRIAÇÃO DE BIBLIOTECAS NAS DEMAIS ESCOLAS MUNICIPAIS	MÉDIO	50.000,00	
AMPLIAÇÃO DA ESCOLA PEDRO SIQUEIRA	MÉDIO	250.000,00	
IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA EM TODAS AS ESCOLAS	CURTO	170.000,00	CONVÊNIO-PROINFO

AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES	CURTO	60.000,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ CONVÊNIO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
EQUIPAR OS CENTROS DE ATENDIMENTOS ESPECIAIS (MATERIAIS)	MÉDIO	25.000,00	
DESENVOLVER PROJETOS DE ACESSIBILIDADE PARA TODAS AS ESCOLAS E PRÉDIOS PÚBLICOS	MÉDIO	50.000,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS NAS ESCOLAS	LONGO	30.000,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
PROJETO DE HORTA E AJARDINAMENTO NAS ESCOLAS	CURTO	10.000,00	
CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	CURTO	150.000,00	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INCENTIVO PARA A BUSCA DE RECURSOS PARA A SEDE DA APAE	CURTO	----	RECURSOS PRÓPRIOS
AQUISIÇÃO DE 1(UMA) PATRULHA AGRÍCOLA	MÉDIO/ LONGO	100.000,00	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SAÚDE/FUNASA
CONSTRUIR O PORTAL DE ACESSO AO MUNICÍPIO	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	150.000,00	SECRETARIA DE TURISMO
AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CARRO PARA A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	50.000,00	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
AQUISIÇÃO DE 1 (UM) CARRO PARA A SECRETARIA DE AGRICULTURA	CURTO/ MÉDIO/ LONGO	50.000,00	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	MÉDIO/ LONGO	300.000,00	RECURSOS PRÓPRIOS

Baseado nesses valores e comparativamente à capacidade de endividamento (vide tabela), é possível perceber que o Município não terá condições de realizar todas as obras ou serviços. Porém é importante salientar que essas são as principais ações necessárias ao Município diagnosticadas e levantadas pela população por meio das audiências públicas. Em conjunto com a Equipe Técnica Municipal optou-se por deixar todas as ações com o objetivo de diversificar as fontes de investimentos, ou seja, as ações propostas possibilitam a busca por investimentos em diversas fontes, aumentando a probabilidade das ações serem executadas.

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) foi compatibilizado com as Leis de Orçamento Anual (LOA), Diretrizes Orçamentárias (LDO), Plano Plurianual (PPA), do Município de Reserva do Iguaçu. No PAI também foram incluídas as propostas constantes na LOA, LDO e PPA que não foram realizadas até a elaboração deste Plano de Diretrizes Municipais.

21. REFERÊNCIAS

- Atlas Geológico do Estado do Paraná.** Mineropar, 2001. 1CD-ROM.
- BAYER, E. **O planejamento urbanístico e as leis orgânicas dos municípios.** Florianópolis, UFSC, 1977.
- BRUNA, G. C. **Questões de organização do espaço regional.** São Paulo: Nobel e Editora da Universidade de São Paulo, 1983.
- CONDETEC – Conselho de Desenvolvimento do território Cantuquiriguaçu, **Território Cantuquiriguaçu – Paraná Estratégia para o Desenvolvimento II,** Laranjeiras do Sul, 2009.
- COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO AGENDA 21. Curitiba, IPARDES, 1997.
- EMBRAPA. **Serviço nacional de levantamento e conservação de solos.** Rio de Janeiro: 1981.
- EMBRAPA. **Sistema brasileiro de classificação dos solos – Centro Nacional de Pesquisas de Solos do Rio de Janeiro.** Brasília: 1999.
- FAMEPAR. **Legislação urbana.** Curitiba: 1991.
- FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo.** 5.ed. São Paulo: Pioneira, 1986. 631p.
- FIGUEIREDO, L. V. **Disciplina urbanística da propriedade.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.
- FUJIWARA, L. M., ALESSIO, N. L. N., FARAH, M. F. S. (orgs). **20 Experiências de Gestão Pública e Cidadania.** São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania, 1998.
- HARDT, L. P. A. **Teoria do planejamento urbano e regional.** Curitiba:PUCPR, 1998. 30p. (apostila)
- IBAM. **Desenvolvimento urbano e gestão municipal – plano diretor em municípios de pequeno porte.** Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR, 1993. 114p. (apostila)
- IBAM. **Modelo para elaboração de código de obras e edificações.** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 1997.
- IBRAP. **Fiscalização e posturas.** Ribeirão Preto: 2003. 51p.
- IBGE. **Produção agrícola municipal 2002 - Culturas temporárias e permanentes – Brasil,** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- _____. **Produção da extração vegetal e da silvicultura 2002 – Brasil,** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- _____. **Produção da pecuária municipal 2002 – Brasil,** Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- Indicadores e mapas temáticos para o planejamento urbanos e regional: Paraná 2003.** IPARDES, 2003. 1 CD-ROM.
- IPARDES, **Paraná – Projeções das populações municipais por sexo e idade 2000 a 2010.** Curitiba: IPARDES,
- _____. **Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores sócio-econômicos e demográficos – Brasil.** Curitiba: IBGE, 2003.
- _____. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Leituras regionais: mesorregião geográfica noroeste paranaense.** Curitiba: IPARDES, 2004. 141p.

- _____. **Índice de desenvolvimento humano municipal: IDH-M 2000- Anotações sobre o desempenho do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2000.43p.
- IPEA, **Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil: estudos básicos para a caracterização da rede urbana.** Brasília: IPEA, 2001. 390p.
- INSTITUTO BRASIL DE PESQUISAS S/C LTDA. **Pesquisa de Opinião Pública: Avaliação da administração pública e prioridades.** Alto Piquiri, 2006. 25p.
- LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil.** Nova Odessa: Plantarum, 1992. 352p.
- KLÜPPEL, N. I. **O planejamento urbano e o meio ambiente.** In: Simpósio Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas, UFPR. Anais. Curitiba 1992.
- MAACK, R. **Geografia física do Estado do Paraná.** Curitiba: Atlas, 1968. 350p.
- MERENSA, ELAINE. **Reservatório de segredo e área de entorno: Aspectos legais e modificações no uso do solo.** Dissertação, 2004. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ Centro De Ciências Humanas, Letras E Artes, Departamento De Geografia, Programa De Pós-Graduação, Mestrado Em Geografia.
- MEIRELLES, H. L. **Direito de construir.** 4ªed. São Paulo:Revista dos Tribunais, 1983.
- MOTA, S. **Urbanização e meio ambiente.** Rio de Janeiro: ABES, 1999. 352p.
- PUPPI, I. C. **Estruturação sanitária das cidades.** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1981. 330p.
- PRDE. **Encontros Regionais 2006.** PARANACIDADE/ IPARDES/ UFPR, 2006. 115p.
- SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas.** São Paulo:Projeto Editores, 1988. 192p.
- SILVA E., RAMOS L., LOCH C., OLIVEIRA R. **Considerações sobre a implementação de um cadastro técnico multifinalitário.** In: 4º Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. Anais. Florianópolis, 2002.
- SILVA J., **Direito Urbanístico Brasileiro,** São Paulo; Malheiros Editores, 2006. 476p.